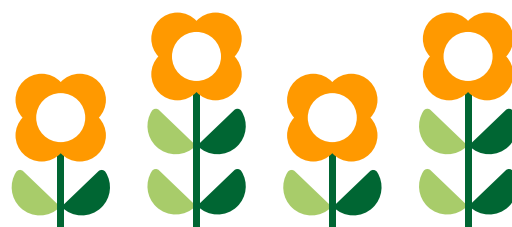




Financiado por:

Iceland
Liechtenstein
Norway grants



FICHA TÉCNICA

TÍTULO:

Guia de Intervenção em Igualdade de Género na Agricultura - Metodologias e Boas Práticas

AUTORIA:

Diana Gomes, Miguel Jesus, Rosário Rosa (Coord.), Cristina Bandeira, Cristina Amaro da Costa (Coord.)

Com o contributo de:

Teresa Neves, Emilia Coutinho, Cristina Parente, Natália Casqueira, Rita Madeira

A referência ao presente guia deve ser:

Diana Gomes, Miguel Jesus, Rosário Rosa (Coord.), Cristina Bandeira, Teresa Neves, Emilia Coutinho, Cristina Parente, Natália Casqueira, Rita Madeira, Cristina Amaro da Costa (Coord.). 2024. **Guia de intervenção em igualdade de género na agricultura. Metodologias e boas práticas.** Instituto Politécnico de Viseu | Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEAGRANTS), Viseu: 80 pp.

FINANCIAMENTO:

Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEA Grants)

EDITOR:

© IPV | Instituto Politécnico de Viseu

Av. Cor. José Maria Vale de Andrade • Campus Politécnico • 3504-510 Viseu

www.ipv.pt

EDIÇÃO GRÁFICA:

TRÊS PONTOS - Ideias e Projetos, Lda.

ISBN:

978-972-8765-42-2

Working together for a green and competitive Europe

Através do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu (EEE), a Islândia, o Liechtenstein e a Noruega são parceiros no mercado interno com os Estados-Membros da União Europeia.

Como forma de promover um contínuo e equilibrado reforço das relações económicas e comerciais, as partes do Acordo do EEE estabeleceram um Mecanismo Financeiro plurianual, conhecido como EEA Grants.

Os EEA Grants têm como objetivos reduzir as disparidades sociais e económicas na Europa e reforçar as relações bilaterais

FINANCIADO POR:



OPERADOR DO PROGRAMA:



PROMOTOR:



PARCEIROS:



APOIOS:



PREFÁCIO

São múltiplos e valiosos os papéis das mulheres agricultoras, desde a guarda e escolha das sementes, ao cultivo e ao cuidar dos animais, à colheita e confeção dos alimentos... mas, muitas vezes, invisíveis.

A feminização da população agrícola cresce dia a dia e há hoje cada vez mais mulheres a gerir as suas explorações agrícolas, muitas vezes com a ajuda da família. Ainda assim, a sua 'invisibilidade' mantém-se, a tomada de decisão e o espaço de fala é ocupado pela figura masculina, normalmente o marido ou o pai, e o trabalho destas mulheres perde protagonismo e surge na categoria de 'ajuda' ao trabalho rural.

A afirmação e reconhecimento do valor das mulheres agricultoras dependerá da sua capacidade de diversificar, inovar e empreender múltiplos fins agrícolas, através do aumento da sua autonomia e literacia e do acesso a uma vida social em contextos exteriores.

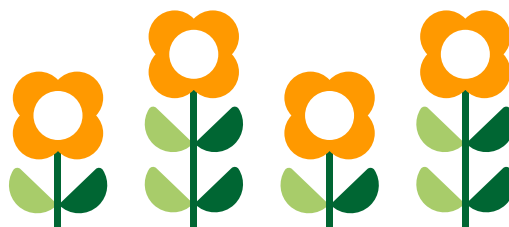
Encontrar caminhos para este processo foi o desafio do projeto **MAIs.Mulheres agricultoras em territórios do interior** [1], que aceitámos e que traduzimos neste guia. Com mulheres agricultoras, escondidas no interior das suas aldeias, onde a prática social se mantém tradicional, que constroem a sua vida no espaço privado da casa e protagonizam narrativas de sucesso que envolvem família, filhos e relações amorosas, desenhamos uma proposta de ação que visa facilitar a sua visibilidade, cidadania ativa e participação no espaço de fala, desde a rua, ao mercado, à sala de aula, ao palco...

Num tempo de mudança, em que as mulheres que ficam, ou regressam, à agricultura, o fazem cada vez mais por vontade própria, importa alcançar a igualdade de género. Capacitar mulheres e raparigas rurais e dar visibilidade ao seu papel na produção alimentos, nas dinâmicas coletivas, nas economias criadas, nos direitos defendidos, no conhecimento e memórias que preservam e multiplicam, ... são os degraus para serem cada vez mais... cada vez mais fortes.

Cristina Amaro da Costa

Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viseu & CERNAS-IPV - Centro de Estudos de Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade

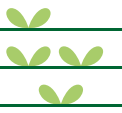
**Bem hajam
todas as mulheres agricultoras
que aceitaram
MAIs este desafio!**



[1] O projeto **MAIs.Mulheres Agricultoras em Territórios do Interior** foi financiado pelo programa EEA Grants, teve início em novembro de 2020 e terminou em abril de 2024, e permitiu, a partir de um projeto piloto co-construído nos municípios de S. Pedro do Sul e Sabugal, desenhar um roteiro de mudança que pretende aumentar a participação cívica e associativa das mulheres agricultoras nas regiões do interior, através da sua capacitação, e contribuir para a maior visibilidade do seu papel social e para o aumento da igualdade entre homens e mulheres.

ÍNDICE

PARTE I - INTRODUÇÃO	5
1.1. Desigualdades sociais e de género na agricultura em Portugal	
1.2. A importância da intervenção em igualdade de género na agricultura	
1.3. O projeto MAIs.Mulheres Agricultoras em Territórios do Interior	
1.4. Aspectos éticos	
1.5. Sobre este Guia	
PARTE II - A TEORIA DA MUDANÇA COMO METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO	13
2.1. Operacionalização	
2.2. Dificuldades e constrangimentos	
PARTE III - DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO	21
3.1. Análise estatística e documental	
3.2. Fontes de informação privilegiada	
3.3. Grupos focais	
3.4. Observação participante	
3.5. Entrevistas	
3.6. Histórias de vida	
PARTE IV - PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO E DO PAPEL DAS MULHERES AGRICULTORAS NO ESPAÇO PÚBLICO	29
4.1. O património cultural imaterial como instrumento de igualdade de género	
4.2. Visibilidade no espaço público	
4.2.1. Exposição e divulgação	
4.2.2. Troca de experiências	
PARTE V - PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO NO TERRENO	39
5.1. Capacitação pessoal	
FICHA 1. Mapa da sociodiversidade	
FICHA 2. Caderneta da Mulher Agricultora	
FICHA 3. Capacitação para a cooperação	
FICHA 4. Escolas de campo agroecológicas	
FICHA 5. Photovoice	
5.2. Capacitação técnica	
FICHA 6. Formação em literacia digital	
FICHA 7. Curso de costura	
FICHA 8. Formação em comercialização e mercados	
5.3. Capacitação cívica e associativa	
FICHA 9. Recolha e inventariação de Património Cultural Imaterial	
FICHA 10. Organização e participação em eventos públicos	
5.4. Capacitação e sensibilização de equipas técnicas locais	
FICHA 11. Workshop em igualdade de género na agricultura	
PARTE VI - AVALIAÇÃO	57
6.1. Avaliação interna	
6.2. Avaliação externa	
PARTE VII - RECOMENDAÇÕES PARA PROJETOS DE INTERVENÇÃO EM IGUALDADE DE GÉNERO NA AGRICULTURA	61
GLOSSÁRIO	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69
LISTA DE ENTIDADES COM INTERVENÇÃO NOS DOMÍNIOS DA IGUALDADE DE GÉNERO E DA AGRICULTURA	77

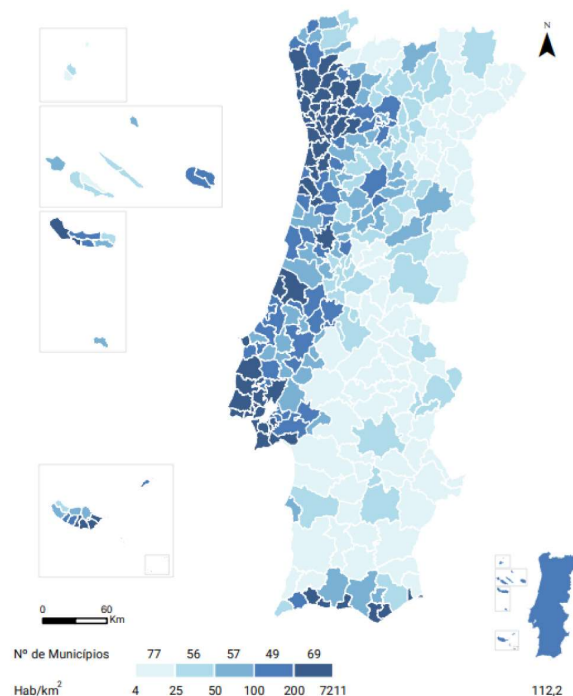


PARTE I - INTRODUÇÃO



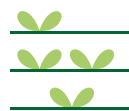
1.1. Desigualdades sociais e de género na agricultura em Portugal

- Desde os anos 60 do séc. XX, Portugal assistiu a rápidas e grandes mudanças estruturais na sociedade, resultantes dos processos de recomposição social que acentuaram as assimetrias internas do país. As novas atividades económicas, ligadas à indústria e aos fluxos migratórios para a Europa desde o final do século passado, originaram grandes transformações no espaço rural, em particular, o decréscimo do número de trabalhadores agrícolas assalariados, aumento da pluriatividade, mecanização agrícola, abandono rural e envelhecimento da população.
- O despovoamento gradual das zonas rurais, sobretudo no interior e nas localidades de baixa densidade populacional, com perdas que ultrapassam os 20% da população, nos últimos 10 anos (ex. Tabuaço na região Centro Norte) e o envelhecimento crescente da população (em 2021, a idade média da população aumentou 3,1 anos relativamente a 2011, com maior expressão no interior Norte e Centro do país, em contraste com o litoral), intensificam os desequilíbrios na distribuição da população pelo território (cerca de 20% encontra-se em 208 municípios - 78% - situados em territórios do interior, que ocupam cerca de dois terços da área do país – 65,8%) (INE, 2022).

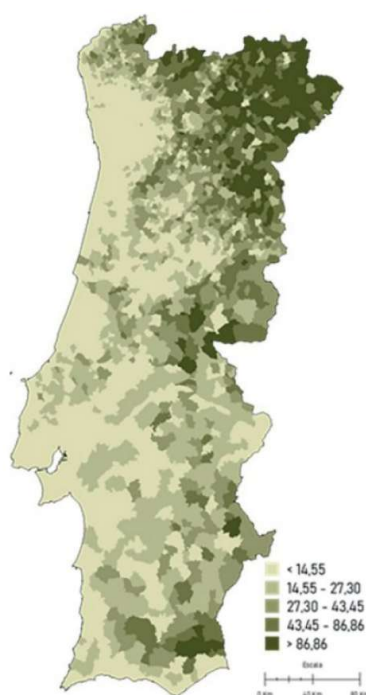


Densidade populacional, em 2019 (Fonte: INE, 2022)

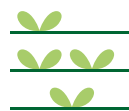
- Ao longo dos últimos 60 anos, observa-se nos territórios do interior (mas também litoral Centro e Norte) uma forte persistência de uma economia agrícola baseada na família e na pequena propriedade e um aumento da feminização da população agrícola, com as mulheres, muitas vezes, a assegurar a gestão quotidiana da exploração agrícola (Gomes, 2022; Costa *et al.*, 2024). A perda de ativos agrícolas, embora sentida tanto nos homens como nas mulheres, foi mais significativa nos homens, com as mulheres a substituírem essa mão de obra masculina, entretanto desviada para outros sectores. Deste modo, a presença regular da mulher no campo manteve-se em contraponto a uma presença masculina irregular e menos preponderante (Wall, 1998).



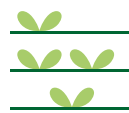
- Aliada ao envelhecimento e despovoamento das zonas rurais, a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), hoje União Europeia (EU), e a consequente adesão à Política Agrícola Comum (PAC) acelerou o processo de afastamento da mão de obra agrícola e a 'desagrarização do rural', ou seja, a agricultura deixou de ser a atividade principal das populações residentes nas zonas rurais. Estas transformações fragilizaram os territórios e as suas populações, que ficaram cada vez mais isoladas, envelhecidas, socialmente desprotegidas e com fortes restrições no acesso aos serviços de saúde, educação, comunicações e segurança, em particular devido às políticas de austeridade e racionalização económica implementadas. Com o envelhecimento da população e a escassez de jovens, o sector terciário é hoje o mais importante nas regiões do interior e, em muitos casos, os municípios são o maior empregador local (Almeida, 2020). Em consequência, verifica-se um decréscimo da relevância do papel tradicional da agricultura familiar, com grande prejuízo para a alimentação das populações locais, para o combate à desertificação, para a proteção da biodiversidade e das culturas tradicionais, bem como para a coesão territorial. Em Portugal, a agricultura familiar apresenta uma distribuição bimodal, com a maioria de explorações agrícolas familiares, muito débeis e dependentes de receitas exteriores à exploração, mas com um peso social, ambiental e económico muito importante (Veiga, 2014).
- A população agrícola familiar, constituída pelos produtores e membros dos seus agregados domésticos, a trabalhar em conjunto na exploração e dela retirar parte ou a totalidade do seu rendimento, sofreu uma acentuada redução (-66%), entre 1989 e 2019. No entanto, o peso das mulheres agricultoras na população agrícola total manteve-se praticamente constante ao longo deste período (Mendes, 2023), em particular no contexto da agricultura familiar, que representava, em 2019, 94% das 242,5 mil explorações agrícolas portuguesas, 54% da superfície agrícola utilizada (SAU) e mais de 80% do trabalho agrícola (DGADR, 2024).



Peso da população agrícola familiar na
população residente em 2019 (%)
(Fonte: Fonseca *et al.*, 2023)



- Relativamente à participação das mulheres no sector agrícola, os dados estatísticos existentes são escassos, muitas vezes produzidos a partir de conceitos e práticas que subestimam a participação das mulheres na força de trabalho; e os dados qualitativos, muitos deles de carácter etnográfico, incidem sobretudo nos significados e nas representações sobre as condições de vida e de trabalho. Esta subestimação do trabalho, funções e valor das mulheres agricultoras é frequentemente referida nos estudos sobre o setor como ‘invisibilidade das mulheres’, uma vez que estas ficam muitas vezes fechadas e escondidas na categoria de ‘ajuda’ ao trabalho da exploração agrícola, normalmente personificado pelo marido ou pai (Gomes, 2022).
- Ainda assim, tem-se assistido a uma progressiva afirmação e destaque no papel e protagonismo das mulheres no espaço rural, em grande parte, decorrente das transformações na própria agricultura. Estas transformações prendem-se com ampliação das modalidades de pluriatividade, com um certo aumento da autonomia e empoderamento das mulheres e com a sua maior circulação e vida social, em contextos exteriores à comunidade onde habitam. De salientar ainda diversas transformações sociais e económicas que afastaram muitos homens da agricultura (Carmo, 2007).
- No entanto, no interior das aldeias, as práticas sociais permanecem maioritariamente tradicionais, com as mulheres ainda muito condicionadas ao espaço privado da casa e como protagonistas apenas das narrativas que envolvem família, cuidados com os filhos e relações amorosas, enquanto que, para os homens os espaços mais habituais são a rua e o café (Carmo, 2007). Isto reflete as relações assimétricas entre mulheres e homens relativamente às atividades que assumem, em particular no que se refere às atividades de lazer, que no caso das mulheres agricultoras estão associadas ao trabalho, no caso das mulheres agricultoras, enquanto os homens aparecem associados ao espaço público.
- Assim, apesar dos avanços relativos ao fortalecimento do papel social e da autonomia das mulheres nos espaços rurais, subsistem e (re)produzem-se assimetrias e desigualdades de género a diversos níveis: na divisão sexual do trabalho; na participação nas discussões sobre o desenvolvimento rural; na dependência financeira e ideológica face aos homens; na dificuldade do acesso à herança, à terra e aos recursos financeiros; na desadequação das ferramentas e máquinas agrícolas aos corpos femininos e nos obstáculos naturalizados pela família, pela comunidade e pelas próprias mulheres (Bryant & Pini, 2009; Gomes *et al.*, 2016).
- As desigualdades de género persistem e atingem as mulheres portuguesas de forma agravada em alguns sectores profissionais e algumas regiões do país, como é o caso das mulheres agricultoras do interior. A construção social dos territórios do interior resulta de um processo dinâmico entre influências locais e globais que decorrem de processos dinâmicos de constante reestruturação dos elementos da cultura local, mediante a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas (Gomes *et al.*, 2016). Intervir neste contexto deve, assim, considerar a heterogeneidade e diversidade, bem como a singularidade presente nos contextos locais, pois este (re)conhecimento é necessário para desvendar o modo de vida das mulheres e contribuir para a sua melhoria.
- A participação das mulheres no mundo rural, que o projeto MAIs pretendeu fortalecer, é fundamental para a sua visibilidade enquanto trabalhadoras e para o seu reconhecimento público - a visibilidade do trabalho feminino rural não é apenas um dado do real, mas é algo que se constitui como um processo de significação e reconhecimento da própria categoria social e política das mulheres trabalhadoras rurais. Tal reconhecimento é essencial para desvendar o modo de vida das mulheres e contribuir para a sua melhoria, através da implementação de programas e políticas públicas que deem resposta às dificuldades que o setor e, em particular as mulheres agricultoras, enfrentam.



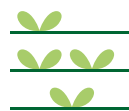
- A abordagem das questões de género na agricultura familiar ⁽¹⁾ encontra-se intimamente relacionada com uma matriz sócio cultural, histórica, familiar e laboral própria. Neste contexto, para além do papel da mulher na atividade agrícola, importa relevar a perspetiva multidimensional prevalecente - ao contributo económico da exploração agrícola junta-se a proteção do ambiente, a manutenção do património cultural, a soberania e segurança alimentar - que tornam este ecossistema um lugar de reprodução social. Esta abordagem multifuncional traz consigo uma reconstrução dos significados do território e da própria agricultura e chama a atenção para a necessidade de empregar visões holísticas e interseccionais em relação a diferentes problemas a nível local (p. ex.: desigualdades de género ou crise climática).



1.2. A importância da intervenção em igualdade de género

- Intervir, em matéria de igualdade de género implica conhecer os fatores que marcam as desigualdades existentes em cada comunidade/sociedade, para que a partir deles seja possível construir intervenções focadas nos problemas reais e possíveis respostas. Em alguns setores, como na agricultura, as mulheres são um grupo social muito invisibilizado a nível social, económico e político, com fraca participação no espaço público e na vida associativa.
- As mulheres agricultoras têm um papel fundamental nas comunidades e na esfera privada (trabalho na exploração agrícola, produção, conservação e transformação de alimentos, preservação de recursos naturais, atividades domésticas, tarefas de cuidado da família e da comunidade). São também protagonistas importantes na preservação do património cultural imaterial, uma vez que as suas práticas tradicionais (agrícolas, artesanais, alimentares, culturais) são por elas construídas, guardadas e transmitidas, de geração em geração, o que permite preservar e reforçar a cultura e identidade local.
- Para valorizar o papel das mulheres agricultoras e intervir para a igualdade de género neste setor, é necessário promover e dar visibilidade e valor ao seu trabalho, fomentar e facilitar a sua presença em espaços de fala - individuais, coletivos e/ou associativos - para que possam ser ouvidas e respeitadas as suas expectativas e objetivos, bem como assegurar a existência de medidas de política que garantam a defesa dos seus interesses, direitos e valor.
- Embora, haja, ainda, um longo caminho na luta pela defesa e promoção dos direitos das mulheres (Tavares, 2008), a Igualdade de Género começou a ganhar relevância nas diferentes agendas sociais e políticas no Portugal democrático com o 25 de abril, ainda que lentamente (Lisboa, 2016; Monteiro, 2017). Exemplos desse processo são a conquista do direito ao voto por parte das mulheres em 1974, a revisão do Código Civil em 1977 e, mais tarde, a adoção de planos nacionais de igualdade de género (desde 1997 à atualidade).
- Apesar de patente em planos anteriores, a dimensão local e de proximidade apenas surge como uma prioridade estratégica no IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não Discriminação (2011-2013). Uma das 97 medidas consiste na promoção de planos municipais para a igualdade, o que veio criar a oportunidade para a construção de dinâmicas tendentes a promover a igualdade de género, em todos os territórios.
- Atualmente, a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 (ENIND) reforça a relevância da Administração Pública Local na promoção da igualdade entre homens e mulheres, no combate à violência contra as mulheres e de género e todas as formas de discriminação, conforme os princípios da Agenda 2030 das Nações Unidas.

⁽¹⁾ A agricultura familiar (o que inclui todas as atividades agrícolas familiares) é uma forma de organização agrícola, florestal, pastoril e aquícola, gerida e operada por uma família, predominantemente apoiada no trabalho da mulher e do homem. A família e a exploração agrícola estão ligadas, co-evoluem e combinam funções económicas, ambientais, sociais e culturais (FAO & IFAD, 2019).



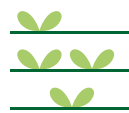
- A territorialização é uma das prioridades deste instrumento de política que estabelece:
medidas que visam adequar as políticas públicas às características e necessidades territoriais do país, reforçar e potenciar o trabalho de atores locais e em rede, atendendo à proximidade à população (...). Assumem-se, assim, as autarquias locais e a sua rede de parcerias como agentes estratégicos do mainstreaming do combate à discriminação (...) (ENIND, 2018, p. 2226).
- Fica, deste modo, clara a aposta na dimensão local e na promoção de sinergias entre diferentes instâncias locais e civis:
Pretende reforçar-se, em particular, o envolvimento das organizações da sociedade civil, tendo (...) em conta a especial proximidade e conhecimento empírico que as organizações não-governamentais têm dos contextos territoriais de aplicação das medidas (...) e respetivos públicos-alvo. Estas são interlocutoras privilegiadas participando de forma ativa e substantiva na (re)formulação e execução das políticas (ENIND, 2018).
- A ENIND dá primazia a atores e entidades locais não ligadas ao Poder Local, relativamente à aplicação das principais medidas e eixos de intervenção do plano, em particular com base em parcerias entre administração, investigação e intervenção. A aposta nas sinergias em rede, para a reforma e construção de instrumentos da política local neste contexto, deve ter em mira a mudança de condições a nível das desigualdades, que são muito expressivas no mundo rural e nos territórios do interior.



1.3. O projeto MAIs

- O **MAIs.Mulheres Agricultoras em Territórios do Interior** ⁽²⁾ foi um projeto exploratório de intervenção-ação baseado na Teoria da Mudança (TdM), desenvolvido entre 2020 e 2024, que surgiu com o objetivo de aumentar a participação cívica e associativa das mulheres agricultoras, nas regiões do interior, através da sua capacitação, contribuir para a maior visibilidade do seu papel social e para o aumento da igualdade entre homens e mulheres. Financiado pelos EEA Grants (apoios no âmbito do Mecanismo Financeiro plurianual em resultado do Acordo do Espaço Económico Europeu estabelecidos pela Islândia, Liechtenstein e Noruega com a União Europeia), promovido pelo Instituto Politécnico de Viseu em parceria com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, Município do Sabugal, Município de São Pedro do Sul, OIKOS, Confederação Nacional de Agricultura, RURALIS e Bio Região de S. Pedro do Sul.
- Este projeto privilegiou metodologias participativas para abordar e trabalhar alguns dos problemas partilhados por um conjunto de mulheres agricultoras que integraram o projeto, nomeadamente: *falta de políticas públicas que respondam às necessidades da agricultura familiar; dificuldade em ocupar espaços de fala e de tomada de decisão; necessidade de conhecimento técnico ao nível da agroecologia; estrangulamentos na comercialização dos produtos; dupla e longa jornada de trabalho e e várias formas de desigualdade e discriminação com base no género.*
- A partir de uma metodologia baseada na TdM foi realizado um diagnóstico participativo em dois territórios do interior - São Pedro do Sul e Sabugal - a que se seguiu a construção de um roteiro de intervenção, que foi utilizado, ajustado e consolidado durante o desenvolvimento do projeto. As atividades foram planeadas em três eixos principais e complementares: pessoal/social, técnico e coletivo.
- Utilizaram-se várias técnicas no desenvolvimento das atividades de investigação e intervenção, das quais se destacam: *Mapa da Sociodiversidade; Caderneta da Mulher Agricultora; Desenvolvimento Comunitário; Escolas de campo agroecológicas; Photovoice; Formação em literacia digital; Curso de costura; Formação em comercialização e mercados; Recolha e inventariação de expressões de Património Cultural Imaterial e respetiva exposição*

(2) <http://events.ipv.pt/mais/>



fotográfica itinerante; Organização e participação em eventos públicos; Workshop em igualdade de género na agricultura. Ao longo do projeto, juntaram-se às atividades, em curso, diversas entidades protagonizadas por mulheres, nomeadamente a Associação Cultural e Desportiva de Rompecilha, Associação ARCAS de Covelinhas, Associação Fragas de Aveloso, Associação das Mulheres Agricultoras de Castelões, A Geradora - Cooperativa Integral, a marca de lã Suarda e a Universidade Sénior do Sabugal.

Estas atividades e sinergias tiveram como objetivo contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, em particular a de género, através da capacitação e empoderamento das mulheres agricultoras, a partir da valorização das suas práticas e saberes (ciclo da lã, ciclo do linho, cestaria com bracejo⁽³⁾, usos da castanha, enchidos, práticas agroecológicas, comercialização, conservação de sementes, etc.), da sua promoção na ocupação dos espaços de fala e da troca de experiências de forma mais ampla e integradora.



1.4. Aspetos éticos

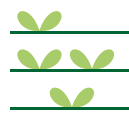
- O cumprimento dos princípios éticos durante a investigação e intervenção é uma componente essencial que deve ser assegurada durante todas as etapas, desde o desenho dos procedimentos metodológicos, em particular por envolver pessoas socio-historicamente situadas e não um 'outro abstrato' (Cordero, 2012; Passeggi, 2023). Assim, a aprovação de cada etapa metodológica e de cada instrumento de investigação por uma comissão de ética, bem como uma explicação detalhada e a recolha dos consentimentos informados, por parte das pessoas intervenientes, devem ser asseguradas desde o início.
- Mais importante do que os aspetos formais, é necessário cuidar para não causar prejuízos (ética mínima) e prever benefícios (ética máxima), de modo a permitir o desenvolvimento das pessoas envolvidas e o seu bem-estar (Baniwa, 2023; Passeggi, 2023).



1.5. Sobre este Guia

- O Guia, que aqui se apresenta, é uma proposta de roteiro de intervenção em igualdade de género na agricultura, que se pretende possa servir para múltiplas possibilidades de intervenção. Trata-se de um documento de apresentação de métodos e técnicas que podem ser utilizados em outros projetos destinados a reduzir as desigualdades sociais, em contextos socioeconómicos similares. Não se trata de uma matriz rígida de intervenção, mas antes da apresentação dos procedimentos e ações desenvolvidas no âmbito do projeto MAIs, cuja experiência e reflexão pretendem facilitar a sua replicação e/ou adaptação, em outros contextos.
- O pilar central do projeto MAIs, e também deste Guia, é o de que as mulheres agricultoras constituem o ponto de partida e o ponto de chegada de todo o processo, ou seja, **são simultaneamente beneficiárias e construtoras do projeto**, pois são quem melhor conhece a complexidade da sua realidade e dos seus problemas. Assim, a postura metodológica adotada, privilegia o trabalho/atividades **com** as mulheres, e não **para** as mulheres, que desempenham um papel fundamental no diagnóstico, desenho do projeto e durante toda a intervenção e co-construção dos caminhos de mobilização pessoal, técnica e coletiva.
- Este guia tem como objetivo principal oferecer um referencial de boas práticas para equipas técnicas locais, equipas de intervenção e outros públicos interessados e profissionalmente afetos às questões relacionadas com a igualdade de género, com especial enfoque no contexto local e na agricultura familiar, áreas prioritárias do projeto que dá origem a este trabalho. Assim, a proposta é que este documento possa contribuir para:

(3) O **bracejo** é uma planta, a *Stipa gigantea*, gramínea espontânea de caules filiformes, que formam touceiras (touças), em zonas de média altitude e terrenos secos. Para além de servir de alimento para animais ruminantes, sobretudo bovinos, é utilizada desde tempos remotos para tecer numa arte que se denomina bracejo. O trabalho é feito com ajuda de agulha e rafia, para tecer objetos de uso doméstico e decorativo.



- formar e informar equipas de intervenção local, profissionalmente dedicadas ao contacto com populações agrícolas;
- guiar e contribuir para outro tipo de intervenções e projetos de investigação-ação, em outros territórios, e com outras populações da mesma natureza;
- sugerir um conjunto de ações estratégicas, em contextos similares aos deste projeto, baseadas no conhecimento científico e na experiência de terreno em causa;
- reforçar a importância da implementação e reforço de políticas públicas, a nível nacional, de promoção de igualdade de género, em particular na agricultura e em outras áreas do setor primário ⁽⁴⁾.

- **O Guia de intervenção em igualdade de género na agricultura - metodologias e boas práticas** está estruturado em seis partes. Após uma introdução de contextualização, apresentam-se os pressupostos da TdM que serviu de metodologia de base (parte II); as técnicas utilizadas no diagnóstico participativo (parte III); os trabalhos desenvolvidos em torno da promoção da participação das mulheres agricultoras no espaço público (parte IV); o conjunto de atividades desenvolvidas durante a intervenção no terreno (parte V), organizadas em quatro eixos: capacitação pessoal, capacitação técnica, capacitação cívica e associativa, capacitação e sensibilização das equipas técnicas locais; e um conjunto de aprendizagens e de recomendações que decorrem do acompanhamento e avaliação do projeto (parte VI) e de recomendações para projetos de intervenção em igualdade de género na agricultura (VII). Cada uma destas partes contém uma breve contextualização teórica, descrição e etapas de operacionalização de cada um dos principais métodos e técnicas que foram e podem ser utilizados. De forma destacada, surgem exemplos concretos de boas práticas, quer sejam informações, reflexões teóricas ou metodológicas, ou cuidados específicos a ter em conta que se consideraram relevantes para o planeamento e intervenção.

⁽⁴⁾ Todos os objetivos apresentados encontram-se em consonância com as principais bases do Programa de Conciliação e Igualdade de Género da EEA Grants Portugal, nomeadamente nas áreas de igualdade de género, conciliação da vida profissional, pessoal e familiar e boa governança.





PARTE II - A TEORIA DA MUDANÇA COMO METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

- Os processos de mudança e desenvolvimento social são complexos e dependentes de muitas variáveis, atores e camadas, em geral, profundamente enraizados no contexto da comunidade/sociedade (UNDG, 2016).
- Neste contexto, e para avaliar ou apoiar o desenho de iniciativas complexas centradas na mudança social, a TdM surgiu, nos anos 90, como uma ferramenta alternativa a abordagens concetuais mais rígidas (Weiss, 1995; Anderson, 2009), momento em que se começou a dar destaque ao modelo ecológico de abordagem e intervenção social integrada, sobretudo na área da sociologia. Este modelo conceptual procura analisar a lógica que existe em diferentes subsistemas sociais (como a comunidade, família e indivíduo) e a forma como estes interagem entre si (Rosa, 2021).
- A TdM surge, então, como uma alternativa aos modelos lógicos, assentes numa estrutura rígida, que procuram identificar e analisar as componentes dos projetos de intervenção social e os resultados, contributos e atividades, mas que são incompletos, pois contrariamente à TdM, não permitem ligar resultados e atividades para explicar o como e porquê da mudança que se procura. Tal como refere o Center of Theory of Change (2023):

A Teoria da Mudança é essencialmente uma descrição e ilustração exhaustiva de como e porquê se espera que uma mudança ocorra num determinado contexto. Centra-se, em particular, no mapeamento ou “preenchimento” do que foi descrito como o “meio-termo” entre o que um programa ou iniciativa de mudança faz (as suas atividades ou intervenções) e a forma como estas conduzem à concretização dos objetivos desejados. Para tal, começa por identificar os objetivos desejados a longo prazo e, a partir daí, identifica todas as condições (resultados) que devem existir (e a forma como se relacionam entre si) para que os objetivos se concretizem.
- Em suma, a TdM caracteriza-se por ser uma forma de organização da intervenção adaptada à complexidade da realidade social e da mudança e traduz-se num processo sistematizado, contextualizado, multidisciplinar e flexível que ajuda a orientar o desenvolvimento de estratégias ou intervenções, com base em evidências, aprendizagens, pressupostos e riscos (UNDG, 2016).
- Por se tratar de uma ferramenta metodológica tão flexível, existem várias abordagens da TdM que variam entre si pelas etapas adotadas e respetiva ordem. No caso do Projeto MAIs, a TdM foi organizada com base numa abordagem *bottom-up* (de baixo para cima), num processo participativo e centrado nas participantes, onde as próprias, desempenharam um papel fundamental na definição, desenvolvimento e implementação do desenho da TdM. Ao contrário das abordagens *top-down*, (de cima para baixo), que começam por identificar os impactos, pressupostos e atividades, considerou-se ser essencial começar por identificar os atores-chave, ou seja, as partes interessadas ou afetadas pela mudança (onde se devem incluir membros da comunidade, grupos locais, líderes comunitários, entre outros).



CAMINHO PARA A PARTICIPAÇÃO-AÇÃO

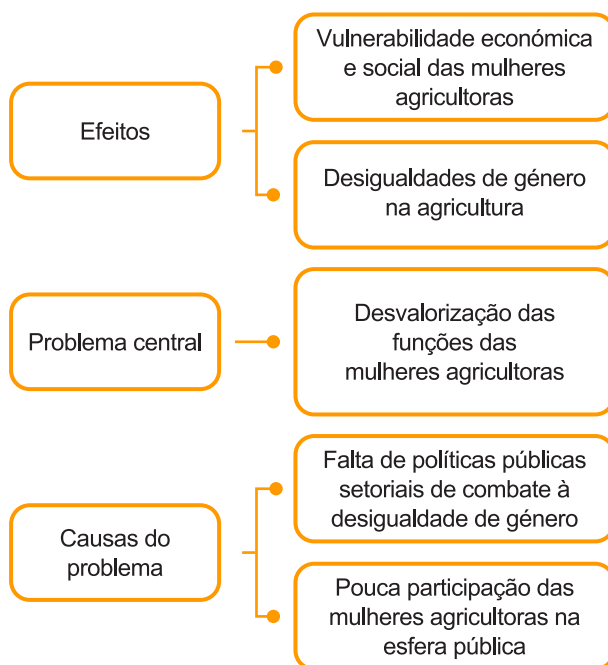
O público-alvo deve sentir que faz parte integrante de todo o processo, numa lógica *bottom-up*. Para tal, pode não ser suficiente a organização de oportunidades de participação nos espaços de fala e tomada de decisão para garantir uma participação ativa - muitas vezes, é necessário passar por processos de educação para a participação cívica, construção de consciência coletiva, formação e sensibilização dos serviços locais, construção de parcerias e garantia de transparência. As experiências e conhecimento do público-alvo devem ser identificadas e valorizadas.



2.1. Operacionalização

ETAPA 1

Na etapa inicial de implementação da TdM, o primeiro objetivo é nomear os motivos/razões da mudança, compreender os problemas atuais e o que pode ser melhorado junto da comunidade alvo da intervenção. Para isso, pode estruturar-se uma **árvore do problema central**, onde se identificam as causas do problema, o problema central e os seus efeitos, de baixo para cima.

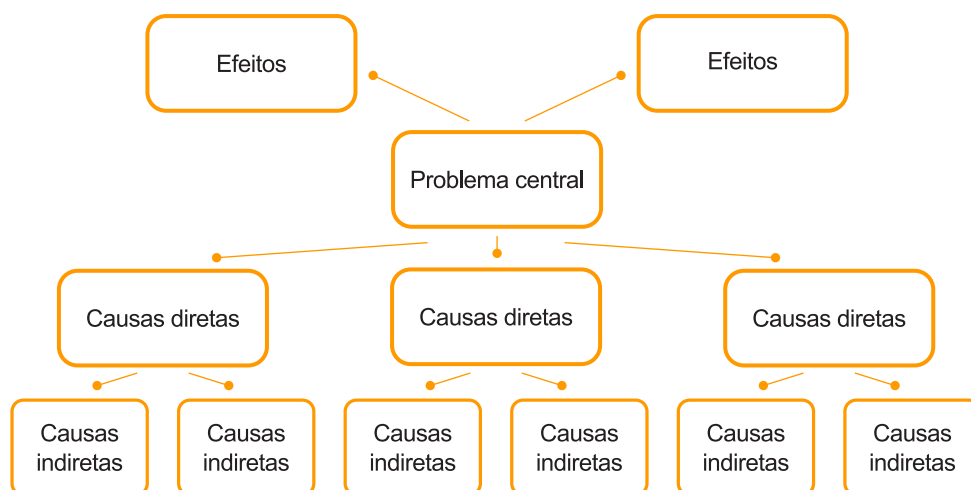


Árvore do problema central do projeto MAIs



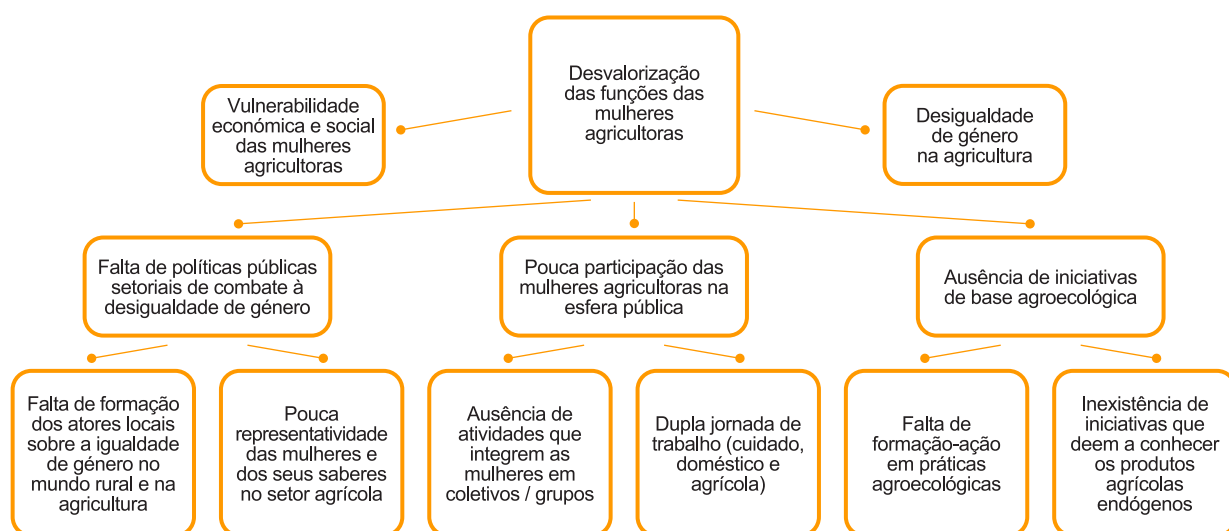
ETAPA 2

A segunda etapa consiste em envolver os atores referidos em reuniões, grupos de discussão, entrevistas, grupos focais ou outras dinâmicas de grupo, com o objetivo de ouvir as suas perspetivas, necessidades e identificar qual o papel que poderão vir a desempenhar no projeto. Nesta fase, é recomendável elaborar uma **árvore de problemas**, uma ferramenta bastante útil, que pode funcionar como um ponto de partida para a visualização do processo da TdM.



Árvore de problemas

A árvore de problemas, que visa elencar causas indiretas e diretas, problema central e efeitos, possui algumas especificidades a ter em conta, nomeadamente: (1) deve ler-se de baixo para cima (das causas indiretas para os efeitos); (2) cada causa indireta só deve estar ligada a uma causa direta; (3) o problema central tem de ser um problema relevante para a comunidade / grupo-alvo; (4) o problema deve ser formulado a partir da perspetiva das pessoas afetadas, por exemplo: se o problema está relacionado com a falta de escoamento de produtos agrícolas, então o problema central é “existirem agricultores e agricultoras que não conseguem escoar os seus produtos agrícolas”.

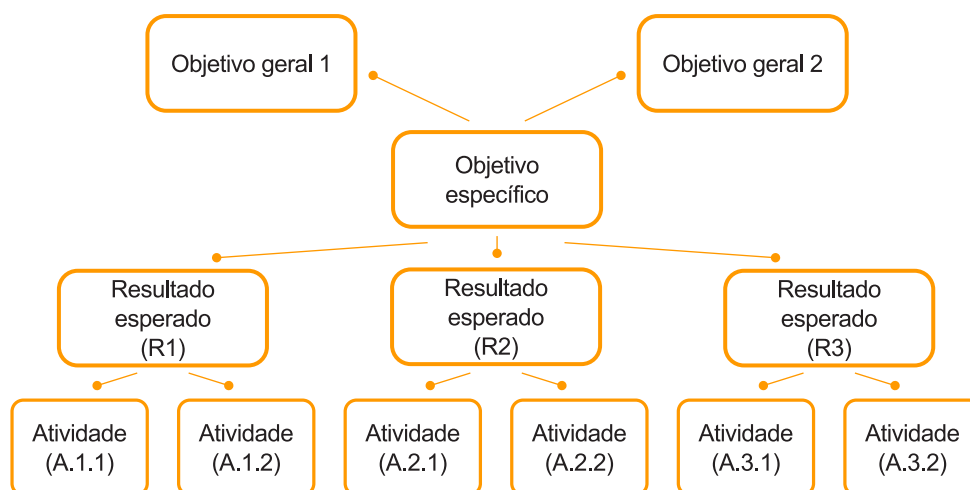


Árvore de problemas do Projeto MAIs



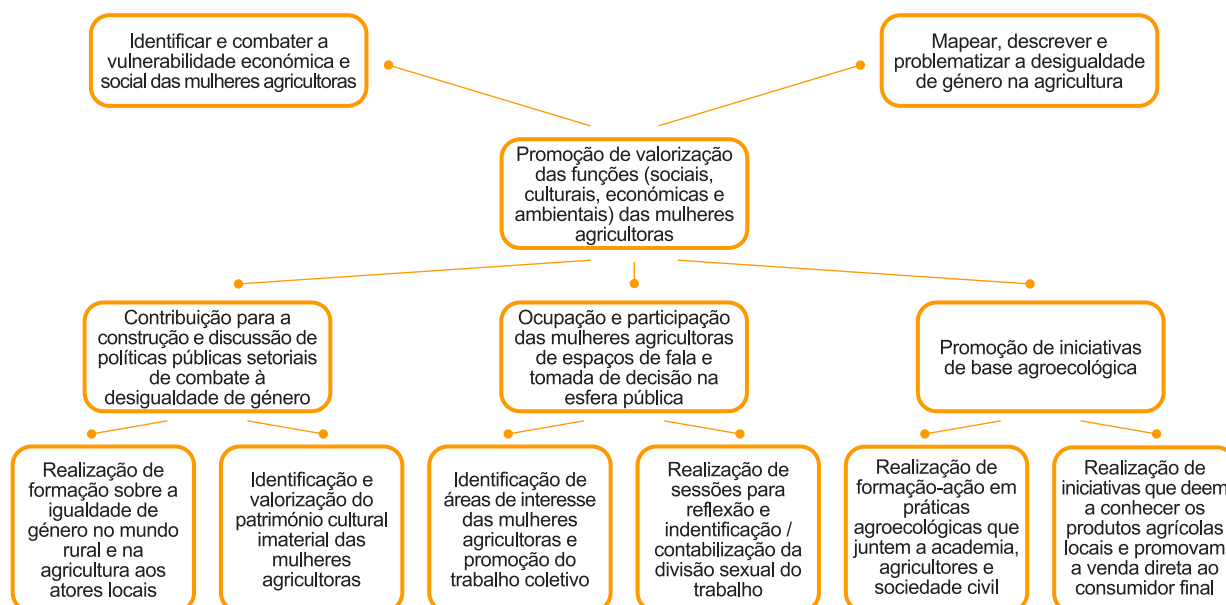
ETAPA 3

Nesta etapa, definem-se os objetivos e resultados esperados com a mudança, em conjunto com todas as partes interessadas. Os objetivos a elencar devem ser específicos, mensuráveis, atingíveis, relevantes e temporais, ou seja, devem cumprir os critérios SMART (Locke & Latham, 2013). A definição dos objetivos, numa **árvore de objetivos** vai permitir formular as atividades.



Árvore de objetivos

Para facilitar a formulação da árvore de objetivos deve atender-se às diferentes componentes da árvore de problemas; assim, de cima para baixo: (1) os efeitos devem originar os objetivos gerais; (2) o problema central deve corresponder ao objetivo específico; (3) as causas diretas devem relacionar-se com os resultados esperados; e (4) as causas indiretas devem permitir encontrar resposta através das atividades propostas.

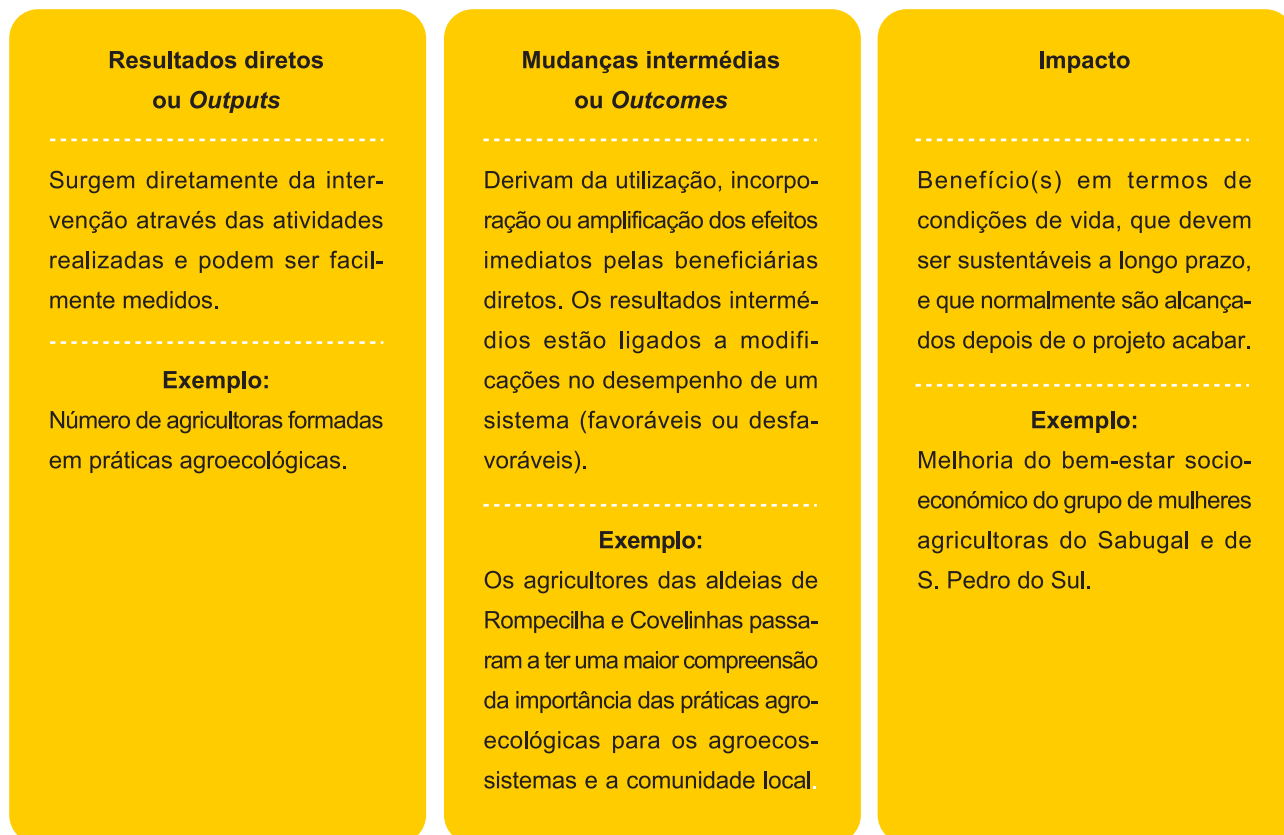


Árvore de objetivos do Projecto MAIs



ETAPA 4

A quarta etapa consiste em definir a lógica de intervenção e os níveis de mudança, ou seja, a partir dos problemas identificados devem nomear-se **impactos a longo prazo** e definir a **mudança que o grupo deseja ver concretizada**. As mudanças são classificadas em diferentes níveis: Resultados diretos ou *Outputs*, Mudanças intermédias ou *Outcomes* e Impacto.



ETAPA 5

Esta etapa centra-se na **identificação dos fatores-chave que podem influenciar ou comprometer a mudança** desejada, o que pode incluir recursos, capacidades, barreiras, desafios e oportunidades, entre outros.

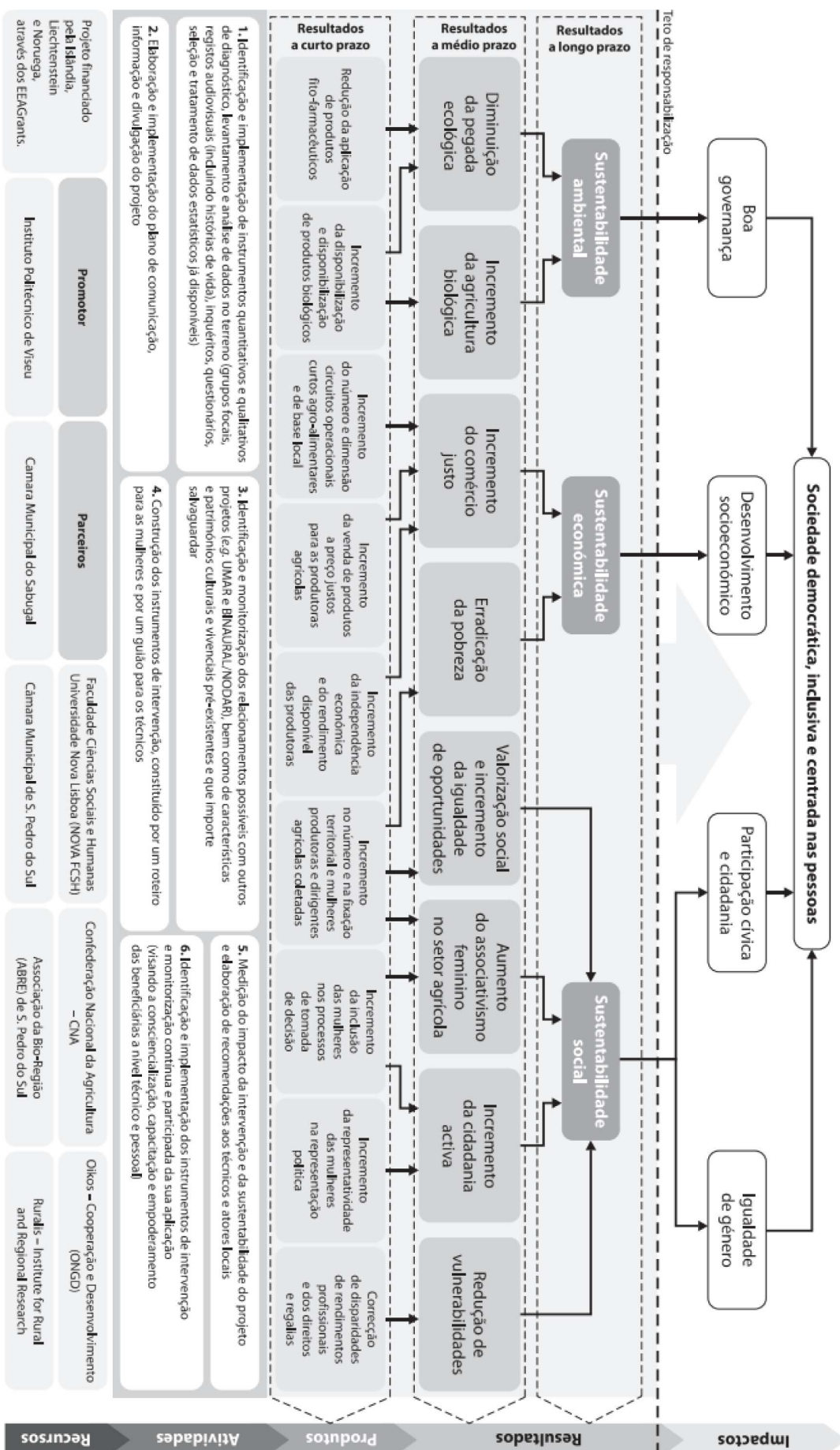
ETAPA 6

De seguida define-se o **conjunto de indicadores, metas e resultados**, com o objetivo de facilitar a monitorização e reajustamento do projeto se e sempre que, necessário.

- Exemplo: Meta - Formar 30 agricultoras em informática, nos concelhos de S. Pedro do Sul e Sabugal
- Indicador - Número de pessoas formadas
- Resultado - 25 agricultoras formadas em informática, nos concelhos de S. Pedro do Sul e Sabugal

ETAPA 7

Na sétima etapa constrói-se o **mapa da TdM**, que deve representar e explicar de forma gráfica (visualmente), o modo como os fatores-chave da mudança se relacionam entre si e como contribuem para alcançar os resultados pretendidos. Esta representação pode ser realizada através de esquemas, diagramas, fluxogramas ou narrativas, tal como ocorreu no âmbito do processo da construção da TdM do Projeto MAIs.



Mapa da Teoria de Mudança do Projecto MAIs. Fonte: Rosa, 2021.



ETAPA 8

Por fim, na última e oitava etapa, decorre a **implementação e monitorização do projeto desenhado**. Nesta etapa, importa ter sempre presente que a TdM pode, e deve, ser reformulada e adaptada, consoante as mudanças que vão ocorrer na realidade social de intervenção. Assim, devem realizar-se reuniões periódicas para recolher o feedback das partes interessadas e ajustar as estratégias/atividades, inicialmente previstas, com base nas aprendizagens adquiridas e mudanças ocorridas.

BOA PRÁTICA

PROMOVER O USO DA TEORIA DA MUDANÇA

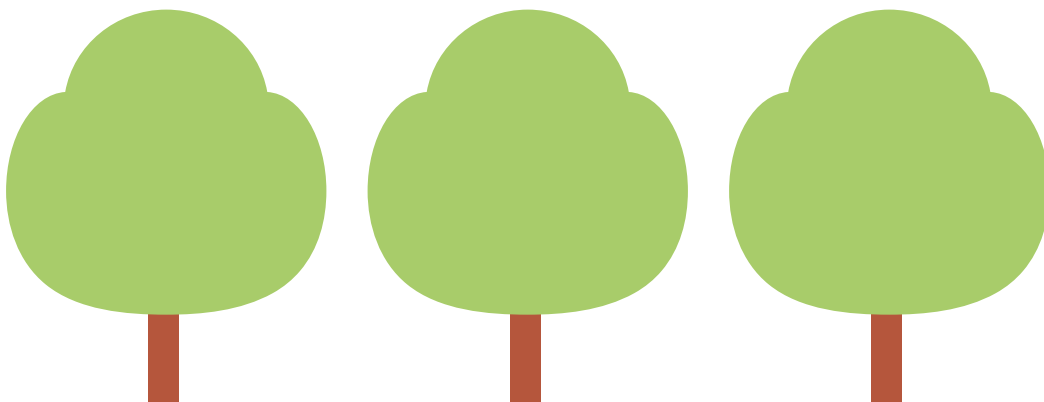
Para colmatar a escassez de informação sobre a TdM em Portugal (sucessos, resultados, etapas, etc), devem ser divulgadas e partilhadas experiências da sua aplicação. O sucesso de cada experiência baseada na TdM pode inspirar outros projetos. Sugerem-se, para além do projeto MAIs | Instituto Politécnico de Viseu, visitas a outras experiências, que ainda que noutros contextos, espelham o sucesso da TdM: **Portugal Mais Feliz - Cruz Vermelha Portuguesa; A Avó Veio Trabalhar - Associação Fermenta.**



2.2. Dificuldades e constrangimentos

Importa salientar que a TdM varia de projeto para projeto e pode assumir diferentes formas devido a diversos fatores, nomeadamente:

- cada projeto é único em termos de contexto, objetivos e desafios específicos, por isso, é preciso ter em conta que o que funciona num contexto pode não ser aplicável noutro;
- projetos que adotam uma abordagem participativa, envolvem ativamente as partes interessadas na elaboração da TdM, o que resulta em abordagens personalizadas, que refletem as perspetivas, perceções e contributos únicos do grupo envolvido;
- a mudança é um processo complexo, em função da realidade social subjacente. Neste sentido, os resultados atingidos assumem maior ou menor dimensão/ajuste de acordo com o problema social e as condições externas ao mesmo (mudanças políticas, económicas, crises, pandemias);
- a disponibilidade de recursos (tempo, financiamento, recursos humanos, recursos materiais) influencia a forma como a TdM é desenvolvida e implementada e, muitas vezes, as previsões iniciais podem diferir muito das necessidades reais, verificadas ao longo do processo, o que significa que é necessária uma grande flexibilidade da entidade financiadora/provedora de recursos.





PARTE III - DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

- O **diagnóstico** é o ponto de partida de qualquer intervenção social, pois é a partir deste que é possível conhecer e enquadrar o problema social e as populações num contexto específico, bem como detetar as necessidades e áreas que requerem atenção e intervenção (Guerra, 2002).
- O processo de diagnóstico deve ser conduzido através de uma abordagem participativa e multidisciplinar. Para tal, é essencial a articulação entre diferentes técnicas como **entrevistas, histórias de vida, grupos focais, rodas de conversa, levantamentos de dados quantitativos e qualitativos e análise de documentos relevantes**.
- Outro aspeto fundamental em todo o processo interventivo, mas com particular destaque para a fase inicial de diagnóstico e planeamento, é o envolvimento ativo da comunidade e das partes interessadas, num processo co-construído, de forma a garantir uma visão holística e mais precisa da realidade, bem como a identificação e comprometimento de todos (Monteiro, 1996). Do mesmo modo, a realização de conversas informais em locais públicos e a participação / organização de eventos comunitários, como feiras, eventos culturais, exposições e festas, pode facilitar esta fase inicial. Após esta abordagem inicial, que permite ganhar confiança junto do grupo / comunidade, sugere-se a realização de um diagnóstico através de técnicas participativas como a análise estatística e documental sobre as regiões onde o projeto se vai desenvolver (ponto 3.1.), interações com informantes privilegiadas (ponto 3.2.), grupos focais (ponto 3.3.), entrevistas e observação participante (ponto 3.4.) acompanhadas de trabalho voluntário (como por exemplo, colaboração no trabalho diário das explorações agrícolas das participantes) e histórias de vida (ponto 3.5).
- O cruzamento das informações, recolhidas através de diferentes técnicas permite, identificar as necessidades / problemas da população-alvo, bem como perceber, em profundidade, qual o papel das mulheres agricultoras nas diferentes esferas da vida, nomeadamente no que diz respeito às dimensões económica, social e pessoal / familiar. Esta fase inicial de auscultação e interação com as comunidades e grupos, no terreno, é ainda fundamental para constituir e consolidar os grupos de intervenção e permitir passar à fase da efetiva intervenção-ação.

BOA PRÁTICA

DAR PROTAGONISMO ÀS MULHERES

Conhecer aprofundadamente a realidade onde se pretende intervir é o primeiro passo para gerar uma mudança social que parta da realidade vivida pela população-alvo. Neste caso, **as mulheres agricultoras são o ponto de partida e de chegada do projeto e protagonistas na construção coletiva e crítica do conhecimento**. Os saberes populares e as metodologias promotoras da reflexão-ação com as mulheres devem ser considerados ao longo de todo o processo de transformação social. Esta efetiva participação e envolvimento contribuem para que o grupo valorize os resultados alcançados e fique com autonomia para dar continuidade à mudança depois de o projeto acabar.



3.1. Análise estatística e documental

- Existem diversas fontes de dados que podem ser utilizadas, no âmbito de um diagnóstico, sejam de natureza quantitativa e/ou qualitativa, seja por via de instrumentos e técnicas de pesquisa e/ou participativos (Guerra, 2002; Fialho *et al.*, 2020).
- As fontes de informação podem ser monografias sobre a região de atuação, estudos anteriores com as mesmas populações ou regiões, ou noutras regiões (até mesmo países) sobre a mesma problemática, dados de recenseamentos da população, relatórios técnicos de autarquias, arquivos municipais, entre outros. O uso de dados administrativos, nomeadamente de estatísticas oficiais, é de grande utilidade na investigação social e, em particular, na construção de diagnósticos. Informações recolhidas junto do total da população de um território, como os Censos e o Recenseamento Agrícola, realizados decenalmente pelo Instituto Nacional de Estatística em Portugal, permitem obter uma fotografia atualizada e evolutiva da população residente em Portugal. A partir deste retrato, é possível caracterizar as dinâmicas populacionais (sociais, económicas, técnicas, etc), construir instrumentos de monitorização e contribuir para a definição de políticas públicas.
- Idealmente, caso existam recursos, será aconselhável a recolha de dados diretos através da construção e aplicação de inquéritos por questionário que possam colmatar e/ou complementar as insuficiências dos dados estatísticos oficiais existentes e que possam integrar outras variáveis pertinentes para o projeto concreto que se pretende desenvolver.

PROCURAR DADOS DESAGREGADOS POR GÉNERO

Nem sempre as estatísticas oficiais oferecem dados sobre fenómenos e/ou populações concretos. São exemplos disso a inexistência de dados relativos à orientação sexual e identidade de género ou etnia, que não são recolhidos pelos recenseamentos à população. Tal dificulta a realização de estudos sobre qualquer tipo de temática que se relacione com estas variáveis e que, em muitas circunstâncias, são essenciais. Assim, e seguindo o exemplo de pesquisas na área da orientação sexual e identidade de género, pode-se complementar e/ou substituir as estatísticas oficiais por metodologias de recolha de informação aplicadas junto destas populações, como através de entrevistas a membros de associações civis e/ou a pessoas que se relacionem com a temática em causa ⁽⁵⁾.

No caso da agricultura familiar, apesar dos Recenseamentos Gerais Agrícolas recolherem dados que permitem a caracterização da população agrícola familiar, estes possuem limitações em termos de algumas temáticas dentro desta população, em particular ao nível socioeconómico. Pelo referido, devem ser aplicados, aquando do diagnóstico, instrumentos específicos que permitam recolher e construir indicadores inexistentes, por exemplo, inquéritos por questionário ou entrevista.

BOA PRÁTICA



3.2. Fontes de informação privilegiada

- Em qualquer projeto de intervenção, identificar fontes privilegiadas de informação (informantes ou atores / grupos-chave) de várias áreas (saúde, educação, agricultura, política, cultura, segurança) e organizações (entidades públicas, empresas, associações locais) ou outros membros ativos da comunidade, é fundamental para a entrada e permanência dos investigadores no terreno.

⁽⁵⁾ Vide Saleiro et al. (2022) – *Estudo nacional sobre necessidades das pessoas LGBTI e sobre a discriminação em razão da orientação sexual e expressão de género e características sexuais*. CIG.



- Recomenda-se a realização de entrevistas e conversas que permitam auscultar a opinião das pessoas que melhor conhecem o terreno e as comunidades, que podem também vir a ser **potenciais parceiras do projeto** e evitar possíveis bloqueios ou oposições.
- Estes agentes facilitam a inserção no tecido social e podem ajudar a aferir se o projeto está alinhado com as prioridades locais estabelecidas; enfatizar como o projeto pode beneficiar toda a comunidade; avaliar as dinâmicas sociais que o projeto pode estimular, tanto as positivas quanto negativas; conhecer projetos idênticos; identificar os problemas reais da comunidade e determinar o que está e não está a ser resolvido pelas organizações-chave envolvidas (Bandeira *et al.*, 2007).

- No entanto, é preciso ter presente que os atores/grupos-chave, ao fazerem parte da comunidade, têm as suas próprias perceções e representações das problemáticas que vão ser trabalhadas, pelo que é necessário entender as suas informações como elementos que contribuem para o entendimento das dinâmicas, narrativas e estruturas locais, sem as confundir com ‘verdades’ objetivas e inquestionáveis.

Por vezes estes “informantes privilegiados” são escolhidos por terem lugares de preponderância na unidade social em estudo. No entanto, isso quer também dizer que têm uma visão particular das coisas, a qual o investigador tem de procurar captar e levar em consideração (Costa, 1987, pp. 139-140).

Esta visão pode não ser coincidente com a de outras pessoas da mesma comunidade, que não ocupam esses mesmos lugares de preponderância.

- Para além da informalidade que se deve manter na interação com os atores / grupos-chave, por forma a facilitar e naturalizar a presença da equipa no terreno, os seguintes aspetos podem também ser fundamentais, numa abordagem inicial:

1. Conhecer a perspetiva e visão que os atores locais têm sobre o papel das mulheres na agricultura local.
2. Desvendar e perceber a perspetiva, dos atores locais, sobre a desigualdade de género e possíveis necessidades sobre esta temática.
3. Recolher experiências acerca da intervenção local (metodologias, estratégias, sustentabilidade, reprodutibilidade).
4. Entender os compromissos e responsabilidades que são e poderão ser assumidos pelos decisores nestas matérias (agricultura familiar, género...).

- Os informantes devem acompanhar toda a vida do projeto e podem voltar a ter um papel de destaque em estádios mais avançados do projeto, nomeadamente para:

1. Validar e melhorar a estratégia de intervenção para a região/comunidade.
2. Reunir recomendações de política pública sobre estes temas.
3. Avaliar o potencial de replicabilidade do projeto na sua e noutras regiões.

- Deve, ainda, realçar-se a importância das questões de género num projeto desta natureza, pelo que é absolutamente fundamental garantir a presença de mulheres como informantes.



À PROCURA DOS CICLOS LOCAIS

Envolver atores e associações/entidades locais - como a Associação Fragas Aveloso em S. Pedro do Sul - enquanto informantes privilegiados foi o caminho no Projeto MAIs, para identificar os ciclos da lã e do linho como dinâmicas motoras para a construção da TdM e o envolvimento das participantes.



3.3. Grupos focais

- Os grupos focais consistem numa técnica de investigação qualitativa de recolha de informação, na qual um grupo de pessoas se reúne para discutir um tema de interesse, sob a orientação de uma pessoa que apresenta questões e estimula a diversidade de opiniões. Este tipo de entrevista é uma técnica que permite compreender e analisar com maior profundidade a perspetiva individual e coletiva enriquecida pelas sinergias criadas pelo conjunto de participantes (Dawson *et al.*, 1993; Trad, 2009; Sampieri *et al.*, 2014; Bryman, 2016).
- A literatura sugere que, cada grupo focal, tenha entre 6 a 15 pessoas, de modo a permitir a participação efetiva de todos, e que cada sessão não deve durar mais do que duas horas. A observação e o registo das intervenções e interações que acontecem nos grupos focais são utilizadas “como um recurso para compreender o processo de construção das perceções, atitudes e representações sociais” da temática em análise (Gondim, 2003; Trad, 2009). No momento inicial do grupo focal, é essencial administrar uma ficha de caracterização sociodemográfica dos participantes. No caso de um projeto com mulheres agricultoras, existem algumas variáveis que devem ser consideradas, tais como: idade, género, estado civil, escolaridade, local de residência, área da exploração, tipo de produção agrícola, existência e tipo de formação profissional, situação face ao emprego, situação face à profissão, rendimento médio mensal do agregado familiar, percentagem do rendimento da agricultura para o agregado familiar.
- Deve ser elaborado um guião (roteiro de questões) para dinamizar o grupo focal, com poucos itens, que permita a flexibilidade na sua condução (registo de temas não previstos, mas relevantes). O roteiro de questões deve abordar no máximo cinco tópicos e deve incluir uma primeira questão mais abrangente que facilite a abertura do debate e funcione como quebra-gelo (pretende-se incentivar a participação imediata de todos).

EXPRESSÕES ORAIS COMO QUEBRA-GELO

Eu sou a [NOME] e quero partilhar convosco [uma lengalenga/provérbio/adivinha e o seu significado]

TÓPICOS PARA O GRUPO FOCAL COM MULHERES AGRICULTORAS

Abordagem pessoal (como se veem a si mesmas, situação pessoal/familiar); abordagem interpessoal (como veem as outras mulheres; como consideram que são vistas na comunidade? na família? pelos homens? qual a participação social nas comunidades em que se inserem; perceção geral sobre as desigualdades existentes entre homens e mulheres; quais os principais problemas das mulheres agricultoras na região); abordagem socioeconómica (perceção do estado atual da agricultura, e das transformações ocorridas; como é que o trabalho é dividido no agregado?; perceção sobre o valor do trabalho realizado por mulheres).



- A sessão deve ser dinamizada por uma equipa interdisciplinar (duas ou três pessoas), que inclua saberes nas áreas determinantes, com o único propósito de esclarecer possíveis dúvidas conceituais (no caso do MAIs foram especialistas em questões de género e em agricultura familiar). O grupo focal deve ser conduzido por um moderador, um elemento neutro na discussão, mas capaz de acolher e conduzir os intervenientes durante toda a dinâmica, promover a participação de todo o grupo, assegurar a cadência da discussão e não se sobrepor/influenciar o discurso dos participantes. Deve estar presente um observador, que faz a observação direta e regista a sessão, para num primeiro momento avaliar o sucesso da mesma e identificar as problemáticas/ideias chave que resultaram da ação.



3.4. Observação participante

- Caso a equipa opte por realizar observação participante como parte integrante do diagnóstico, esta deve ocorrer nos locais quotidianos da população-alvo. No caso das agricultoras familiares, o local mais indicado é a exploração agrícola, de modo a que seja possível acompanhar o seu dia-a-dia, participar e compreender as atividades e dinâmicas agrícolas e familiares, e desvendar os seus múltiplos significados. Durante este processo, é importante considerar os significados culturais das protagonistas e, simultaneamente, manter o distanciamento dos significados próprios de cada um dos membros da equipa de investigação. Num projeto com foco nas mulheres agricultoras, a observação deve ter em atenção os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar as principais dificuldades e/ou necessidades das mulheres agricultoras;
2. Conhecer os contributos das mulheres agricultoras para a criação de valor no agregado familiar, território/região, ambiente e comunidade;
3. Conhecer o percurso pessoal e profissional das mulheres agricultoras.

O tempo de permanência no campo está dependente de fatores externos à equipa, nomeadamente a vontade e disponibilidade das pessoas participantes. O guião do trabalho de campo deve ser previamente estruturado (ver exemplo na tabela seguinte).

Hora	Descrição
Manhã (09:00-13:00)	- Preenchimento prévio (antes do contacto com os participantes) de informações gerais sobre o local, hora de início e notas preliminares relevantes. - Trabalho voluntário e conversa com a agricultora e com os restantes membros do agregado familiar presentes, em torno de explicação/descrição de práticas e saberes. - Registo vídeo e imagem.
Almoço (13:00-14:30)	- Almoço (se possível partilhado com a família). - Preenchimento da grelha de observação participante e de notas sobre conversa que ocorreu da parte da manhã.
Tarde (14:30-18:30)	- Realização da entrevista (individualmente e em local calmo) e, se possível, entrevistar também outros membros do agregado familiar (ex: filha/o, cônjuge, mãe/pai).
Fim do dia (18:30-19:00)	- Registo das principais conclusões.



POSTURA ABERTA E PERMANÊNCIA NO TERRENO

Durante toda a investigação será necessário assumir uma **postura intuitiva, aberta e ativa**, com o objetivo de apreender todas as particularidades relevantes observadas, mesmo que estas não vão de encontro às expectativas teóricas conhecidas à priori. As sessões de observação participante deverão decorrer, de preferência, **nas explorações agrícolas das mulheres**. Deve haver sempre **flexibilidade**, em particular de acordo com a disponibilidade das participantes e assegurar que o ambiente é de construção de **confiança mútua** (um dos objetivos centrais desta fase), ou seja, num **local onde as mulheres agricultoras se sintam seguras e à vontade**.



3.5. Entrevistas

- No caso das entrevistas, é importante que estas foquem, em profundidade, o papel das mulheres nas diferentes esferas da vida, nomeadamente no que diz respeito às dimensões económica, social e pessoal/familiar. Existem poucos estudos que façam um retrato das mulheres na primeira pessoa, em particular, no contexto das mulheres agricultoras. De facto, diversos trabalhos sobre o papel das mulheres agricultoras referem que, em geral, os espaços de fala são ocupados maioritariamente pelos homens (Shortall, 1999; Brandth, 2002; Carmo, 2007; Carmo, 2010; Contzen & Forney, 2017; Whatmore, 2016; Gomes *et al.*, 2022).
- As entrevistas devem ser previamente preparadas através da construção de guiões adaptados aos objetivos do projeto e devem ser realizadas num ambiente de alguma informalidade e descontração. Deve-se evitar perguntas num tom avaliativo ou analítico, que possam transmitir às entrevistadas uma situação de teste ou de qualquer tipo de relação hierárquica de saberes. É fundamental esclarecer as entrevistadas sobre os objetivos das entrevistas, garantir o anonimato e confidencialidade das informações recolhidas e assegurar que todas as respostas são igualmente importantes e fundamentais para o conhecimento da realidade em estudo. A escolha do local e hora da realização das entrevistas tem que atender ao conforto das entrevistadas, pelo que se sugere que sejam realizadas num local à sua escolha, e numa altura do dia em que se encontrem sozinhas e com tempo.
- Deve ser tido em conta que esta técnica aplicada, em contextos laborais, requer uma longa estadia no campo. No caso do setor agrícola, é relevante considerar que: a) a agricultura é uma atividade complexa e influenciada por fatores sazonais, ambientais, económicos e sociais; b) a criação de relações de confiança com as agricultoras requer tempo; c) acrescem as especificidades do trabalho agrícola na comunidade, os desafios enfrentados e as estratégias de resolução de problemas das mulheres agricultoras. A saturação dos dados é um critério que irá definir a conclusão das entrevistas pois, quando a informação adquirida se apresentar redundante, é o momento de terminar a recolha.



3.6. Histórias de vida

- As histórias de vida tentam reconstruir os acontecimentos da vida de uma pessoa ou grupos, total ou parcialmente, a partir de histórias contadas na primeira voz (Hernández-Hernández & Gil, 2018).



- São as pessoas que podem expressar a realidade pela qual passaram ou estão a passar, pelo que esta metodologia promove a apreensão e compreensão desses fenômenos e dá a conhecer as variadas realidades que as pessoas constroem através das suas narrativas (Cordero, 2012).
- O conhecimento inerente às histórias de vida é, por vezes, transformador, e permite reunir muitas camadas de compreensão sobre uma pessoa, a sua cultura e como esta operou mudanças na sua vida (Etherington, 2009).
- A vantagem da utilização das “histórias de vida” é a de poder captar as intenções e situações experienciadas pelas participantes, que relatam a sua história de vida (por exemplo, a experiência de ser mãe em contexto rural) e com isso permitem ao investigador compreender as ideias e os significados atribuídos às ações e interações individuais e sociais, através da perspetiva do próprio participante, no sentido de desvendar a intenção, o propósito da ação e estudar a sua própria posição significativa, no significado que tem para quem o viveu (Coutinho, 2021).
- Este tipo de construção do conhecimento, leva o investigador a prestar atenção aos detalhes das histórias locais e dos contextos em que estão envolvidos (Payne & Payne, 2004). As informações recolhidas oferecem evidências sobre a interação e o processo social.
- No final da entrevista, todo o material é transcrito e posteriormente, discutido entre a pessoa entrevistada e o investigador (Nogueira *et al.*, 2017), de modo a identificar as informações que permitem responder às questões de investigação e produzir uma “narrativa de forma colaborativa” na procura de sentidos e identidades (Moutinho & Conti, 2016; Nogueira *et al.*, 2017; Tierney & Lanford, 2019). O processo é dinâmico e funciona como um recurso entre o investigador e o participante, que se esforça para descrever toda a sua história de vida, relativa ao período em estudo (Ferrazza & Antonello, 2017), e deve ser conduzido de forma flexível, de acordo com a disponibilidade das participantes, em função das suas responsabilidades agrícolas e familiares.

BOA PRÁTICA

MULHERES AGRICULTORAS PERTENCENTES A FAMÍLIAS COM TRÊS GERAÇÕES QUE EXPERIENCIARAM A MATERNIDADE/PATERNIDADE

Utilizar as histórias de vida para estudar e compreender processos que se estendem entre gerações e cuja aprendizagem/ação é influenciada pela família, permite identificar fatores que dificultam ou facilitam a mudança. No projeto MAIs, procurou-se analisar os fatores associados à maternidade/paternidade, ao longo das gerações e foi possível compreender os sentidos atribuídos pelos casais, a cada momento, papel desempenhado, influência na vida, entre muitas outras perceções, ligadas ao acontecimento e à experiência e sentimentos vividos.





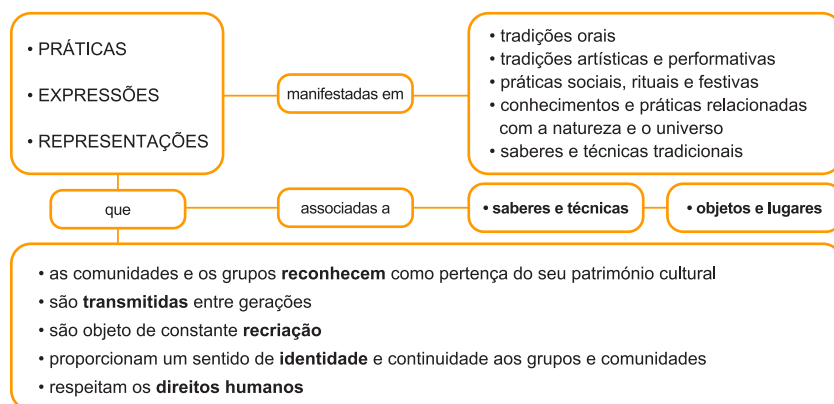
PARTE IV - PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO E DO PAPEL DAS MULHERES AGRICULTORAS, NO ESPAÇO PÚBLICO

- Qualquer projeto de intervenção social de combate às desigualdades de género, tem de ter em consideração a dimensão da escassez da participação social das mulheres no espaço público e a falta de associativismo, de modo a contribuir para o **estímulo à construção e/ou reforço de coletivos de mulheres, com visibilidade e espaços de fala e de decisão**, quer a nível local, regional ou nacional.
- A forma mais eficaz de trabalhar esta questão é no próprio terreno, o que face às suas especificidades, permite descobrir e construir, com as próprias mulheres, as melhores estratégias para alcançar o objetivo referido. É fundamental **envolver as mulheres nos processos de tomada de decisão dos próprios projetos de intervenção e garantir a sua participação, nas iniciativas a desenvolver**.

4.1. O Património Cultural Imaterial como instrumento de igualdade de género

- Existem várias estratégias para intervir no âmbito do estímulo ao associativismo e à participação cívica das mulheres em territórios do interior. Uma das possibilidades é através do **trabalho de recolha e valorização do património cultural imaterial (PCI)**, de que as mulheres agricultoras são detentoras. O contributo para a **preservação da diversidade cultural, reforço das identidades e promoção da igualdade de género**, resultará do reconhecimento e valorização do papel das mulheres na família e comunidade. Para além disso, o próprio trabalho de recolha e registo de PCI motiva e intensifica dinâmicas locais que reforçam os espaços de fala e de participação das mulheres na construção e reconstrução das memórias e história das suas comunidades e, assim, no reforço da cultura e identidades locais.

O Património Cultural Imaterial é definido como **o conjunto de expressões culturais, práticas e representações que se manifestam em tradições orais, artísticas, performativas, práticas sociais, como rituais e festivais, e conhecimentos (por exemplo, medicinais, artesanato ou gastronomia)** (Leal, 2009; Instituto dos Museus e da Conservação, 2011; Sousa, 2015). Estes são os domínios e materializações de PCI definidos pela UNESCO, em 2003 (UNESCO, 2003) e retificados, em 2008 na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (Carvalho, 2011).



As relações entre o PCI, o património material e as pessoas e comunidades. Adaptado de The Intangible Heritage Messenger e do Kit de recolha de PCI (UNESCO, 2006; Instituto dos Museus e da Conservação, 2011).



- Estas manifestações do imaterial encontram-se associadas a técnicas, objetos, lugares, comunidades e pessoas, numa dialética entre os domínios materiais e imateriais da vida humana. A reprodução deste tipo de património é realizada na passagem destas manifestações, entre diferentes gerações, pelo que o PCI sofre uma constante (re)criação, o que denota o seu elemento dinâmico, socializador numa determinada comunidade e criador de uma identidade coletiva. Esta identidade está ligada, por sua vez, a um determinado território e à sua história, na qual passado, presente e futuro se encontram interligados (Anderson, 2005; Instituto dos Museus e da Conservação, 2011; Sousa, 2015; Cabeça, 2018). Estas dinâmicas tornam tais manifestações culturais em tradições, que assumem um carácter sociocultural específico em diferentes contextos, espaços e épocas. Por isto, o PCI e as suas expressões são elementos relevantes na construção de um sentido de pertença coletiva e na valorização dos territórios enquanto idiossincrasias próprias, relacionadas com a forma como se praticam e reproduzem (Sousa, 2015; Cabeça, 2018).
- As práticas tradicionais devem ser encaradas enquanto processos dinâmicos e mutáveis, onde passado, presente e futuro dialogam (Sousa, 2015). Estes processos podem colocar determinadas expressões de PCI em risco, todavia, também servem de oportunidade para remodelações nestas tradições, numa ótica de utilizar “velhos modelos para novos fins”, quando não é possível conservar antigos costumes. Ao invés de salvaguardar o PCI, através de processos de cristalização e materialização do património (na forma de museus), esta visão define este património enquanto objeto vivo, híbrido e dinâmico, cuja salvaguarda deve estar nas mãos das/os guardiãs/ões e das comunidades em que se inserem (Bortolotto, 2007; Sousa, 2015).
- O PCI assegura inúmeras potencialidades económicas, ao nível de cada território e suas comunidades que permitem criar destinos e territórios únicos, com recursos locais e distintos, que asseguram que cada local e possa ser vivido e sentido de forma diferenciada (Petronela, 2016; Cabeça, 2018).

TER EM CONTA

A IMPORTÂNCIA DO RESPEITO PELOS DIREITOS HUMANOS

No trabalho com o PCI é necessário assegurar o respeito pelos Direitos Humanos. O Património Natural e Cultural, assim como os Direitos Humanos, são considerados bens comuns no Direito Internacional e devem ser promovidos e reforçados em simultâneo. É fundamental dar centralidade ao tratamento igualitário e não discriminatório de todas as pessoas e respeitar, em simultâneo, a conservação e pertença dos bens culturais e patrimoniais (Silverman & Rugles, 2007; Vrdoljak, 2022).

- A salvaguarda do PCI, em muitos casos, decorrente das memórias e tradições preservadas por mulheres agricultoras, deve servir como um processo de criação de benefícios para as comunidades rurais e, assim, permitir traçar caminhos para sociedades mais iguais e sustentáveis. Por se tratarem de memórias e tradições que resultam e se mantêm associados a processos coletivos – quer no seio das famílias, quer das comunidades, que a longo do tempo o partilham e dele usufruem – surgem como uma oportunidade para a intervenção em igualdade de género e fomento de espírito cívico e associativo.



- Atualmente, apesar das dinâmicas de democratização do património, nas suas diferentes expressões, persistem evidentes desigualdades em relação à visibilidade do património salvaguardado por mulheres (Bortolotto, 2007; Sousa, 2015; European Commission, 2022), tal como evidenciado pela UNESCO no relatório Igualdade de género, Património e Criatividade (UNESCO, 2021).
- Estas assimetrias entre homens e mulheres surgem, quase sempre, associadas ao espaço, público ou privado, em que as atividades ocorrem. Assim as atividades desenvolvidas por mulheres surgem associadas ao espaço privado e aos papéis normativos conferidos ao feminino (European Commission, 2022), ou seja, as expressões do PCI são, também, um dos palcos onde as hierarquias de género se reproduzem (Connell, 1987). Neste sentido, uma das estratégias para intervir no âmbito do estímulo ao associativismo e à participação cívica das mulheres, em territórios do interior, é através do trabalho de recolha e valorização do PCI. A preservação da diversidade cultural e o reforço da identidade local, resultará no reconhecimento e valorização do papel das mulheres na família, comunidade, economia doméstica e local, com contributo para a promoção da igualdade de género e o desenvolvimento sustentável.
- Para além disso, o próprio trabalho de recolha e registo de PCI, motiva e intensifica dinâmicas locais, que reforçam os espaços de fala e de participação das mulheres, na construção e reconstrução das memórias e da história das suas comunidades, especialmente, quando estas são envolvidas em todo o processo. Ao trabalhar o PCI como forma de valorizar e promover a igualdade de género, em comunidades rurais, deve-se garantir o interesse das mulheres que detêm e protagonizam estes saberes, de modo a assegurar a sua participação no processo e aumentar a consciencialização (da comunidade e das protagonistas) sobre a importância do papel e valor do trabalho das mulheres agricultoras. O objetivo é conferir-lhes visibilidade, promover a participação e ação no espaço público e valorizar as suas múltiplas funções (sociais, económicas, culturais, ambientais) enquanto agricultoras. Estes processos de recolha e valorização devem incluir o património tradicional, bem como as inovações e adaptações que protagonistas introduzem, essenciais para manter as expressões de PCI, em património vivo.

EVITAR PERPETUAR ESTEREÓTIPOS DE GÉNERO

Muitas tradições e rituais, que constituem o PCI, incluem papéis tradicionais específicos para homens e mulheres, por vezes discriminatórios e prejudiciais ao bem-estar das pessoas envolvidas. É importante garantir que a recolha e promoção do PCI não perpetue estereótipos de género, nem relações de poder assimétricas entre homens e mulheres.

Para que o PCI possa consistir num instrumento de igualdade de género, é importante envolver toda a comunidade e, em particular, os grupos que possam ser afetados pela discriminação com base no género e ouvir sobre as suas perspetivas e opiniões, em relação à forma como as tradições culturais podem ser adaptadas e preservadas de forma a promover a igualdade.

É, ainda, fundamental que o interesse na preservação do PCI surja da vontade dos grupos que o detêm e praticam e evitar o seu 'extrativismo' por interesses privados, que não refletem a visão e vontade das comunidades que têm salvaguardado este património.



- O trabalho de recolha e salvaguarda do PCI obedece ao enquadramento legal previsto na Lei de Bases do Património Cultural e a um conjunto de procedimentos definidos no Sistema Matriz PCI (Costa, 2014), em particular quando se visa o seu registo formal ou certificação. Para que o PCI possa ser integrado no quadro de um projeto de intervenção enquanto instrumento de valorização das mulheres agricultoras, numa perspetiva de igualdade de género e empoderamento, é fundamental ter em atenção alguns aspetos, nas duas principais dimensões e fases deste trabalho: (1) recolha e inventariação e (2) apresentação e divulgação. Importa, também, distinguir e reconhecer os vários domínios do PCI, desde tradições e expressões orais, rituais, conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo e, ainda, competências técnicas tradicionais, conforme sistematizado no seguinte quadro.

Domínios do PCI (nº 2 do Artº 1 do DL nº 139/2009) tradicionais	Exemplos
Tradições e expressões orais, onde se inclui a língua como vetor do património cultural imaterial	Formas de narrativa popular, tais como o romanceiro, contos, mitos e lendas, cancionero, adivinhas, provérbios e ditos, pregões, parlengas e rimas, alcunhas e apodos, fórmulas mágico - rituais (encantamentos, rezas, esconjuros), etc.
Expressões artísticas e manifestações de carácter performativo	Música popular, vocal ou instrumental, dança popular, teatro popular, etc.
Práticas sociais, rituais e eventos festivos	Festividades cíclicas, ritos de passagem do indivíduo (nascimento, passagem à vida adulta, casamento, morte), práticas mágico - rituais, práticas religiosas, etc.
Conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo	Conhecimentos e práticas nas áreas da etnobotânica, tais como a farmacopeia e a medicina tradicional, ou da etnozootologia, rituais agrários, meteorologia popular, entre outros tipos de saberes naturalistas populares, etc.
Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	Conhecimentos e saberes - fazer tradicionais no âmbito de processos de aquisição ou transformação de recursos, tais como caça e coleta, agricultura, pesca e criação de animais, arquitetura popular, ofícios tradicionais, etc.

- Foi no domínio das **competências, no âmbito de processos e técnicas tradicionais**, que se inseriram as recolhas realizadas no âmbito do projeto MAIs, em particular os ciclos da lã e do linho, no concelho de São Pedro do Sul, e o bracejo, uso da castanha e confeção do bucho, no concelho do Sabugal.

CLIMA DE CONFIANÇA E INFORMALIDADE NO TRABALHO DE TERRENO

O tempo no terreno e o estabelecimento de laços de confiança com a comunidade e as protagonistas são fatores fundamentais no trabalho de recolha de PCI. O percurso de construção de relações de confiança mútua, entre a equipa do projeto MAIs e as participantes, foi longo e para tal foi fundamental a participação de entidades parceiras locais (autarquias, associações), bem como de elementos da equipa técnica que já detinham uma relação de grande proximidade com algumas das protagonistas das práticas em questão. Este património de relações pessoais, construído de porta a porta, prévio e alimentado a cada etapa do projeto (pelo menos, mensalmente), foi basilar na construção de todo o projeto. Este esforço e os elementos-chave da equipa, que estiveram sempre no terreno, foram essenciais para facilitar a implementação de todas as atividades, em particular, aquelas que envolviam elementos externos ao território e à equipa.



4.2. Visibilidade no espaço público

- Nos últimos cinquenta anos, os direitos das mulheres têm sido progressivamente integrados nas instituições e sociedades; porém, apesar dos avanços conquistados, as desigualdades de género persistem e refletem-se na cidadania, principalmente a nível político (Nunes, 2013). A desigualdade de género, na participação no espaço público, é de carácter estrutural e relaciona-se com a desigual divisão social do trabalho. São vários os estudos que demonstram a dupla jornada de trabalho das mulheres, que engloba, por exemplo, tarefas domésticas e de parentalidade, e reduz o tempo disponível para o envolvimento em outras atividades de lazer ou participação cívica (Torres & Brites, 2007; Perista *et al.*, 2016; Torres *et al.*, 2018). Quando se analisam estas desigualdades, no universo das mulheres agricultoras, percebe-se que estas mulheres enfrentam uma situação de dupla desigualdade: por um lado, são apenas vistas como “ajudantes” dos seus maridos agricultores e, por outro, são condicionadas a exercer funções domésticas sob uma lógica patriarcal, que não permite que sejam consideradas como mulheres agricultoras (Brandht, 2002). As esferas do trabalho agrícola e doméstico estão intimamente ligadas na agricultura familiar, pois, na maior parte das vezes, a exploração agrícola encontra-se perto de casa, o que leva a que as mulheres agricultoras vejam o trabalho na exploração agrícola como uma extensão da casa e não separem o trabalho que realizam nos dois espaços (Herrera, 2016).
- De acordo com Nunes (2013), o universo político e associativo assenta em regras e normas implícitas, que favorecem quem não tenha responsabilidades familiares ou domésticas. Isto conduz a um duplo efeito de exclusão e auto-exclusão das mulheres, com poderosos efeitos, que tornam difícil a igual participação das mulheres. Esta sobreocupação das mulheres com o trabalho e com a família também se reflete numa menor participação cívica e associativa das mulheres, o que coloca em causa a justiça social e a qualidade da democracia (Torres *et al.*, 2018).
- Tanto as mulheres como os homens tendem a apresentar índices similares de capital social, porém, o capital social das mulheres revela-se de forma diferente, pois estas tendem a participar mais em grupos menores e mais homogéneos, ligados à esfera da família e da comunidade (do tipo mais voluntário); por outro lado, os homens participam em grupos mais heterogéneos, ligados à esfera pública do trabalho, economia e lazer, como por exemplo, associações profissionais, sindicatos e clubes (Molyneux, 2022; Sacchet, 2009). Neste contexto, tornou-se amplamente aceite, entre os projetos sociais, o desenvolvimento da ideia de que investir nas mulheres é investir no social. Esta ideia assenta na premissa, de que as mulheres tendem a usar os seus recursos de forma mais coletiva, nomeadamente com a família (educação, saúde e bem-estar dos seus membros). No entanto, é necessário não permitir que esta perspetiva se transforme numa forma de tirar proveito do discurso tradicional sobre os papéis sociais, associados às mulheres pois, esta separação entre agentes políticos (predominantemente homens) e agentes sociais (predominantemente mulheres) contribui para a consolidação de estereótipos e desigualdades de poder. Investir nas mulheres não deve ser encarado apenas como um meio para impulsionar o desenvolvimento de outros grupos e setores sociais, mas sim como um objetivo legítimo em si mesmo. Para isso, é necessário garantir que as mulheres tenham voz nos processos de construção e decisão dos projetos sociais e políticos, bem como encorajar o maior envolvimento dos homens nas responsabilidades familiares e comunitárias, pois o caminho para uma igualdade plena requer mudanças, na composição e na natureza, dos espaços participativos e representativos.



4.2.1. Exposição e divulgação

- A exposição e divulgação do PCI são formas importantes de difusão e valorização de expressões culturais. Geram momentos de promoção da compreensão e respeito pela diversidade e igualdade de grupos mais vulneráveis e/ou invisibilizados como é o caso das mulheres agricultoras, em particular em territórios do interior. Esta etapa pode passar por diversos formatos, como exposições fotográficas e/ou documentais, seminários, vídeos, documentários, catálogos, museus físicos e/ou virtuais, entre outras possibilidades.
- Quer na recolha, quer nas exposições fotográficas e/ou documentais, realizadas para divulgação do PCI, é essencial considerar alguns cuidados, para garantir uma abordagem ética, respeitosa e sustentável, nomeadamente:

Participação das comunidades: É fundamental incluir as comunidades, detentoras do PCI, no processo de recolha, exposição e divulgação, por exemplo através de reuniões, conversas, colaboração ativa e envolvimento das comunidades nas decisões sobre como é que as expressões, que protagonizam, serão apresentadas ao grande público.

Respeito pela autenticidade cultural: É necessário respeitar a autenticidade cultural das práticas e expressões do PCI e, por isso, não deve ocorrer qualquer tipo de deturpação, adaptação ou alteração indevida das tradições culturais.

Salvaguarda e proteção: Ao recolher PCI, é importante garantir que as práticas, conhecimentos e expressões culturais são salvaguardadas e protegidas, ou seja, as informações devem ser utilizadas de forma ética e reflexiva, pautada pelo respeito da integridade cultural dos grupos envolvidos.

Equidade de género e inclusão: É fundamental ter em conta a equidade de género e promover a inclusão de todas as vozes e perspetivas na recolha do PCI. No caso específico de projetos que pretendam trabalhar a igualdade de género a partir do PCI, este cuidado deve ser redobrado. Deve-se assegurar a participação das mulheres detentoras dos saberes e dar ênfase aos seus contributos diretamente, sem intermediários.

Sensibilidade cultural: É fundamental respeitar a sensibilidade cultural da comunidade durante todo o processo de recolha e de apresentação do PCI ao público. Isto pressupõe trabalhar numa relação de proximidade e confiança, garantir o respeito pelas crenças, tradições e valores das comunidades envolvidas e evitar comportamentos que possam ser considerados ofensivos, invasivos ou desrespeitosos.

Benefício mútuo: Deve ser estabelecida uma relação de benefício mútuo com as comunidades envolvidas, através da cocriação de projetos, partilha de recursos e garantia da devolução de resultados, de forma a beneficiar as comunidades e contribuir para a sustentabilidade do PCI. Igualmente, deve atentar-se à necessidade de deixar as bases para que, caso seja essa a pretensão das comunidades e elementos detentores do PCI, novas recolhas e/ou atualizações possam ser executadas no futuro.



Impacto local: Considerar o impacto local da divulgação do PCI é importante e pressupõe garantir que a exposição seja culturalmente sensível, que beneficie as comunidades e pessoas envolvidas e que possa contribuir para o desenvolvimento local sustentável.

BOA PRÁTICA

DEVOLVER O TRABALHO ÀS COMUNIDADES

A devolução do trabalho às comunidades e às/aos protagonistas é fundamental, quer do ponto de vista ético, quer da sustentabilidade da intervenção. Esta devolução é considerada nos instrumentos legais internacionais e nacionais, como etapa fundamental dos processos de inventariação e divulgação do PCI (Sousa, 2015).

No caso do projeto MAIs, essa devolução passou pela realização de uma Exposição Fotográfica, aberta ao público, sobre os saberes e práticas de mulheres agricultoras de Sabugal e São Pedro do Sul, em conjunto com a apresentação de alguns dos seus produtos mais emblemáticos (lã, linho, castanha, bracejo e bucho). Esta exposição itinerante esteve disponível nos locais onde decorreu a intervenção e deverá, no final, ser entregue às mulheres que a ajudaram a construir.



Inauguração da Exposição do Projeto MAIs | ‘Das mãos às vozes das mulheres agricultoras’, no Sabugal, com a presença das mulheres agricultoras retratadas nos painéis (Rosa & Jesus, 2023).



A CERTIFICAÇÃO DO BRACEJO

Da fase de diagnóstico e nas rodas de conversas realizadas com elementos do poder local e mulheres agricultoras, promovidas no âmbito do MAIs, deu-se início ao processo de certificação da técnica de cestaria de bracejo, em colaboração estreita com a Câmara Municipal do Sabugal. Para tal, foi elaborado um caderno de especificações, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº. 121/2015 de 30 de junho, que cria e regulamenta o Sistema Nacional de Qualificação e Certificação de Produções Artesanais Tradicionais, sob responsabilidade e gestão do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP, IP).



4.2.2 Troca de experiências

- Quando se trabalha com este tipo de população, muitas vezes verifica-se a existência de uma descrença no seu próprio valor e contributo para a sociedade, bem como, a convicção de que as soluções para os seus problemas são dispendiosas, difíceis e da responsabilidade de terceiros. Porém, quando são criadas as condições necessárias, é possível fomentar o espírito coletivo e a consciência de que a população local pode fazer algo que contribua para melhorar a vida da comunidade (Bandeira *et al.*, 2007).
- Promover encontros e parcerias com outros coletivos, associações e projetos é fundamental para aumentar a consciência da importância e valor da intervenção e traz consigo diversos benefícios:

Troca de experiências e conhecimento: Conhecer outros grupos ou projetos, torna possível aprender com suas experiências, sucessos e desafios. Essa partilha de conhecimento, ajuda a evitar erros já cometidos por outros e a encontrar soluções mais eficazes para os problemas da comunidade.

Ampliação do impacto: Trabalhar em conjunto com outros coletivos ou associações possibilita ampliar o alcance e o impacto das ações. A união de esforços permite abranger uma maior área do território e beneficiar mais pessoas e comunidades.

Complementaridade de ações: Diferentes coletivos e associações podem ter abordagens e áreas de atuação distintas. Ao unirem-se, é possível complementar as ações e preencher lacunas que um projeto isolado poderia deixar de abordar, o que torna o trabalho mais completo e abrangente.

Maior capacidade de mobilização: Quando vários grupos trabalham em conjunto, a capacidade de mobilização da comunidade também é fortalecida. Isso ocorre porque há uma maior diversidade de recursos, habilidades e conhecimentos disponíveis para serem utilizados em prol do projeto.

Fortalecimento do tecido social: Ao promover encontros entre diferentes coletivos e projetos, cria-se um ambiente de colaboração e cooperação entre as organizações e a comunidade. Essa interação fortalece os laços sociais, promove a confiança mútua e estimula o trabalho conjunto em torno do bem comum.



Identificação de sinergias: Ao dialogar com outros projetos, podem surgir sinergias e oportunidades de parcerias mais sólidas e inovadoras. O trabalho em conjunto pode potencializar os resultados e tornar as intervenções mais eficazes.

Articulação de recursos: Através de encontros e parcerias, é possível articular recursos financeiros, materiais e humanos de forma mais eficiente. Os coletivos e associações podem partilhar uns com os outros e aproveitar as suas capacidades e recursos específicos para otimizar a execução do projeto.

Inovação e criatividade: A interação com diferentes atores e perspetivas pode inspirar a inovação e a criatividade no desenvolvimento do projeto. Ideias e abordagens distintas podem ser combinadas para encontrar soluções únicas para os desafios da comunidade.

BOA PRÁTICA

OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS DE FALA E CRIAÇÃO DE REDES

Na sequência das vivências que as participantes do projeto MAIs vinham a partilhar em torno do ciclos da lã e do linho, foi marcante o momento em que integraram uma dinâmica coletiva a nível nacional - 'O elogio da lã', Montemor-o-Velho, abril de 2023 -, com participantes do norte a sul, do litoral ao interior, onde puderam expor e demonstrar os seus produtos e ciclos de produção, bem como ocupar um espaço central de fala em que se apresentaram e expuseram os seus sonhos e reivindicações. Durante todo o projeto, foi possível estabelecer redes com outras associações e projetos que trabalham temas semelhantes, nomeadamente a Associação de Mulheres Agricultoras de Castelões e a Cooperativa Integral A Geradora. Neste sentido, decorreram vários encontros, de entre os quais destacamos a participação na iniciativa “Broca Viva”, onde as beneficiárias do projeto puderam vender os seus produtos na aldeia da Broca (Trancoso) e participar numa conversa sobre a desigualdade de género e o valor do trabalho protagonizado pelas mulheres.





PARTE V - PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO NO TERRENO

- A intervenção no terreno, baseada na TdM, é um processo colaborativo e participativo que visa capacitar a comunidade para ser o motor da transformação social desejada.
- Neste sentido, apresenta-se aqui um caminho de intervenção para a igualdade de género na agricultura, com base do Projeto MAIs, em que, tal como proposto por Narayan (2002), se considerou que o empoderamento não consiste apenas em fornecer recursos ou capacitar pessoas, mas envolve um processo mais abrangente de fortalecimento individual e coletivo, que pretende contribuir para aumentar a capacidade dos indivíduos para tomarem decisões e exercerem controlo sobre aspetos das suas vidas que afetam o seu bem-estar. O empoderamento não é apenas um fim em si mesmo, mas um meio para a promoção do desenvolvimento sustentável, pois é essencial para que os indivíduos se tornem agentes ativos na luta contra a pobreza, na defesa dos seus direitos e na promoção de mudanças positivas, nas suas comunidades.
- O *empoderamento* é multidimensional e envolve quatro elementos principais. O primeiro é o **acesso à informação**, que se refere à comunicação bidirecional entre governos e cidadãos, crucial na promoção da cidadania ativa e de uma governança responsável. Quando os cidadãos têm acesso a informações relevantes, são capazes de tomar decisões mais informadas, aproveitar oportunidades, utilizar serviços, exercer os seus direitos e responsabilizar, tanto os atores políticos, como outros, pelas suas ações na esfera social. O segundo é a **participação**: as pessoas são reconhecidas como parceiras ativas durante todo o projeto, que é co-construído pela equipa e pela população-alvo. A participação é essencial para estabelecer prioridades, com base no conhecimento e nas necessidades locais. Para facilitar a participação informada, é necessário, com frequência, promover mudanças nas regras e processos, de forma a criar espaços onde as pessoas possam debater questões, participar na definição de prioridades ao nível local e nacional e ter acesso a serviços básicos e financeiros. O terceiro é a **responsabilidade social**, que se refere aos representantes do estado, empregadores do setor público, privado e políticos. Estes devem ser responsabilizados pelas suas ações e políticas, que impactam o bem-estar dos cidadãos. Por fim, o quarto elemento é a **capacidade de organização local**, que se refere à colaboração comunitária, organização coletiva e gestão de recursos para abordar questões de interesse coletivo, pois quando grupos e comunidades se organizam, têm maior probabilidade de serem ouvidos e verem os seus problemas e necessidades resolvidos (Narayan, 2002).
- As abordagens participativas e inclusivas têm um papel importante neste processo de empoderamento, na medida em que permitem colocar as pessoas nos espaços de fala e de tomada de decisão, bem como fortalecer as suas habilidades e promover a igualdade de género e respeito pelos direitos humanos.



RELEVÂNCIA DAS ATIVIDADES DE INTERVENÇÃO

A falta de participação em determinada atividade não significa que um projeto não é bem-sucedido. Pode acontecer, por exemplo, que o assunto abordado desperte pouco interesse no grupo, ou existam resistências em abordá-lo. É, assim, importante ter presente que o significado e o alcance da participação dependem da relevância da atividade na vida comunitária, ou seja, as atividades devem incluir como conteúdos os processos-chave de qualquer sistema social: definição de objetivos e tomada de decisões. Por outro lado, importa lembrar que a tendência atual para a especialização e fragmentação de papéis e funções, especialmente de gênero, é contrária às exigências da participação coletiva e, por isso, solicitar que as pessoas assumam e recuperem responsabilidades ou "partes" da sua identidade social, como parte integrante de si mesmas é, em si mesmo, um desafio que importa considerar.

- Constituídos um ou mais grupos com os quais se vai desenvolver a intervenção, é importante envolver não apenas as pessoas que vão integrar o grupo, mas também elementos de alguns segmentos mais representativos da comunidade, para aumentar o nível de aceitação das ações a desenvolver. Um processo adequado, de **consulta à comunidade e agentes locais** pode trazer muitos benefícios e estimular a criatividade e o entusiasmo da comunidade local.
- A intervenção em igualdade de gênero junto de mulheres agricultoras deve despertar o interesse pela cooperação, pelo sentido de coletivo e organização comunitária, a partir das vivências e problemáticas identificadas pelas participantes. Esta sugestão baseia-se nas propostas da Educação Popular, de Paulo Freire (1970) que tem como referência a problematização da realidade, vivida pelas populações mais vulneráveis ou desfavorecidas, a construção coletiva e crítica dos conhecimentos, a valorização dos saberes populares e o recurso a instrumentos promotores de reflexão-ação.
- Paulo Freire dedicou-se ao combate à pobreza, à opressão e às desigualdades sociais, através da promoção da consciencialização e alfabetização dos indivíduos através de uma nova pedagogia, baseada numa dialética com a realidade. O seu trabalho teve influência para lá do campo educativo e, atualmente, é considerado uma matriz de inspiração para o combate às desigualdades sociais, nomeadamente as de gênero. Freire defendia que só a partir de uma sociedade humanizada e igualitária é que a democracia se pode concretizar de forma plena (Freire, 1967).
- O conceito de Educação Popular despertou uma mobilização crítica, bem como a construção de movimentos sociais e educativos com base no coletivo e nos saberes populares e, hoje, sustenta uma das metodologias mais consensuais para a transformação social sustentável. Neste contexto, o termo "popular" não remete apenas para pessoas em situação de pobreza e outras condições desfavorecidas, mas sim "(...) *àquilo que nos integra a uma avassaladora cultura de massa, ou faz parte de uma cultura global que, ao mesmo tempo, incorpora e exclui, iguala e discrimina, contempla e arrebat*a" (Fleuri & Costa, 2005, p. 51).



- Tal abordagem vem afirmar a Educação Popular enquanto ferramenta poderosa que pode ser operacionalizada em projetos de intervenção social voltados, para a igualdade de género no meio rural e agrícola, uma vez que a sua proposta incide sobre a capacitação das pessoas, por via do seu entendimento crítico da realidade, das suas capacidades para refletir sobre as estruturas de poder e agir de forma consciente e com o objetivo da sua transformação social. De facto, o combate à desigualdade de género pode beneficiar de uma abordagem à luz da Educação Popular, na medida em que os processos percorridos para a construção da visibilidade das mulheres através da Educação Popular passam pelo diálogo construído de forma transversal, igualitária e interseccional, a partir das suas próprias palavras, independentemente do que as distingue (realidade, urbanidade, profissão, raça, credo) (Souza *et al.*, 2021).
- Neste sentido, com base na TdM do projeto e de alguns pressupostos teóricos da pedagogia de Paulo Freire, desenvolveu-se um conjunto de ações de intervenção, no terreno que resultaram do cruzamento entre os objetivos do projeto e as vontades e/ou necessidades expressas pelas mulheres (exemplos: literacia digital; curso de costura). Todas estas atividades foram desenvolvidas num clima de informalidade e de proximidade, entre as mulheres agricultoras e as equipas de investigação e formação. Como refere Costa (1987), a organização de atividades em ambientes informais (situações rotineiras do quotidiano, acontecimentos ocasionais regulares ou excecionais) e a promoção de conversas de forma natural nesses momentos, são as técnicas nucleares neste tipo de investigação-ação.

BOA PRÁTICA

INTEGRAR MOMENTOS DE CONVÍVIO INFORMAL

Os momentos de convívio (refeições, momentos musicais, declamação de histórias, poemas, contos ou outros) são muito importantes no desenvolvimento deste tipo de intervenções, pois permitem quebrar barreiras, identificar novos pontos comuns, reforçar elos de confiança e integrar novas participantes.

- No projeto MAIs, as ações desenvolvidas repartiram-se entre atividades de capacitação pessoal, coletiva e técnica e capacitação e sensibilização de equipas técnicas locais. Uma vez que estas atividades constituem instrumentos de intervenção flexíveis, quer em termos espaço-temporais, quer operacionais, que podem ser substituídas, complementadas ou ajustadas de acordo com os objetivos e contextos de cada projeto, serão apresentadas, de seguida, no formato de fichas autónomas, que sintetizam o modo como podem ser operacionalizadas e facilitam a sua utilização.



5.1. Capacitação pessoal

- A capacitação do grupo de mulheres é muito importante, na medida em que permite a obtenção ou reconhecimento de competências e capacidades, que visam aumentar a sua confiança, melhorar e/ou valorizar o desempenho das participantes nas áreas definidas, mas também para que possam atuar como agentes multiplicadores e difusores de conhecimento dentro da comunidade.
- Neste subcapítulo, apresenta-se um conjunto de sugestões de capacitação, a nível pessoal que podem ser desenvolvidas com mulheres agricultoras. Como já foi referido, estas ações de capacitação devem surgir das necessidades/problemas reais identificados, nos contextos de intervenção, durante a construção da TdM, e



devem salvaguardar as especificidades de cada contexto/grupo, bem como a possibilidade de a cada momento se ajustarem ou definirem novas atividades. As atividades aqui propostas pretendem promover o desenvolvimento de competências pessoais, com o objetivo de aumentar o empoderamento e autonomia das mulheres agricultoras.

- As propostas baseiam-se nos princípios da Educação Popular, onde todos os intervenientes assumem um papel ativo, no processo de aprendizagem e se constituem como agentes de mudança (Amâncio, 2004). A conscientização é um dos objetivos centrais destas atividades: procura-se que cada participante compreenda a realidade social que a envolve e que molda a sua vida, bem como a capacidade que possui de transformar tal realidade. Para isto, sugerem-se as seguintes técnicas/atividades: mapa da sociodiversidade; caderneta da mulher agricultora; capacitação para a cooperação; atividades agroecológicas no campo; photovoice e organização e participação em eventos públicos.

Ficha 1. Mapa da sociodiversidade

FICHA DE ATIVIDADE

Atividade	Mapa da sociodiversidade
Público-alvo	Mulheres agricultoras
Duração	2 horas
Recursos e materiais	Cadeiras, mesas, cartolinas A3, marcadores e coffee break.
Objetivos	• Desvendar e quantificar o trabalho não remunerado que inclui trabalho de cuidado (como cuidar de crianças, idosos e doentes), doméstico (como cozinhar, limpar e lavar roupa) e agrícola (na própria exploração e fora dela)
Descrição	Este é um instrumento político-pedagógico que tem como objetivo quantificar e dar visibilidade ao trabalho das agricultoras, de modo a contribuir para a promoção da sua autonomia e empoderamento. Diversos trabalhos, que integram metodologias participativas, referem que atividades relacionadas com a realidade vivida por mulheres do campo ajudam no fortalecimento de movimentos coletivos, bem como na partilha e construção de experiências de vida (Moreira & Sulzbacher, 2020). O Mapa da Sociodiversidade é uma adaptação do instrumento que integra o Guia Metodológico da Caderneta Agroecológica (Cardoso <i>et al.</i>, 2019) e que vem permitir o reconhecimento e valorização dos lugares de produção e do papel das mulheres agricultoras. Esta técnica deve ser utilizada na fase inicial do projeto, no sentido em que potencia e facilita o conhecimento da vida das participantes, em todas as suas dimensões – laboral, pessoal, familiar e comunitária – e, ao mesmo tempo, reforça os laços entre as participantes. A atividade deve ser organizada da seguinte forma: 1. Agendamento e logística As datas e horários da formação devem ter em conta a disponibilidade das participantes, em função das suas responsabilidades agrícolas e familiares. 2. Preparação da atividade Reunir figuras-chave que remetem para os vários universos de interação social - igreja, casa, escola, horta, animais, floresta, farmácia, correios, rio, mercado, banca, serviços sociais. 3. Construção do mapa Propor que cada mulher construa um mapa, através da colagem das figuras-chave disponibilizadas pela equipa e estimular o desenho e a redação de frases que legendem a sua rotina diária. O resultado procurado é de que cada participante consiga uma representação o mais fiel possível dos lugares que frequenta ao longo do dia e das atividades/tarefas, que desenvolve em cada local e momento. Para ajudar nessa representação, e induzir um caminho de reflexão, deve perguntar-se às mulheres agricultoras o que fazem durante um dia normal de trabalho, o que irá permitir analisar a separação e a hierarquia/importância de cada uma das atividades feitas por género, bem como as representações sobre a divisão sexual do trabalho e a forma como esta se materializa nos espaços. Pretende-se que, quando apropriado, as participantes assinalem em cada local e atividade desenhados no mapa, quem, quando, onde e como são tomadas as decisões da família e da exploração (procura-se visibilizar os lugares onde as mulheres decidem). A casa, a exploração agrícola e os demais lugares protagonizados pelas mulheres devem aparecer de forma clara nesse mapa. Este deve ser o mais completo e detalhado possível, e incluir todas as informações relativas a atividades/tarefas e lugares que, normalmente, são invisibilizados ou esquecidos. É importante ter em conta que, muitas vezes, o trabalho é considerado pelas mulheres como “ajuda”, o que as leva a colocarem-se no papel de “ajudantes”, quando na verdade são as reais protagonistas, na medida em que realizam esse trabalho de forma autónoma. 4. Apresentação e conversa sobre os mapas em grupo Após a elaboração do mapa, convidar as mulheres a apresentar ao grupo o seu mapa, e estimular o diálogo e a partilha de experiências. 5. Avaliação Após a conclusão da formação, deve refletir-se, com a opinião das mulheres relativamente à atividade e recolher sugestões para ações futuras, no sentido da valorização do seu trabalho.



Ficha 2. Caderneta da Mulher Agricultora

FICHA DE ATIVIDADE

Atividade	Caderneta da Mulher Agricultora
Público-alvo	Mulheres agricultoras
Duração	3 meses
Recursos e materiais	Folhas com a caderneta impressa, canetas.
Objetivos	Desvendar e quantificar o trabalho remunerado e não remunerado das mulheres agricultoras em três espaços distintos: no campo, onde se inclui, respetivamente, o trabalho agrícola (na própria exploração e fora dela), trabalho de cuidado (como cuidar de crianças, idosos e doentes) e doméstico (como cozinhar, limpar e lavar roupa) e atividades realizadas na comunidade ou em lazer
Descrição	A proposta da Caderneta Agroecológica de Cardoso <i>et al.</i> (2019) foca-se na gestão da produção agrícola, pois destina-se a incentivar o registo da quantidade e destino (venda, consumo, oferta ou troca) dos produtos. Após testar este instrumento no âmbito do Projeto MAIs, foi desenvolvida uma nova versão mais completa, que procura permitir uma maior contabilização e valorização do trabalho feminino. Neste sentido, construiu-se a Caderneta da Mulher Agricultora que permite anotar o tempo despendido nas tarefas/atividades realizadas em três espaços distintos: campo, casa e espaço público. A opção de tornar o tempo como unidade de medida permite o registo e a contabilização do tempo nas diversas atividades quotidianas das mulheres, bem como atribuir um valor monetário ao seu trabalho informal, não remunerado. Este instrumento permite proporcionar às mulheres maior controlo sobre o seu próprio trabalho e atribuir um valor mais justo aos produtos agrícolas por si produzidos. Apesar de não ser fácil e imediata a apropriação deste instrumento, uma vez que as mulheres não têm, por um lado a prática de registar os tempos das atividades por si realizadas, nem estão habituadas a refletir sobre as suas rotinas e tarefas diárias. Esta caderneta, de formato simples (apenas recolhe informação relacionada com o tempo e lugares de realização das tarefas) e flexível, pode ser adaptada à valorização do trabalho das mulheres em qualquer contexto profissional. A caderneta deve ser implementada da seguinte forma: 1. Sessão de apresentação da caderneta A caderneta deve ser apresentada como um instrumento de apoio à organização do trabalho diário e à sua contabilização. Deve propor-se às agricultoras que levem a caderneta para fazer uma fase de experiência da sua utilização durante 3 semanas, para posterior acompanhamento e feedback. 2. Acompanhamento e suporte Realização de visitas, oficinas ou rodas de conversa para troca de experiências em torno do preenchimento da caderneta. 3. Sessão para reflexão coletiva dos resultados Após pelo menos 3 meses da implementação da caderneta, deve fazer-se uma sessão de reflexão sobre as opiniões e impressões das mulheres agricultoras sobre a caderneta. Esta reflexão pode incluir um exercício de contabilização e valorização do trabalho das mulheres, para que ganhem consciência do valor financeiro que trazem à sua família, de forma invisível.

REGISTO SEMANAL DE ATIVIDADES														
	SEGUNDA	Tempo	TERÇA	Tempo	QUARTA	Tempo	QUINTA	Tempo	SEXTA	Tempo	SÁBADO	Tempo	DOMINGO	Tempo
No campo:	Produção para vender		Produção para vender		Produção para vender		Produção para vender		Produção para vender		Produção para vender		Produção para vender	
	Produção para consumir		Produção para consumir		Produção para consumir		Produção para consumir		Produção para consumir		Produção para consumir		Produção para consumir	
Em casa:	Preparação de refeições		Preparação de refeições		Preparação de refeições		Preparação de refeições		Preparação de refeições		Preparação de refeições		Preparação de refeições	
	Limpezas		Limpezas		Limpezas		Limpezas		Limpezas		Limpezas		Limpezas	
	Tratamento da roupa		Tratamento da roupa		Tratamento da roupa		Tratamento da roupa		Tratamento da roupa		Tratamento da roupa		Tratamento da roupa	
	Cuidado com crianças		Cuidado com crianças		Cuidado com crianças		Cuidado com crianças		Cuidado com crianças		Cuidado com crianças		Cuidado com crianças	
	Cuidado com pessoas idosas		Cuidado com pessoas idosas		Cuidado com pessoas idosas		Cuidado com pessoas idosas		Cuidado com pessoas idosas		Cuidado com pessoas idosas		Cuidado com pessoas idosas	
	Outros:		Outros:		Outros:		Outros:		Outros:		Outros:		Outros:	
	Lazer:		Lazer:		Lazer:		Lazer:		Lazer:		Lazer:		Lazer:	
No espaço Público:	Serviços Médicos		Serviços Médicos		Serviços Médicos		Serviços Médicos		Serviços Médicos		Serviços Médicos		Serviços Médicos	
	Serviços Públicos		Serviços Públicos		Serviços Públicos		Serviços Públicos		Serviços Públicos		Serviços Públicos		Serviços Públicos	
	Lazer		Lazer		Lazer		Lazer		Lazer		Lazer		Lazer	

Caderneta da mulher agricultora



Atividade	Capacitação para a cooperação												
Público-alvo	Mulheres agricultoras												
Duração	Um dia (das 10 às 16 horas)												
Recursos e materiais	Sala com mesas e cadeiras; folhas de papel A2; marcadores; fita cola; almoço; coffee break.												
Objetivos	• Despertar nos grupos de mulheres agricultoras o interesse pela cooperação, pelo sentido de coletivo e organização comunitária, a partir das vivências e problemáticas identificadas pelas participantes nas sessões anteriores de diagnóstico (entrevistas, grupos focais, inquéritos) • Refletir sobre possíveis aspetos que dificultem o diálogo e a aproximação das mulheres nos territórios, relacionados com a ausência ou a fragilidade da auscultação, as percepções ou pontos de vista diferentes sobre assuntos comuns e a falta de tempo para integrar formas coletivas nas suas vidas • Estimular o sentido de coletividade, de cooperação e de comunidade a partir das palavras e temas geradores, identificados nos discursos das participantes, levantados nas sessões anteriores • Identificar espaços e tempos de cooperação, em que possam criar e desenvolver ações coletivas, que tragam benefícios para cada mulher, bem como para o coletivo de mulheres e para as suas comunidades												
Descrição	1. Apresentação das participantes e quebra-gelo de cooperação Propõe-se a realização do “Jogo das Cadeiras”. Este jogo das cadeiras é diferente do jogo tradicional pois ninguém será eliminado; quem sairá do jogo serão as cadeiras. Ao som da música, todas as participantes devem rodar em volta das cadeiras e assim que a música parar, todas devem sentar-se como puderem (sobre as cadeiras, ao colo, duas a duas). Sempre que a música parar, uma cadeira será eliminada, e o jogo continua até que reste uma, duas ou três cadeiras (depende do número de participantes). Desta forma, cada vez que as cadeiras forem retiradas, os participantes terão de se entreajudar e encontrar uma solução para que ninguém fique de pé. Neste jogo, apenas vencem todas como um coletivo, ao encontrar uma solução para que todas fiquem sentadas. 2. Esclarecimentos acerca do objetivo da sessão Esta fase da sessão tem como objetivo explicar às participantes os objetivos da sessão e as atividades programadas para o dia. Para isso, um elemento da equipa deve escrever em folhas A4 coloridas os principais momentos previstos, em poucas palavras, e com o contributo de todos. As folhas devem ser coladas num local visível. Deve dar-se destaque a palavras-chave como: cooperação, coletivo, benefícios comuns e sugestões. 3. Dinâmica de grupo 1 - Perguntar-Ouvir: sabe o que a/o (nome do formando) me contou? Telefone sem fio - Este é um jogo que estimula a atenção, capacidade de audição, concentração, oralidade e memória. A equipa deve levar uma pequena história, impressa em papel, para que uma das participantes possa ler e contar à próxima pessoa por palavras suas. As participantes devem sentar-se em círculo ou fila. A primeira participante (ou uma participante do círculo) lê o texto e reúne-se, um pouco afastada do grupo, com a participante ao seu lado para lhe contar a história que leu. A próxima participante repetirá a história, tal como ouviu e entendeu, para a próxima participante e, assim sucessivamente, até chegar à última participante, que deverá anunciar em voz alta aquilo que entendeu. No fim, as participantes devem refletir sobre situações ocorridas durante o jogo que se relacionem com o seu dia a dia, por exemplo, situações familiares ou de trabalho em que ocorrem falhas de comunicação ou mal-entendidos. 4. Dinâmica de grupo 2 - Diferentes percepções, diferentes visões O que os nossos olhos veem ou não veem? - Esta é uma dinâmica que pretende levar o grupo a refletir sobre a forma como diferentes pessoas contribuem para o trabalho coletivo/comunitário. Para facilitar a compreensão do que podem ser percepções diferentes, utilizou-se imagens de duplo sentido como a que aqui apresenta. Depois de referirem o que vêm, pode incentivar-se a partilha de exemplos da vida prática (pessoal e comunitária) onde ambiguidades diversas podem acontecer. Todas as percepções e visões devem ser tidas em conta e desconstruídas. 5. Dinâmica de grupo 3 - Vozes das sessões anteriores: o que permanece e o que deve mudar? Aqui procura-se revisitar informação recolhida junto da população-alvo na fase de pré-diagnóstico. A equipa deve partilhar as principais citações dos discursos encontrados para, em conjunto, se identificarem palavras e ideias que o grupo considere serem referentes aos problemas encontrados. As principais palavras e ideias podem ser dispostas numa parede e organizadas de acordo aquilo que deve permanecer e o que deve mudar, tendo em conta a perspetiva do grupo. 6. Dinâmica de grupo 4 - Desenho coletivo do território: o nosso território visto por nós, mulheres residentes e trabalhadoras Esta dinâmica parte das propostas/problemas previamente identificados. O primeiro passo é fazer um desenho coletivo do território, onde se identifiquem os principais espaços comunitários e as respetivas casas/locais de trabalho das participantes. Devem incluir-se elementos relevantes para o grupo como a câmara municipal, centro de saúde, igreja, supermercado ou outros. O principal objetivo é obter um desenho representativo do território local, em que todos os participantes se reconheçam. O segundo passo é dividir o grupo em subgrupos (por aldeia, por exemplo), para que cada subgrupo possa identificar o que é necessário para pôr em prática as cooperações desejadas (onde, quando e como?); o que podem fazer enquanto grupo/coletivo; que colaborações exteriores ao grupo são necessárias para concretizar as propostas. O quadro que se segue ilustra como podem ser apresentadas e preenchidas estas informações: <table><tr><th>Propostas exemplo</th><th>O QUE É PRECISO FAZER PARA... (onde, quando, como)</th><th>O QUE O GRUPO PODE FAZER SOZINHO?</th><th>O GRUPO PRECISA DA COLABORAÇÃO DE QUEM PARA FAZER?</th></tr><tr><td>Obter ajuda na burocracia da atividade agrícola</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Promover a valorização da mulher na agricultura na nossa região</td><td></td><td></td><td></td></tr></table> O terceiro passo consiste na apresentação e validação dos resultados de cada subgrupo, em complemento ao desenho coletivo do território. Por último, deve proceder-se à avaliação da sessão, pela partilha das impressões e sugestões das pessoas participantes.	Propostas exemplo	O QUE É PRECISO FAZER PARA... (onde, quando, como)	O QUE O GRUPO PODE FAZER SOZINHO?	O GRUPO PRECISA DA COLABORAÇÃO DE QUEM PARA FAZER?	Obter ajuda na burocracia da atividade agrícola				Promover a valorização da mulher na agricultura na nossa região			
Propostas exemplo	O QUE É PRECISO FAZER PARA... (onde, quando, como)	O QUE O GRUPO PODE FAZER SOZINHO?	O GRUPO PRECISA DA COLABORAÇÃO DE QUEM PARA FAZER?										
Obter ajuda na burocracia da atividade agrícola													
Promover a valorização da mulher na agricultura na nossa região													



Ficha 4. Escolas de campo agroecológicas

FICHA DE ATIVIDADE

Atividade	Agroecologia em ação: do campo para o campo
Público-alvo	Comunidade local, agricultores, atores locais, comunidade académica/científica local
Duração	1 semana
Recursos e materiais	Transporte para as explorações agrícolas, refeições, materiais de suporte (papel, caneta, cadeiras, bloco de papel A2 portátil) e refeições.
Objetivos	• Conhecer itinerários técnicos em agroecologia (e relação entre as suas componentes) e retratos de transição agroecológica (exemplos práticos de ação) • Promover e divulgar práticas agroecológicas junto dos agricultores locais • Colocar as agricultoras como protagonistas da transição agroecológica • Refletir sobre o papel das mulheres na preservação dos territórios e as suas dificuldades
Descrição	A insustentabilidade dos sistemas alimentares e o impacto da agricultura no ambiente e na saúde são cada vez mais visíveis. A agroecologia pode ser o motor desta transição, uma vez que agrega ciência (investigação-ação), práticas agrícolas sustentáveis e movimento social na construção e manutenção de sistemas alimentares sustentáveis. A atividade deve ser organizada da seguinte forma: 1. Diagnóstico prévio Antes de iniciar a formação, é importante realizar um diagnóstico das explorações agrícolas das participantes de modo a perceber quais são as suas dificuldades (por exemplo, ao nível das pragas das culturas), bem como as boas práticas agroecológicas. Esta recolha deve ser feita através de visitas presenciais às explorações e em parceria com especialistas em agroecologia. 2. Definir objetivos e metas Com base no diagnóstico, devem definir-se objetivos claros para a formação. 3. Planeamento do conteúdo Propõe-se um plano de formação estruturado ao longo de uma semana de aprofundamento do conhecimento sobre práticas agroecológicas: • Sessões de trabalho de campo nas explorações agrícolas/locais de trabalho das beneficiárias do projeto; • Sessão de reflexão sobre como dinamizar partilha entre o grupo de agricultoras (entre outros), com base nas aprendizagens adquiridas sobre práticas agroecológicas e estratégias participativas (rodas de conversa, análise SWOT, world café). É importante intercalar momentos de trabalho no campo com momentos de consolidação e discussão da informação aprendida e, por isso, sugere-se que em cada um dos dias se realize uma breve discussão coletiva após o trabalho nas explorações agrícolas. 4. Incluir consumidores, comunidade académica, agentes locais, decisores políticos A transição para sistemas alimentares sustentáveis é uma prioridade só possível se se contar com a participação de toda a sociedade - consumidores, produtores, investigação/ academia e poder político. Para além disso, é uma excelente oportunidade para divulgar os produtos agrícolas do território e conseguir novos públicos consumidores. 5. Agendamento As datas e horários da formação devem ter em conta a disponibilidade das participantes, em função das suas responsabilidades agrícolas e familiares. 6. Realização da formação-ação As sessões devem ocorrer de acordo com o plano estabelecido e é importante existir tempo para o grupo praticar e consolidar os conhecimentos adquiridos, bem como esclarecer eventuais dúvidas. Os momentos de convívio/refeições também são muito importantes para promover possíveis cooperações e aprofundar relações de confiança. 7. Avaliação Após a conclusão da formação, deve avaliar-se o progresso das pessoas que participaram e refletir sobre a sua opinião relativamente à ação atual e futuras. 8. Apoio contínuo Criar parcerias com serviços locais (públicos ou privados) que possam apoiar a transição agroecológica irá permitir atividades futuras (recolha e preservação de sementes tradicionais, redação de manuais de práticas agroecológicas, etc).



FICHA TÉCNICA

Atividade	Photovoice
Público-alvo	Mulheres agricultoras
Duração	2 meses (variável)
Recursos e materiais	Câmaras fotográficas/smartphones, cartões de memória, cadernos (para registar a data, hora, local e contexto/descrição das fotografias), computador, impressão das fotografias, molduras, espaço para reuniões do grupo.
Objetivos	• Dar às participantes a possibilidade de documentar e refletir sobre os pontos fortes e fracos da sua comunidade, através da ação de fotografar a vida quotidiana • Promover o diálogo crítico e o conhecimento, através da análise das fotografias e identificação de questões importantes para a comunidade • Chamar a atenção dos decisores políticos e atores chave locais para os problemas e mudanças necessárias na comunidade
Descrição	O <i>photovoice</i> é uma metodologia participativa de investigação-ação baseada na comunidade e nos problemas reais que os elementos da comunidade enfrentam. Esta técnica é conhecida por ser eficaz no envolvimento das comunidades e dos decisores políticos no diálogo sobre questões centrais para a mudança social (Wang & Burris, 1997). A abordagem teórico-metodológica do photovoice foi criada, no início dos anos 90, por Caroline Wang e Mary Ann Burris. Este método pretende inserir no processo de investigação atividades de base comunitária com a finalidade de capacitar coletivamente os indivíduos de determinado grupo social em situação de exclusão (Souza, 2013). A fotografia é, ao mesmo tempo, o suporte e ferramenta de trabalho, que serve como instrumento para criar relações, informar e organizar indivíduos da comunidade e permite priorizar e discutir os problemas e soluções coletivamente. Esta técnica de intervenção-ação permite aos participantes partilharem e expressarem, através da imagem e da palavra, o que necessitam, o que os preocupa, do que têm medo e o que sonham. Os participantes também assumem o papel de co-investigadores, uma vez que participam em todo o processo de investigação, recolha e análise de dados, e partilha dos resultados (Palibroda <i>et al.</i>, 2009). As narrativas e imagens geradas pelo photovoice atuam como ferramentas poderosas para a defesa da igualdade de género, pois permitem envolver decisores políticos, organizações e comunidade em geral. As fases do photovoice incluem: 1. Identificação do tema Definir o tópico ou questão que será explorado através do projeto de photovoice (colocar uma pergunta de partida como por exemplo: quais são os problemas que enfrentam enquanto mulheres agricultoras?) 2. Testar Fornecer uma formação básica em fotografia, ética, questões de consentimento. 3. Captura de fotos As participantes são equipadas com câmaras e começam a capturar imagens relacionadas a pergunta de partida. Deve incentivar-se a exploração e documentação das suas experiências, observações e perspectivas pessoais por meio das fotografias. 4. Seleção de fotos Após um período designado de captura de fotos, as participantes selecionam um conjunto específico de imagens que desejam discutir e compartilhar com o grupo. 5. Descrição/ história das fotos As participantes escrevem ou verbalizam narrativas pessoais para cada uma das fotos selecionadas, enquanto explicam o que a imagem representa, por que a escolheram e como se relaciona com o tema. 6. Discussões em grupo As participantes devem reunir-se em sessões de grupo moderadas por facilitadores, para partilharem as suas fotos e histórias. Estes encontros são importantes para explorar as mensagens e temas emergentes nas fotos e encontrar pontos de convergência e recomendações importantes da comunidade local para os decisores políticos. 7. Partilha e exposição As fotos e os textos devem ser expostas e partilhadas com um público mais amplo através de exposições, apresentações, relatórios ou outros meios de divulgação acordados entre o grupo. 8. Avaliação Após a conclusão da formação, deve avaliar-se o progresso dos participantes e refletir sobre a sua opinião relativamente à ação atual e futuras. 9. Agendamento As datas e horários das várias etapas devem ter em conta a disponibilidade das participantes, em função das suas responsabilidades agrícolas e familiares. 10. Acompanhamento e suporte É muito importante que as fotografias e as histórias que estas contam cheguem ao poder político local, no sentido de visibilizar os problemas da população e encontrar soluções para os mesmos, por exemplo através do desenho de políticas públicas e programas municipais mais eficazes que respondam a estas realidades.



5.2. Capacitação técnica

- A capacitação técnica segue os mesmos princípios enunciados, anteriormente, a propósito da capacitação pessoal. Embora, neste caso, se tratem de formações mais específicas e especializadas, desenvolvidas num contexto mais estruturado e formativo, foi dada especial atenção ao envolvimento, participação e informalidade dos processos. Estas atividades partiram da vontade do grupo de mulheres agricultoras que participaram no projeto MAIs, pelo que o fator motivação estava garantido, desde o início. Deste modo, a atenção foi centrada nas metodologias da formação, através de capacitações muito práticas, e em resposta às necessidades efetivas das mulheres agricultoras. Estas formações (literacia digital, costura e comercialização de produtos locais) devem ser entendidas como exemplos concretos adaptados à realidade do projeto MAIs, que podem ser replicados em projetos futuros, ou substituídas por outras formações, que correspondam às necessidades dos grupos e comunidades participantes.

BOA PRÁTICA

CRIAR UM GRUPO DIGITAL DE CONVERSA ENTRE AS MULHERES

Um dos resultados práticos a concretizar, pode ser a criação de um grupo de WhatsApp com as participantes da formação onde são partilhadas informações de interesse do grupo, que pode manter-se depois da atividade, para a organização de futuras atividades.



FICHA DE ATIVIDADE

Atividade	Formação em literacia digital
Público-alvo	Mulheres agricultoras
Duração	2 meses (variável)
Recursos e materiais	Transporte para o local da formação, computadores (pelo menos 1 por cada dois participantes), projetor, acesso à internet, cadernos, canetas, telemóveis, lanche.
Objetivos	• Capacitar as mulheres para a autonomia no acesso à informação (agrícola, saúde, educação, oportunidades de emprego, programas governamentais e outros serviços úteis) • Desenvolver competências profissionais, nomeadamente na promoção de maior acesso a oportunidades de emprego, agricultura digital ou negócio e marketing online • Aumentar a consciência sobre como usar de forma vantajosa e segura as tecnologias da informação, em temas relevantes como a saúde, direitos das mulheres, meio ambiente e alterações climáticas • Capacitar as mulheres a usar a tecnologia para amplificar as suas vozes, participar em tomadas de decisões locais, criar redes de apoio e defender os seus direitos • Facilitar a comunicação e combater o isolamento: capacitar as mulheres para comunicarem com familiares, amigos e outros membros da comunidade que estão distantes • Promover a inclusão financeira: capacitar para o uso de serviços financeiros digitais • Desenvolver resiliência digital: habilitar as mulheres para a segurança online e proteção de dados pessoais
Descrição	1. Avaliação de Necessidades Antes de iniciar a formação, é importante realizar um diagnóstico das necessidades do público-alvo nesta matéria e entender quais os conhecimentos prévios das participantes sobre o uso e acesso à tecnologia. Esta recolha pode ser feita através de entrevistas ou grupos focais. 2. Definição de objetivos e metas Com base no diagnóstico, devem definir-se objetivos claros para a formação em literacia digital, que podem incluir habilidades relacionadas com o uso de computadores, smartphones, etc. 3. Planeamento do conteúdo O conteúdo da formação deve responder aos objetivos estabelecidos e pode incluir: a) Introdução à Tecnologia: o que é um computador, um smartphone, a internet e como estes funcionam; b) Navegação na Internet: ensinar às participantes a usar um navegador, realizar pesquisas online e aceder a sites úteis; c) Uso de aplicações: explorar aplicações do interesse das participantes (redes sociais, email, mapas, aplicações meteorológicas, blocos de notas, etc); d) Literacia digital: capacitar as participantes a compreender e interpretar informações online, como relatórios de pesquisa e dados agrícolas. 4. Seleção de recursos e ferramentas Identificar os recursos, materiais e ferramentas que serão necessários para a formação, como computadores ou dispositivos móveis, acesso à internet, slideshow, manuais impressos ou recursos online. 5. Seleção de formador O formador deve ter experiência em trabalhar com comunidades rurais, de modo a facilitar a compreensão e comunicação com o público-alvo. Caso não seja possível encontrar alguém com esta experiência, é importante que este compreenda as necessidades específicas das participantes. 6. Agendamento As datas e horários das entrevistas devem ter em conta a disponibilidade das participantes, em função das suas responsabilidades agrícolas e familiares. 7. Realização da formação As sessões devem ocorrer de acordo com o plano estabelecido e é importante existir tempo para as participantes praticarem e consolidarem os conhecimentos adquiridos, bem como esclarecerem eventuais dúvidas. 8. Avaliação Após a conclusão da formação, deve avaliar-se o progresso dos participantes e refletir sobre a sua opinião relativamente à ação atual e futuras. 9. Acompanhamento e suporte Neste ponto, recomenda-se que exista uma parceria com serviços locais (públicos ou privados) de apoio à literacia digital de forma a permitir o acompanhamento das participantes depois da formação.



Ficha 7. Curso de costura

FICHA DE ATIVIDADE

Atividade	Curso de costura
Público-alvo	Mulheres agricultoras/artesãs
Duração	2 meses (variável)
Recursos e materiais	Transporte para o local da formação, local de formação deve ser bem iluminado, arejado, ter mesas e cadeiras suficientes e eletricidade, máquinas de costura (pelo menos 1 para cada 3), tecido, linha, tesouras, marcadores para tecido, alfinetes, quadro, lanche
Objetivos	• Permitir que as mulheres diversifiquem as suas habilidades e fontes de rendimento • Contribuir para a preservação do património cultural, nomeadamente ao nível do artesanato • Aprender práticas sustentáveis, através do uso de materiais reciclados ou reaproveitados • Promover a inclusão social e a participação ativa na economia local • Fortalecer o espírito coletivo e de cooperação através da troca de conhecimento e experiências no grupo • Promover a criação de pequenos negócios locais de costura que possam, por sua vez, gerar empregos para outras mulheres da comunidade
Descrição	1. Identificação das necessidades e interesses específicos Antes de iniciar a formação é importante realizar um diagnóstico das necessidades do público-alvo nesta matéria e entender quais os conhecimentos prévios das participantes. Esta recolha pode ser feita através de entrevistas ou grupos focais ou no primeiro momento da ação. 2. Definição de objetivos e metas Com base no diagnóstico, devem definir-se objetivos claros para a formação em costura, que podem incluir necessidades de utilização de máquinas, corte, técnicas diversas de bordado, entre outras, e delinear um resultado a apresentar, como por exemplo: realização de um saco de pano reversível com fecho e bolsos; recriar produtos artesanais locais. 3. Seleção do formador O formador deve ter experiência em trabalhar com comunidades rurais, de modo a facilitar a compreensão e comunicação com o público-alvo. Caso não seja possível encontrar alguém com esta experiência, é importante que este compreenda as necessidades específicas das mulheres agricultoras. 4. Planeamento de conteúdo A equipa do projeto e o formador devem basear-se nas necessidades e desejos expressos pelo grupo e criar uma formação que responda às mesmas. 5. Agendamento As datas e horários das sessões devem ter em conta a disponibilidade das participantes, em função das suas responsabilidades agrícolas e familiares. 6. Realização da formação As sessões devem ter sempre em conta que nem todas as formandas vão aprender da mesma forma; por isso, é importante respeitar os ritmos individuais de cada uma e promover a entreajuda. 7. Avaliação Após a conclusão da formação, deve avaliar-se o progresso dos participantes e refletir sobre a sua opinião relativamente à ação atual e futuras. 8. Acompanhamento e suporte É útil criar, por exemplo, um grupo de WhatsApp com o objetivo de, mesmo após a formação, continuar a existir comunicação entre o grupo e projetos futuros. 9. Exposição e venda dos produtos Se o objetivo da formação incluir a criação de produtos para venda, torna-se importante organizar exposições locais ou participar em feiras e mercados locais, onde as participantes possam ter a oportunidade de expor e vender os seus produtos, bem como de demonstrar os processos e técnicas utilizados.

BOA PRÁTICA

AS NOSSAS MÁQUINAS

No âmbito do projeto MAIs, em parceria com a entidade formadora, foi possível contribuir para criar um elo entre os grupos de mulheres, com a cedência de uma máquina de costura em cada local onde se pudesse perspetivar a criação de um coletivo, que tivesse como ideia comum a preparação de materiais que contribuíssem para melhorar o ciclo produtivo e os produtos finais resultantes da lã e do linho. Envolver entidades, públicas ou privadas, que possam apoiar esta doação/contributo pode constituir uma mais-valia.



Ficha 8. Formação em comercialização e mercados

FICHA DE ATIVIDADE

Atividade	Formação em comercialização e mercados
Público-alvo	Mulheres agricultoras
Duração	3 horas
Recursos e materiais	Transporte para o local da formação, computadores (pelo menos 1 por cada dois participantes), projetor, cadernos, canetas, smartphones (caso grande parte dos participantes tenham).
Objetivos	• Despertar o interesse pelos conceitos e aprendizagens relacionadas com a comercialização e promoção/marketing, através de exemplos práticos • Capacitar para construção e definição dos preços a implementar, com base no valor de produção e de mercado • Conhecer diferentes contextos de comercialização de proximidade e à distância
Descrição	1. Avaliação de Necessidades Antes de iniciar a formação, realizar um diagnóstico das necessidades do público-alvo nesta matéria, de forma a entender quais os conhecimentos prévios das participantes sobre comercialização e mercados. Pode ser feito no início da sessão, através da apresentação individual dos seus negócios. 2. Definição de objetivos e metas Com base no diagnóstico inicial, deve avaliar-se o impacto dos mercados na capacidade de venda por parte das mulheres participantes e apresentar medidas de apoio específicas a cada situação apresentada. Devem apresentar-se e avaliar diversos sistemas de comercialização que possam servir para aumentar a remuneração da produção de forma mais justa, por exemplo, através de plataformas online (ex. na agricultura, o SmartFarmer), vendas de cabazes, vendas na exploração, fornecimento de escolas. De modo a melhorar a comercialização e o acesso aos mercados, podem desenvolver-se conteúdos específicos sobre matérias de gestão e marketing, nomeadamente cálculo de margens de lucro, implicação de subsídios e impostos no preço, disponibilidade dos produtos no mercado, conceito de concorrência perfeita, maximização do lucro vs custos de produção. 3. Planeamento do conteúdo O conteúdo da formação deve responder aos objetivos estabelecidos e pode incluir: (1) Apresentação de cada participante, seus objetivos profissionais/comerciais e descrição e demonstração das suas atividades, (2) Apoio à comercialização, a nível individual, de acordo com as necessidades de cada participante, de forma a potenciar os seus negócios, (3) Apresentação de modelos de comercialização de proximidade, (4) Conceitos relacionados com economia e finanças aplicados ao contexto agrícola. 4. Identificar os recursos Identificar os recursos, materiais e ferramentas necessários para a formação, nomeadamente computadores / dispositivos móveis, acesso à internet, projetor e recursos online. 5. Seleção de formador O formador deve ter experiência em trabalhar com comunidades rurais, de modo a facilitar a compreensão e comunicação com o público-alvo. Caso não seja possível encontrar alguém com esta experiência, é importante que este compreenda as necessidades específicas das mulheres agricultoras. 6. Agendamento e Logística As datas e horários das entrevistas devem ter em conta a disponibilidade das participantes, em função das suas responsabilidades agrícolas e familiares. 7. Realização da formação As sessões devem ocorrer de acordo com o plano estabelecido e é importante existir tempo para as participantes praticarem e consolidarem os conhecimentos adquiridos, bem como esclarecerem eventuais dúvidas. 8. Avaliação Após a conclusão da formação, deve avaliar-se o progresso dos participantes e refletir sobre a sua opinião relativamente à ação atual e futuras. Podem realizar-se e gravar entrevistas individuais para realizar vídeos exemplificativos a usar na promoção dos produtos das participantes. 9. Acompanhamento e suporte Neste ponto, recomenda-se que exista uma parceria com serviços locais (públicos ou privados) de apoio a criação de mercados de proximidade e à participação em plataformas online de comercialização.



5.3. Capacitação cívica e associativa



Ficha 9. Recolha e inventariação de PCI

FICHA DE ATIVIDADE

Atividade	Recolha de expressões de Património Cultural Imaterial (PCI) protagonizadas por mulheres agricultoras
Público-alvo	Mulheres agricultoras, comunidades locais, associações e coletivos, membros do poder local (Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia), público geral
Duração	Variável, consoante os recursos disponíveis, objetivos do trabalho, tipo de relação a manter com as comunidades e protagonistas. Recomenda-se uma abordagem de cariz etnográfico, com recurso a observação participante e permanência no terreno, que permitam conhecer e entrar nas dinâmicas sociais das pessoas e grupos envolvidos.
Recursos e materiais	• Diário de campo (registo de notas, evidências, fases das expressões a recolher, instrumentos utilizados, duração, etc.), gravador de voz, máquina fotográfica digital, cartões de memória de alta capacidade, computador, tripé, outros instrumentos audiovisuais como microfones e painéis de isolamento de som.
Objetivos	• Reconhecer o protagonismo das mulheres (enfoque no PCI enquanto instrumento de promoção da igualdade de género e empoderamento das comunidades locais) • Valorizar o papel das mulheres agricultoras nas comunidades, famílias, esfera doméstica e social • Divulgar o PCI • Estimular o público a conhecer melhor o PCI das regiões em causa • Alertar o poder local para a necessidade da preservação e salvaguarda do PCI
Descrição	1. Agendamento e logística As datas e horários das reuniões e entrevistas realizadas devem ter em conta a disponibilidade das participantes, em função das suas responsabilidades profissionais e familiares. 2. Identificação de práticas e expressões de PCI na região/local Realizar reuniões com membros do poder local para identificar tradições locais. Pesquisa documental exploratória em bibliotecas, arquivos municipais e sítios online (ex.: jornais de notícias locais, bases de dados sobre PCI, etc.). 3. Auscultação das protagonistas/detentoras, associações e coletivos locais Averiguar o interesse e vontade das protagonistas/detentoras do PCI no processo de recolha, inventariação e difusão. Atestar o consentimento, disponibilidade e motivação de participação no trabalho. Conhecer as intenções dos órgãos de poder local no trabalho com PCI, comunicar as necessidades e interesses das protagonistas e delinear os apoios logísticos e operacionais necessários. 4. Pesquisa documental Realizar uma pesquisa documental aprofundada, sobre as diferentes fases, instrumentos utilizados e cronograma das expressões a recolher. Complementar com entrevistas e conversas informais com elementos da comunidade local, para obter uma visão histórica e realista das dinâmicas socioculturais presentes em determinada expressão. 5. Preparação do trabalho de campo Construir guiões, checklists e instrumentos de recolha de informação, baseados em metodologias próprias como entrevistas ou histórias de vida. Estes instrumentos devem ter natureza flexível e adaptável a possíveis constrangimentos. 6. Recolhas qualitativas e audiovisuais Articular os elementos de recolha qualitativa com elementos visuais e sonoros (som, imagem, vídeo, etc.). Respeitar o consentimento e integridade das protagonistas das práticas. Se possível, devem estar presentes dois ou três membros da equipa, um que coloca as questões e dialoga com as detentoras do PCI e outro responsável pela recolha de materiais audiovisuais e registo de notas. No caso de necessidade de aprofundamento de algumas componentes biográficas de cada uma das detentoras do PCI, sugere-se a recolha de testemunhos individuais, de modo a recolher informação sobre a vida individual das protagonistas e o lugar das expressões nessas trajetórias individuais. 7. Organização e tratamento da informação Efetuar o tratamento e análise da informação, de modo a traçar uma narrativa clara e apelativa. Caso sejam detetadas lacunas ou elementos que devam ser aprofundados, estes devem ser recolhidos em momentos posteriores de validação com as detentoras e agentes locais. 8. Avaliação Perceber junto das pessoas que participaram no processo de inventariação do PCI qual a sua opinião sobre a metodologia utilizada, bem como recolher ideias sobre ações imediatas e futuras que podem contribuir para a valorização e preservação do PCI. 9. Acompanhamento e suporte Criar parcerias com diversos agentes (instituições governamentais de cultura, escolas, universidades, municípios, museus, arquivos, associações, etc) no sentido de preservar e visibilizar o património local, como, por exemplo, através da sua divulgação.



Ficha 10. Organização e participação em eventos públicos

FICHA DE ATIVIDADE

Atividade	Participação em eventos públicos
Público-alvo	Mulheres agricultoras, coletivos, sociedade civil, associações
Duração	1 dia
Recursos e materiais	Transporte para o local do encontro, refeições, local para exposição dos trabalhos das participantes, cadeiras.
Objetivos	• Colocar as mulheres agricultoras/artesãs nos espaços de fala • Fomentar a troca de conhecimento intergeracional e intercomunitário em torno das experiências, técnicas e tradições locais • Estimular a inovação na produção local e na criação de produtos, através de novas técnicas e tecnologias • Estabelecer e fortalecer redes de apoio/parcerias e criar um sentido de comunidade e colaboração • Valorizar e preservar as tradições culturais associadas aos produtos e usos locais e promover a herança biocultural local • Discutir estratégias de marketing e comercialização e aumentar a visibilidade e valor de mercado relativamente aos produtos locais • Contribuir para o uso de práticas agrícolas e artesanais sustentáveis relacionadas com os produtos e a biodiversidade locais
Descrição	1. Definir o objetivo específico do evento Identificar eventos públicos em torno dos questões/objetivos definidos ao longo da implementação da TdM (por exemplo, em torno de produtos e usos da lã e do linho, cestaria, recolha de sementes, partilhas agroecológicas, entre outros). 2. Identificar as partes interessadas Listar todas as pessoas e entidades relevantes para o evento, como agricultores, artesãos, empresas, coletivos, associações e outros atores em torno da temática. 3. Escolha da data e local O local deve ter capacidade para acomodar todos os participantes e possuir boa acessibilidade. A data dos eventos escolhidos deve ser consensualizada com outros intervenientes e com as participantes, de acordo com a sua disponibilidade. 4. Programação O evento deve incluir: • Almoço/lanche-convívio e partilha de experiências de diversos atores e setores; • Roda de conversa com apresentação de diferentes associações/coletivos/projetos presentes e objetivos principais do seu trabalho; • Discussão em torno da temática em Portugal com recurso metodologias sistematizadoras como a análise SWOT (fraquezas, ameaças, oportunidades e forças); • Encerramento e comentários finais. 5. Convites e Inscrições Deve ser previsto um processo de inscrição (por exemplo através de um formulário online) que permita recolher as informações chave dos participantes (nome, email, profissão, área de residência, motivação, expectativas), com o objetivo de preparação logística do evento (número de participantes previsto) e de facilitar a construção/fortalecimento de redes futuras. O evento deve ser amplamente divulgado através de cartazes nas redes sociais e convites via correio eletrónico. 6. Avaliação Após a conclusão da formação, deve avaliar-se o progresso dos participantes e refletir sobre a sua opinião relativamente à ação atual e futuras. 7. Acompanhamento pós-encontro É útil criar por exemplo um grupo de WhatsApp com o objetivo de, após o evento, continuar a existir comunicação entre o grupo e projetos futuros, e promover partilha de materiais/ informações relevantes.



5.4. Capacitação e sensibilização de equipas técnicas locais

- Já foi abordado, em capítulos anteriores, o papel relevante que os agentes locais detêm enquanto informantes privilegiados e facilitadores da intervenção. Contudo, deve reconhecer-se, igualmente, a importância da sua participação ativa enquanto público-alvo, em algumas fases de intervenção e/ou da investigação, devido à relação privilegiada, por vezes, única, que mantêm com as populações locais, algumas vezes em situação de vulnerabilidade social.
- Assim, deve ser, considerada central a ideia de que o envolvimento de agentes locais, enquanto pessoas individuais e coletivas, em projetos de investigação-ação nas suas várias fases, irá valorizar potencialidades e contributos possíveis. A aposta é, então, aliar o conhecimento técnico e científico às vozes e saberes do terreno,



incentivar sinergias e uma ação guiada para a promoção de saberes mais informados e precisos. Além disso, a participação de agentes locais em projetos de intervenção contribui para que as populações locais acreditem e confiem na intervenção e nas equipas dos projetos, bem como estimula a participação cívica dos diversos atores presentes nos territórios (Delgado, 2013; Ferreira & Almeida, 2016).

- Muitas vezes, as equipas de investigação e intervenção possuem fraco contacto com os territórios nos quais executam os seus trabalhos, que conhecem sobretudo a partir de estatísticas oficiais, de caracterizações realizadas em trabalhos anteriores e outro tipo de informação oficial sobre os territórios e as suas populações. Torna-se, por isso, essencial que exista um grupo de agentes locais, conhecedores/as das características idiossincráticas, de natureza mais qualitativa, dos territórios e suas populações, que informem e forneçam um contexto para as informações quantitativas.
- Em particular, as Câmaras Municipais e associações locais, com o conjunto de informações de que dispõem, podem oferecer robustez ao diagnóstico inicial, por exemplo, ao informar sobre as medidas adotadas para fazer face aos problemas regionais relacionados com a temática do projeto e que podem influenciar a intervenção. Isto é particularmente relevante, quando se mergulha no terreno com um olhar macro do problema em causa (a partir de estatísticas oficiais, por exemplo). A partir das equipas técnicas destas entidades, pode-se ter acesso a um conjunto de informações privilegiadas, em especial sobre que tipos de intervenção que já decorreram naquele território, que constrangimentos e obstáculos foram encontrados, a que conclusões e reflexões os seus trabalhos chegaram.
- As entidades locais podem, também, ajudar a definir a melhor forma de entrar contactar e abordar a população-alvo, de modo ético e confortável, bem como com outros agentes regionais e/ou locais essenciais para recolher informação que enriqueça o diagnóstico.
- Estas colaborações ajudam a enriquecer e fortalecer o desenho de intervenção em construção e permitem, simultaneamente, constituir um momento de validação, para que a intervenção se possa adaptar à realidade, condições regionais e populacionais, da maneira mais fiel e exequível.
- No entanto, as equipas devem criar autonomia na relação com a população alvo e não ficar dependentes de informantes privilegiados. Conquistar a confiança, assegurar o conforto e proporcionar a distância ética necessária aos decisores locais pode ser necessário, para que a população sinta a liberdade de expor os seus problemas e anseios. Este é um dos fatores-chave para o sucesso das intervenções, em contextos de igualdade de género (e outras), pelo que este âmbito mais relacional deve ser central no trabalho progressivo da equipa, de modo a tornarem-se pessoas internas à realidade, dos públicos com quem se quer intervir.
- Outra modalidade relevante para a participação de agentes locais surge associada a momentos de capacitação, que tenham em vista a concretização, sustentabilidade e reprodutibilidade do projeto. No domínio da igualdade de género, este aspeto ganha particular destaque, traduzida na importância crescente que a temática tem em diversos instrumentos de política pública, quer de carácter nacional, quer local.
- Neste âmbito, Portugal dispõe de um conjunto de instrumentos de política pública, a nível local, os Planos Municipais para a Igualdade. Em 2023, no conjunto de 308 municípios de Portugal, 192 tinham Planos Municipais para a Igualdade (CIG, 2023), o que correspondia a 62,34% do total de municípios. Estes dados são reflexo de um esforço notável relativamente à implementação de políticas locais para a igualdade de género e do mainstreaming de género ao nível dos governos.



- No entanto, subsistem, ainda, múltiplas questões por resolver e colocar em prática: **quantos destes Planos Municipais apresentam medidas concretas para a promoção da igualdade em termos intersectoriais e não somente a nível das atividades do terceiro setor? Que associações, em cada município, se dedicam à igualdade? Quais gostariam de se dedicar? De que ferramentas e apoios dispõem? Que necessidades têm em termos de conhecimento para continuar a sua missão? Que atividades e projetos na área da Igualdade de Género, podem dinamizar para oferecer contributos a estes esforços locais?**
- Nortado por estas questões, o projeto MAIs optou por reforçar esta dimensão, com recurso a uma ação de capacitação em Igualdade de Género na Agricultura, que contou com a colaboração da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), uma entidade com reconhecida experiência nesta área, em territórios do interior. A ficha que se segue explicita a forma como o projeto dinamizou esta atividade, de forma a que atividades deste tipo possam ser utilizadas em outros contextos.

Ficha 11. Workshop em igualdade de género na agricultura

FICHA DE ATIVIDADE

Atividade	Workshop em igualdade de género na agricultura
Público-alvo	Técnicos/as de Câmara Municipal/Juntas de Freguesia e outros/as agentes locais (ex.: membros de associações/coletivos locais)
Duração	20 horas - 2 a 3h diárias - 6 dias (variável)
Recursos e materiais	Variável, consoante modalidade da formação (presencial ou on-line). Computador, projetor, software adequado, plataforma para videoconferência.
Objetivos	• Contribuir para o aumento da participação cívica, através da formação de agentes locais, e outros públicos de interesse, nos domínios da igualdade de género • Sensibilizar para a igualdade de género no setor agrícola, com enfoque na agricultura familiar • Apostar no conhecimento informado como instrumento de promoção de intervenções locais/regionais • Promover debates e reflexões sobre as temáticas nas diferentes esferas locais
Descrição	1. Identificação da entidade formadora No caso da formação ser ministrada por uma entidade externa ao projeto, deve ser consultada primeiro a proposta de formação da entidade, acertar detalhes como objetivos, conteúdos, datas e horários da formação. Devem-se priorizar entidades que tenham experiência prévia de formação e/ou trabalho nos domínios do workshop, bem como dos públicos-alvo específicos à problemática em causa. 2. Estabelecer contactos Dirigir convites para a formação, que contenham informações sobre o calendário/horário e a programação da formação, bem como outros aspetos logísticos e operacionais. 3. Aplicação de um questionário de caracterização dos/as candidatos/as Recolher informação sobre qualificações, área de formação, interesses, expectativas e disponibilidade horária, de modo a alinhar a programação do workshop com estas características da população participante. 4. Realização do workshop A realização da formação deve basear-se numa metodologia formativa participativa, que consolide e respeite as diferentes valências dos/as formandos/as e a sua relação com os conteúdos em exposição. A aposta na apresentação de casos e/ou exemplos práticos é uma mais-valia na operacionalização do conhecimento partilhado no dia-a-dia. 5. Conteúdos a) Igualdade de Género enquanto fator de desenvolvimento b) Territorialização da Igualdade (exemplos) c) Situação das mulheres agricultoras em múltiplos contextos d) Discriminação de género no mundo rural. Medidas para a ultrapassar (Roda do futuro) ⁽⁶⁾ 6. Avaliação A avaliação do workshop passa por dois níveis: autoavaliação e avaliação da formação. A recolha de pontos fortes e fracos permitirá fortificar iniciativas futuras desta natureza.

⁽⁶⁾ Os conteúdos tem por base a formação em Igualdade de Género, ministrada pela equipa do projeto MAIs em colaboração com a UMAR e da atividade ministrada pela equipa do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.



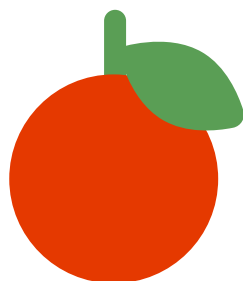
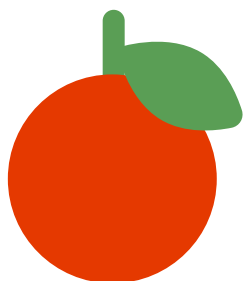
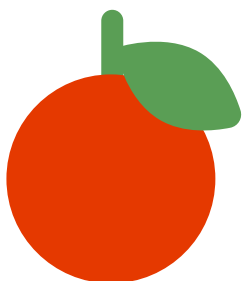
- A igualdade de género não se resume às questões de igualdade entre mulheres e homens, mas inclui também a igualdade em termos de características identitárias e sexuais, pelo que as questões de identidade de género e orientação sexual devem estar na agenda, bem como as múltiplas intersecções que diferentes eixos de desigualdades originam ⁽⁷⁾. Devido à riqueza de questões complexas e determinantes das desigualdades sociais, atualmente, a aposta de intervenção com agentes locais deve também incluir a dimensão da interseccionalidade, para que os projetos de intervenção possam contribuir para mudanças a longo prazo, sustentáveis e replicáveis noutros cenários e capazes de proporcionar e garantir diálogos entre conhecimento científico, técnico, e os agentes e comunidades locais.

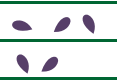
BOA PRÁTICA

IR E VIR - TRANSPORTE SEGURO E ACESSÍVEL

Muitas mulheres agricultoras têm dificuldade em deslocar-se da sua casa para outros locais. Isto é particularmente relevante em situações de violência doméstica, em que as mulheres estarão dependentes de alguém que as transporte para outros locais (casa de familiar, abrigo, hospital, esquadra da polícia), e que é, normalmente, um homem (quase sempre o marido ou alguém dele conhecido). Em S. Pedro do Sul, o município implementou um projeto intitulado “Ir e Vir” que permite a qualquer habitante solicitar em qualquer momento um táxi (pelo mesmo preço do bilhete de autocarro) entre dois locais definidos pelo próprio.

(7) A este propósito consultar: INE (2023). *Inquérito às Condições Origens e Trajetórias da População Residente em Portugal (ICOT)*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 31 pp.
Rego et al. (2024). *Multiversidade - Livro Branco sobre Discriminação Múltipla e Interseccional*. Faculdade de Direito | Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 206 pp.





PARTE VI - AVALIAÇÃO

- A dupla componente de investigação e intervenção que subjaz aos projetos de investigação-ação, ancorada em propostas transformadoras que mobilizam, por exemplo, a Teoria da Mudança (TdM), exige um plano de atividades de avaliação nos diferentes momentos do projeto, a partir de um olhar interno, mas principalmente, externo. Este olhar é ainda mais justificado quando a transformação societal pretendida se associa a resistências à mudança, construção de novas interações e possível envolvimento afetivo.
- O planeamento de qualquer avaliação tem de ser desenvolvido em função do contexto e características do objeto de avaliação e pode integrar dois tipos de avaliação - interna e externa - que importa diferenciar: “*O grau de aproximação e participação do avaliador ou da equipa de avaliação em relação à ação a avaliar, marca a distinção entre o carácter interno ou externo dessa mesma avaliação*” (Monteiro, 1996).
- A questão de partida da avaliação de uma intervenção (ou múltiplas intervenções) deve ser “Como é que se atinge determinado objetivo dentro de condições específicas?”, ao invés da tradicional questão “A intervenção atingiu a meta visada?” (Bhagavathy *et al.*, 2021). Assim, a avaliação interna tem o propósito de relatar “o que aconteceu / o que está a acontecer”, enquanto a avaliação externa permite explicar “porque está a acontecer / porque é que aconteceu”, ainda que a articulação entre ambas seja necessária. O propósito da avaliação interna é de carácter reflexivo, qualitativo e de natureza essencialmente formativa, a realizar no contexto de uma instituição, projeto ou atividade, para seu próprio fim/uso e com ou sem o envolvimento de pares externos (Afonso & Ribeiro, 2009).



6.1. Avaliação interna

- A avaliação interna proposta é continuada e formativa, deve acompanhar todo o projeto e procurar que os resultados e conclusões obtidos sejam integrados e ajustados no desenvolvimento dos trabalhos. Este aspeto é particularmente relevante no quadro da metodologia da TdM - que também pressupõe uma grande margem de flexibilidade para ajustamentos e reformulações ao longo da intervenção, numa lógica participada.
- Assim, o plano de avaliação interna diz respeito às etapas avaliativas desenvolvidas dentro de um projeto, de forma continua, com um carácter participativo e formativo, e pretende servir de apoio para o acompanhamento e reflexão das atividades desenvolvidas, tanto para a equipa e entidades parceiras do projeto, como para contribuir para um trabalho de avaliação externa. O referencial base deste tipo de avaliação assenta numa base participativa e democrática e assume a avaliação enquanto “(...) *instrumento de mudança, permanente e essencialmente gerado do interior*” (Beaudoin *et al.*, 1986, p. 207).
- A avaliação interna continuada é fundamental para a deteção e correção de práticas e instrumentos de trabalho, (re)orientar e/ou ajustar atividades, como também para um progressivo conhecimento do contexto de intervenção, dos grupos beneficiários do projeto, das dinâmicas da equipa do projeto e do fortalecimento de redes.



- O objetivo geral desta avaliação é a partilha e reflexão conjunta sobre o desenvolvimento das atividades do projeto, de modo a permitir que a equipa, no seu conjunto, possa consensualizar soluções e reajustamentos do trabalho.
- Resulta da aplicação de instrumentos de recolha de dados, na finalização de etapas/atividades importantes do projeto. Os resultados da avaliação serão, neste sentido, muitas vezes de carácter qualitativo e até informal, partilhados em reuniões de equipa, embora também se possa recorrer a indicadores de carácter quantitativo, por exemplo, através de inquéritos.
- Devem ser consideradas as seguintes dimensões de análise: **avaliação executiva, autoavaliação e avaliação da satisfação e participação das beneficiárias do projeto.**

Avaliação executiva

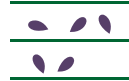
- O objetivo da **avaliação executiva** é apresentar um panorama geral sobre cada um dos eixos abaixo referidos, através da sistematização em tabelas/grelhas do estado dos trabalhos/atividades:
 - a) O que já se fez? Principais resultados/evidências
 - b) O que falta fazer? Intenções futuras
- Desta forma, identificam-se eventuais fragilidades ou bloqueios relacionados com o desenvolvimento do projeto, no que se refere à sua gestão e implementação. Esta monitorização deve ser partilhada com a equipa ao longo do projeto, de forma a ser capaz de oferecer contributos para que o trabalho possa ser continuamente aprimorado e reajustado, aos contextos da sua implementação.

Autoavaliação

- A **autoavaliação** - processo de inquirição realizado pelos elementos da equipa sobre o seu próprio trabalho/desempenho - é igualmente fundamental no processo de avaliação de um projeto de intervenção social. A autoavaliação representa uma parte considerável e incontornável da avaliação interna, uma vez que promove a autorreflexão, a formação e a responsabilização de todos e de cada um dos envolvidos no projeto e possibilita o fortalecimento do trabalho em rede.

Avaliação da satisfação e participação das beneficiárias

- Embora as questões relacionadas com o impacto do projeto nas beneficiárias, comunidade envolvente e alargada, sejam do âmbito dos processos de avaliação externa, a avaliação interna inclui um eixo de monitorização relativo à **participação e satisfação das beneficiárias**, em relação às atividades realizadas no terreno, baseado na aplicação de um questionário de avaliação a aplicar em cada atividade.
- Este eixo avaliativo não tem como objetivo a análise do impacto das ações desenvolvidas, mas somente a análise das perceções das beneficiárias para que seja possível refletir e corrigir e/ou ajustar procedimentos menos satisfatórios. Serve também para comparar perceções, uma vez que esta informação pode ser cruzada com os resultados do inquérito de autoavaliação, respondido pela equipa responsável pela ação/intervenção no terreno.



- De referir que a valorização de um modelo e dinâmica avaliativa mais formativos e reflexivos, como o que aqui se apresenta, enquadrador da avaliação interna, não significa nem defende a secundarização de outras formas de avaliação mais centradas em indicadores objetivos, quantitativos e sumativos, tipicamente utilizados pela avaliação externa dos projetos. Pelo contrário, considera-se vantajosa a conjugação dos dois níveis de avaliação, que estão previstos para este projeto, desde que se complementem nos seus diferentes objetivos, metodologias e contributos.
- Deste modo, a avaliação interna deverá articular-se com a avaliação externa, quer na realização/participação em reuniões, quer na partilha de todas as informações e documentos analisados ou produzidos.



6.2. Avaliação externa

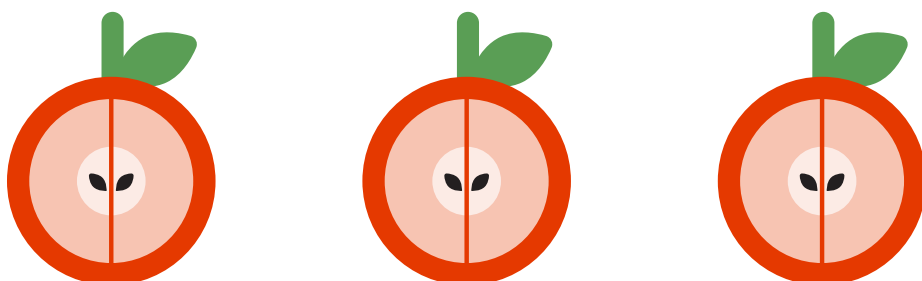
- Na sequência do que foi referido, entende-se a avaliação como uma componente do processo de planeamento (Guerra, 2002), que se define em função do desenho do projeto (de modo que o modelo avaliativo possa ser ajustado e constantemente reformulado para maior adaptação) e traduz-se num conjunto de instrumentos operacionais, que permitem recolher informação e sinalizar resultados intermédios e finais. A avaliação permite, ainda, ajustar ou corrigir as propostas de intervenção e torná-las mais participativas e consentâneas com as necessidades e os interesses dos públicos-alvo/beneficiários. O processo da avaliação, como instrumento de aprendizagem, terá tanto mais valor quanto mais efeitos de uso conseguir criar (Schiefer *et al.*, 2006), quer ao longo dos diferentes momentos do projeto, quer após a sua realização. Nesse sentido, surgem como centrais as avaliações *ex-post*, enquanto processos finais de avaliação dos resultados e as avaliações *ongoing*, de acompanhamento e monitorização dos projetos:

Cada vez mais se reconhece que as avaliações ex-post e de impacte de certos tipos de intervenções de desenvolvimento centradas nas populações são muito difíceis de realizar, se o sistema de acompanhamento não tiver recolhido os dados de base necessários. Reconhece-se, também, de forma crescente, o valor das avaliações participativas que combinam as competências e os pontos de vista de todos os envolvidos nas intervenções a avaliar (Equipa K'CIDADE, 2007, p.18).

- A avaliação *ex-post* tem virtualidades acrescidas, quando concebida como medida qualitativa dos resultados da intervenção (a situação vivida na primeira pessoa dos públicos-alvo após a intervenção) e com a possibilidade de contribuir para melhorar numa nova edição, que permita a sua replicação e escalonamento em melhores condições de sucesso (recomendações futuras para novas ações dedicadas aos públicos-alvo), mas também de modo a garantir a sustentabilidade das ações dos projetos de forma autónoma e regular. Enquanto avaliação externa é uma avaliação-formativa; é um exercício que constrói contributos para o: i) desenho da avaliação global do projeto; ii) pré-teste e validação de instrumentos de avaliação; iii) sensibilização para o exercício da avaliação e iv) criação de rotinas participadas de avaliação (Guerra, 2002).
- As abordagens qualitativas participativas são centrais em contextos de investigação-ação, com comunidades rurais, uma vez que permitem pensar e adaptar todo o processo às necessidades e características das populações-alvo, promover a co-construção dos projetos, a aprendizagem efetiva e a transformação social.



- Assim, as ações de avaliação, tal como as de intervenção, devem ser desenvolvidas de forma horizontal, participada e flexível. Devem dar particular atenção às barreiras de participação dos públicos-alvo (como a linguagem, transporte e acesso a atividades), associadas a papéis de género (Gervais & Rivard, 2013), mas também às barreiras decorrentes das pertenças institucionais e à presença de estereótipos sobre os territórios.
- Integrar e ajustar o exercício da avaliação *ex-post* no quadro da TdM parece, de igual modo, um pressuposto operacional. A TdM é uma metodologia de monitorização, avaliação e aprendizagem que, quando integrada em projetos de desenvolvimento local, é mais do que uma ferramenta de avaliação: é um processo contínuo e participado de análise, que promove a criação de um ciclo de ação aprendizagem.
- Desenvolver uma TdM, enquanto processo de transformação a longo prazo, exige investimentos substanciais em termos de recursos humanos, temporais e financeiros (O'Lynn, 2012), bem como um elevado compromisso entre parceiros e pessoas envolvidas na intervenção. A metodologia caracteriza-se por um elevado grau de flexibilidade, que permite aumentar a eficiência das intervenções e identificar as alterações ocorridas, de modo a assegurar-se que a mudança pretendida é atingida. Neste enquadramento metodológico, o exercício de avaliação define-se, também, como um exercício partilhado, co-construído e de adaptabilidade constante.
- Os vários atores envolvidos nos projetos (sejam as populações-alvo, equipas de investigação, equipas técnicas, parceiros locais, entidades financiadoras, entre outros) devem ser auscultados e também envolvidos nos processos de avaliação (encarados como uma das fases do próprio projeto, e não como um momento autónomo). No caso de equipas de avaliação externas aos projetos, recomenda-se um esforço acrescido de trabalho sem hierarquias e imposições, que permita manter altos níveis de horizontalidade e constante adaptação. É possível, deste modo, compreender as dificuldades e obstáculos, pontos fortes, as vantagens e potencialidades dos projetos.
- Em suma, a avaliação de projetos de desenvolvimento local participados não se coaduna com uma mera avaliação externa *ex-post*; deve, portanto, articular-se, sempre que possível, com um exercício de avaliação *ongoing* dos projetos. Tal como as fases de conceção e intervenção, a avaliação deve ser flexível, participada e horizontal com forte proximidade ao terreno. A necessidade de uma adaptação constante ao vai e vem das atividades de intervenção dos projetos, em respeito pelos seus ritmos próprios (e consequentemente das suas populações-alvo e equipas de trabalho), exige investimentos de tempo e recursos humanos e financeiros alocados à própria avaliação. As técnicas participativas são uma mais-valia, com elevado grau de abertura para adaptação às populações-alvo, suas expectativas, ritmos e necessidades. Dificuldades e constrangimentos acompanham qualquer processo de avaliação. Antecipar estes obstáculos, integrá-los nos procedimentos e reajustar todo o processo de avaliação é uma das palavras de ordem. Tal é possível desde que se acompanhe todo o projeto e atente ao seu cariz integrador e participativo, numa abordagem reflexiva.





PARTE VII - RECOMENDAÇÕES PARA PROJETOS DE INTERVENÇÃO EM IGUALDADE DE GÊNERO NA AGRICULTURA

- **Priorizar a participação das mulheres agricultoras numa lógica de co-construção dos projetos**
 - Planear e desenvolver os projetos e intervenções com as comunidades em causa, com destaque para as mulheres agricultoras.
 - Ter flexibilidade para acolher as propostas das agricultoras e atender às suas dificuldades ou condicionalismos de tempo, mobilidade, disponibilidade, etc.
 - Valorizar as perspetivas e o trabalho de associações, grupos formais ou informais já existentes no terreno.
- **Estimular e fortalecer redes de sociabilização e entreajuda**
 - Facilitar encontros que abordem tanto questões práticas da agricultura como de promoção de redes de sociabilização, entreajuda e amizade.
 - Incentivar a formação de grupos de apoio entre mulheres agricultoras, para partilha de conhecimentos e experiências.
 - Integrar, nos projetos, atividades de lazer que estejam alinhadas com os interesses das mulheres agricultoras, como feiras agrícolas ou festivais temáticos.
- **Promover atividades de capacitação**
 - Promover oficinas que desenvolvam competências específicas das mulheres agricultoras, como gestão financeira, gestão agrícola, empreendedorismo rural, comercialização, práticas agroecológicas e inovações tecnológicas aplicadas à agricultura.
 - Estimular a liderança das mulheres em grupos de interesse, como associações ou cooperativas.
- **Alargar as atividades a outros coletivos**
 - Expandir as atividades para envolver outras mulheres da comunidade e, assim, garantir maior representatividade nas iniciativas.
 - Promover a colaboração entre mulheres agricultoras e outros grupos locais, como cooperativas ou associações de mulheres, para estimular, por exemplo, as partilhas intergeracionais.
- **Mobilizar outros grupos-alvo**
 - Envolver ativamente as famílias, com ações que destaquem a importância da organização familiar para o sucesso das mulheres agricultoras.
 - Desenvolver projetos, que integrem as gerações mais jovens, com estímulo da continuidade e renovação na agricultura.
 - Incentivar a participação dos homens agricultores, para potenciar o trabalho de promoção da igualdade de género.



- **Preservar memórias e saberes tradicionais**

- Realizar projetos de recolha de memórias das mulheres agricultoras, com destaque para o seu papel na preservação dos saberes e práticas tradicionais.
- Integrar as mulheres mais idosas no ensino de práticas agrícolas e artesanais a pessoas mais jovens.
- Participar e organizar atividades e/ou eventos de divulgação do património imaterial cultural de que estas mulheres são detentoras.

- **Promover os produtos tradicionais**

- Apoiar a comercialização de produtos agrícolas e/ou artesanais produzidos pelas mulheres agricultoras, e reforçar o valor da qualidade e autenticidade dos produtos locais.
- Estimular a participação em feiras e eventos locais para promover a visibilidade dos produtos.

- **Valorizar e dar visibilidade à importância do papel das mulheres agricultoras**

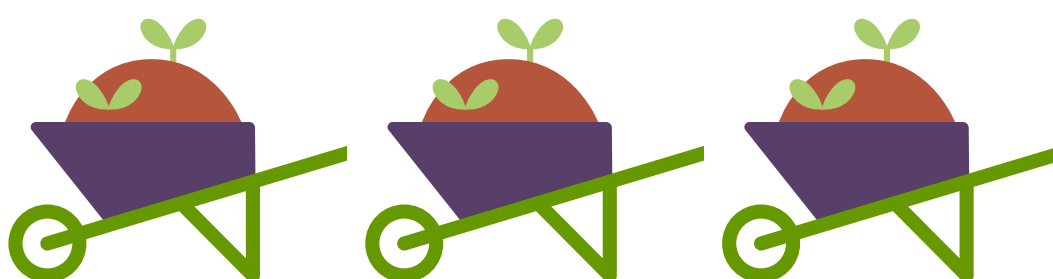
- Criar iniciativas de disseminação que destaquem histórias de sucesso de mulheres agricultoras na comunidade.
- Destacar exemplos de mulheres bem-sucedidas na agricultura local, como modelos para inspirar as gerações mais jovens.
- Estimular a organização de grupos de mentoria entre mulheres mais experientes e mulheres mais jovens ou com menos experiência na agricultura.

- **Escolher parceiros estratégicos**

- Selecionar parceiros que tenham experiência específica no apoio às mulheres agricultoras, quer sejam formais (entidades públicas ou privadas) ou informais.
- Garantir que os parceiros estejam comprometidos com a igualdade de género e tenham uma compreensão aprofundada das necessidades das mulheres agricultoras.

- **Envolver e formar técnicos locais**

- Planear e desenvolver formações específicas para técnicos locais, que trabalham diretamente com mulheres agricultoras.
- Incentivar a participação ativa de técnicos locais nas atividades do projeto e promover uma abordagem colaborativa.





GLOSSÁRIO

O Glossário que se segue tem como objetivo listar e clarificar os principais conceitos utilizados neste documento, e outros que são igualmente relevantes para a temática aludida. O objetivo é o de permitir que, a partir destas definições, seja mais fácil utilizar o guia e implementar iniciativas semelhantes às descritas.

As definições apresentadas têm por base os glossários da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG, 2021) e do Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE, 2024), assim como alguma da literatura base deste documento.

- **Agricultura familiar:** forma de organização da atividade agrícola, florestal, pecuária e piscatória, assente em explorações geridas por uma família, nas quais a mão-de-obra é essencialmente familiar, que combinam funções económicas, culturais, sociais e ambientais e onde se mantém laços fortes entre terra, trabalho e família.
- **Agroecologia:** abordagem holística, que aplica simultaneamente conceitos e princípios ecológicos e sociais ao desenho e gestão de sistemas agrícolas e alimentares sustentáveis. Visa otimizar as interações entre plantas, animais, seres humanos e ambiente, ao mesmo tempo que procura construir sistemas alimentares socialmente equitativos. A agroecologia é considerada, por muitos autores, simultaneamente uma ciência, um conjunto de práticas e um movimento social, com carácter transdisciplinar que inclui as dimensões ecológica, sociocultural, tecnológica, económica e política dos sistemas alimentares, desde a produção ao consumo.
- **Associativismo:** processo no qual indivíduos se unem de forma voluntária e solidária para concretizar objetivos comuns, partilhar conhecimento, recursos e experiências e promover a conscientização, participação ativa e transformação social em torno de demandas comuns. Estes processos fomentam a cooperação, colaboração e solidariedade entre pessoas, com o fim de construir comunidades mais justas, democráticas e igualitárias.
- **Cidadania:** conjunto de ações praticadas por cada pessoa, com impacto na vida da comunidade (local, nacional, regional e internacional), indissociáveis do espaço público; envolve questões relativas a direitos e a deveres, bem como igualdade, diversidade e justiça social.
- **Desenvolvimento participativo:** implica a participação de indivíduos e coletivos, sem excluir nenhum grupo social, que determinam e decidem sobre como querem que seja o desenvolvimento na sua comunidade, ou seja, tem em conta que o controlo das decisões fundamentais em todas as fases do processo e os benefícios revertem inequivocamente a favor das comunidades; assume-se que a participação só se aprende através da própria participação, onde as pessoas aprendem que através das suas ações podem mudar as suas vidas e melhorá-las.
- **Desigualdade(s) de género:** contextos políticos, sociais e/ou culturais, nos quais o género e/ou sexo comprometem o conjunto de direitos de alguém. Isto reflete-se em acessos desiguais a tais direitos e a um conjunto de recursos e papéis sociais e culturais, que afetam o estatuto dessa pessoa em diferentes áreas da sociedade, públicas ou privadas. Inclui, todos os contextos em que as mulheres desempenham papéis inferiores aos dos homens, na família, mercado de trabalho, vida política, acesso à tomada de decisão, etc.



- **Direitos fundamentais:** conjunto de direitos transversais a qualquer pessoa, independentemente da sua nacionalidade, local de residência, sexo, género, grupo étnico racial e/ou nacional, religião, língua ou qualquer outro tipo de estatuto. Estes direitos são garantidos através de diferentes instrumentos institucionais, nacionais e internacionais, que impõem obrigações aos governos e cidadãos, de modo a promover e proteger direitos e liberdades fundamentais de pessoas ou grupos.
- **Discriminação:** qualquer prática, distinção ou exclusão que tenha por objetivo ou efeito colocar uma pessoa ou grupo de pessoas em situação de desvantagem em razão do sexo, orientação sexual, identidade e expressão de género, características sexuais, origem racial e étnica, nacionalidade, residência, idade, deficiências, características genéticas, religião ou crença, estatuto socioeconómico.
- **Discriminação interseccional:** refere-se a uma situação em que várias formas e modalidades de discriminação operam e interagem entre si, por exemplo, o género com outras formas de discriminação, como a origem racial e étnica, nacionalidade, idade, deficiências, características genéticas, religião ou crença, estatuto socioeconómico, entre outros.
- **Divisão do trabalho doméstico:** diz respeito à divisão de tarefas e responsabilidades dentro de um agregado doméstico e, na maioria das vezes, decorre de papéis normativos associados aos homens e às mulheres.
- **Divisão do trabalho com base no género:** assunção de diferentes tipos de profissão e/ou tarefas dentro de uma profissão com base no género e/ou sexo das pessoas. Uma das consequências mais comuns desta divisão do trabalho, são as diferenças remuneratórias entre homens e mulheres.
- **Ecofeminismo:** é uma corrente de pensamento e movimento social que combina questões de justiça de género com preocupações ambientais e relativamente à qual existem duas grandes linhas de pensamento: uma clássica, mais essencialista e espiritualista, que considera uma maior ligação das mulheres aos ciclos da natureza, por razões biológicas e ontológicas; outra corrente de cariz construtivista, que enfatiza principalmente as condições históricas e económicas.
- **Empoderamento:** envolve um processo de fortalecimento individual e coletivo, que contribui para aumentar a capacidade dos indivíduos para tomarem decisões e exercerem controlo sobre aspetos das suas vidas que afetam o seu bem-estar. Conduz à expansão da liberdade de escolha e de ação das pessoas para que tenham a possibilidade de construírem ou mudarem a sua vida, por si próprias.
- **Estereótipos de género:** modelos ou ideias sociais e culturais preconcebidas que atribuem a mulheres e homens um conjunto específico de características, como comportamentos, gostos, modos de pensar e de se apresentar, entre outros, assentes no sistema binário de género.
- **Expressão de género:** forma como cada pessoa exprime a sua identidade de género, que resulta em escolhas diversas de comportamento, vestuário, expressão verbal e corporal, entre outras, e que corresponde ao que pode ser observado do exterior.



- **Feminização da agricultura:** Refere-se ao papel que as mulheres assumem na agricultura em resposta às alterações globais (migrações, industrialização, alterações climáticas). Não é um fenómeno linear, uma vez que diferentes contextos e transformações sociais implicam diferentes processos de feminização. Decorre, sobretudo, da maior visibilidade do trabalho e das funções das mulheres na agricultura (nomeadamente no aumento de mão-de-obra feminina no total das estatísticas agrícolas).
- **Feminismo(s):** movimento(s) que visa(m) a igualdade social, política, económica e cultural, entre mulheres e homens, e que defendem os direitos das mulheres. Podem ser entendidos como um fenómeno presente a nível global que integra diversos fatores de acordo com a especificidade da situação das mulheres no mundo, das particularidades da cada cultura e de cada sociedade, mas que são sempre orientados pelo fundamento filosófico e objetivo político da conquista da igualdade entre mulheres e homens em todas as esferas da vida. Inclui movimentos assentes na intersecção do género com outras identidades e características, como o feminismo negro, feminismo lésbico, transfeminismo e outras correntes de feminismos. Os feminismos contemporâneos visam a reavaliação e reconceptualização da categoria de mulheres e os seus papéis, ou a desconstrução de formas de discriminação e exclusão invisibilizadas na esfera pública.
- **Genderização:** atribuição a elementos da realidade (por exemplo: profissões, gostos, emoções...) de características ligadas ao sexo feminino ou masculino. Um exemplo desta atribuição está nas cores: o rosa associado ao sexo feminino, o azul associado ao sexo masculino.
- **Género:** Refere-se aos papéis, comportamentos, atividades e atributos socialmente construídos, que uma determinada sociedade considera serem adequados para homens e mulheres.
- **Identidade de género:** autorreconhecimento pessoal e individual relativamente ao género (mulher, homem, binário, trans, não binário, entre outros) com que cada pessoa se identifica, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído à nascença; pode envolver a modificação da aparência ou do corpo por meios cirúrgicos, farmacológicos ou de outra natureza e outras expressões de género, que incluem o comportamento, vestuário, expressão verbal e corporal.
- **Igualdade de género:** igual visibilidade, empoderamento, responsabilidade, oportunidades, participação e escolhas em todas as esferas da vida pública e privada de todas as pessoas independentemente do género.
- **Interseccionalidade:** estudo sobre as formas como sexo e género se intersectam com outras características pessoais e/ou identitárias e como tais cruzamentos contribuem para diversas situações de discriminação; assume que as pessoas vivem múltiplas identidades, segmentadas e derivadas de relações e estruturas de poder sócio históricas.
- **Investigação-ação:** metodologia de investigação participativa e colaborativa (atores sociais e investigadores trabalham em conjunto na concretização de um projeto), situacional (decorre do diagnóstico de um problema, contexto específico e sua solução), cíclica (ocorre em ciclos sucessivos, em que as descobertas e resultados



iniciais geram novas perspectivas mudança, a implementar e avaliar para incluir no ciclo seguinte) e auto-avaliativa (monitorização permanente das mudanças e construção flexível e adaptável do processo investigativo).

- **Mainstreaming de género:** reorganização, melhoria, desenvolvimento e avaliação dos processos de implementação de políticas, por forma a que a perspectiva da igualdade de género seja incorporada nestas, durante as diferentes fases, pelos atores geralmente implicados na decisão política.
- **Mainstreaming de género nas estatísticas:** quando a produção de estatísticas oficiais tem em consideração as questões de género e os estereótipos de género nos diferentes momentos de construção dos dados. Em processos destes, todos os dados, independentemente de dizerem respeito a pessoas ou não, são recolhidos, organizados e analisados a partir do princípio que os fatores assentes no género influenciam mulheres e homens de forma diferente.
- **Estatísticas de género:** estatísticas que refletem as diferenças e desigualdades de situação e oportunidades entre mulheres e homens em todas as áreas da vida. Este tipo de estatísticas é definido com base no cúmulo dos seguintes critérios: desagregação por género e/ou sexo, enquanto atributo primário; demonstração de questões de género, como problemas e preocupações relativos a todos os aspetos da vida de mulheres e homens; métodos e instrumentos de recolha de informação têm em conta os estereótipos e normas socioculturais que influenciam e podem (re)produzir determinados preconceitos de género.
- **Metodologias participativas:** conjunto de ferramentas e técnicas usadas para atingir o mesmo objetivo e baseadas no princípio fundamental da participação em contextos comunitários; são facilitadoras das ações que envolvem processos de organização social e visam a construção de modelos sustentáveis de desenvolvimento. Pressupõem que 1) a equipa do projeto assume um papel de mediação e facilitação; 2) as ações se focam nas pessoas e relações sociais e que consideram e valorizam os saberes, experiências, crenças e cultura das comunidades; 3) se utilizam diversos instrumentos (mapas mentais, diagnóstico rural participativo, *world cafe*, rodas de conversa, etc), que permitem promover a ação, a aprendizagem coletiva e a participação nos processos de tomada de decisão.
- **Papéis de género:** normas sociais e comportamentais, que num dado contexto sociocultural, são amplamente apropriadas para pessoas de um dado sexo e/ou género; em geral, determinam as responsabilidades e tarefas que, tradicionalmente, se incutem a mulheres, homens, raparigas e rapazes. Estas podem modificar-se ao longo do tempo, em concreto por via de avanços na igualdade de género e a partir do empoderamento feminino e de transformações nos padrões de masculinidade.
- **Participação cívica:** envolve diferentes formas de ativismo político, social, ambiental, etc., ao nível da comunidade, com o objetivo de promover mudanças na vida cívica e o desenvolvimento de conhecimento, valores e motivações compartilhados e a aumentar a qualidade de vida da comunidade, por via de processos políticos e/ou sociais.



- **Preconceito:** atitudes ou sentimentos, negativos ou positivos, inconscientes e conscientes, que as pessoas têm em relação a certas pessoas ou grupos, assentes em ideias preconcebidas e partilhadas sobre determinadas características como género, grupo étnico-racial, idade, orientação sexual, religião, etc.
- **Sexo:** características biológicas que definem as pessoas como feminino ou masculino, e que não são mutuamente exclusivas (existem pessoas que possuem ambos), mas tendem a diferenciar a pessoa humana como mulher e homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, M.M., Ribeiro, M. (2009). **Avaliação interna vs externa**. Documentos de trabalho. Cooperação portuguesa. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Lisboa, 1-27.
- Almeida, M.A. (2020). The use of rural areas in Portugal: Historical perspective and the new trends. **Revista Galega de Economía**, 29(2), 1-17.
- Amâncio, C. (2004). Educação popular e intervenção comunitária: contribuições para a reflexão sobre empoderamento. **27ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, Caxambu, Minas Gerais, 16 pp.
- Anderson, A.A. (2009). **The community builder's approach to theory of change. A practical guide to theory development**. The Aspen Institute Roundtable on Community Change, New York, 36 pp.
- Anderson, B. (2005). **Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e expansão do nacionalismo**. Edições 70, Lisboa, 350 pp.
- Bandeira, A., Marques, M., Ranchordas, P. (2007). **Projectos de inovação comunitária – Manual e suporte à implementação da metodologia**. K'CIDADE – Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano, Fundação Aga Khan Portugal, Lisboa, 111 pp.
- Baniwa, G. (2023). Ética em pesquisa com povos indígenas. In: Mainardes, J. (Coord. Ed.), **Ética e Pesquisa em Educação: Subsídios**. Comissão de Ética da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Rio de Janeiro, 3, 177-189.
- Beaudoin, A., Lefrançois, R., Ouelet, F. (1986). Les pratiques évaluatives: enjeux, stratégies et pratiques. **Service Social**, 35(1-2), 188-213.
- Bhagavathy, S. M., Cardenes, I., McCulloch, M. (2021). Have the cats been herded? An evaluation framework for simultaneous public interventions. **Energy Research , Social Science**, 81, 102278.
- Bortolotto, C. (2007). From Objects to Processes: UNESCO'S 'Intangible Cultural Heritage'. **Journal of Museum Ethnography**, (19), 21-33.
- Brandth, B. (2002). Gender Identity in European Family Farming: A Literature Review. **Sociologia Ruralis**, 42, 181–200.
- Bryant, L., Pini, B. (2009). Gender, class and rurality: Australian case studies. **Journal of Rural Studies**, 25(1), 48-57.

- Bryman, A. (2016). **Social Research Methods**. 5th ed., Oxford University Press, New York, 500-524.
- Cabeça, S.M. (2018). Mapeamento Cultural: uma Metodologia Sustentada para o Património Cultural Imaterial. **MEMORIAMEDIA Review**, 3, artigo 5, 10 pp.
- Cardoso, E., Jalil, L., Alvarenga, C., Telles, L., Weitzman, R. (2019). **Guia metodológico da caderneta agroecológica**. Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE, Recife, 44 pp.
- Carmo, R.M. (2007). Género e espaço rural: O caso de uma aldeia alentejana. **Sociologia, Problemas e Práticas**, 54, 75–100.
- Carmo, R.M. (2010). **A agricultura familiar em Portugal: rupturas e continuidades**. Revista de Economia e Sociologia Rural, 48(1), 9-22.
- Center of Theory of Change. (2023). **What is Theory of Change?** Center of Theory of Change, New York. <https://www.theoryofchange.org/what-is-theory-of-change/>
- CIG (2021). **Glossário**. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Lisboa, disponível em <https://www.cig.gov.pt/bases-de-dados/glossario/>
- CIG (2023). **Planos Municipais para a Igualdade e Não Discriminação**. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Lisboa, disponível em <https://www.cig.gov.pt/area-municipios/planos-municipais-para-a-igualdade/>
- Connell, R.W. (1987). **Gender and Power: Society, the Person, and Sexual Politics**. Polity Press, Oxford, 334 pp.
- Contzen, S., Forney, J. (2017). Family farming and gendered division of labour on the move: a typology of farming-family configurations. **Agriculture and Human Values**, 34, 27–40.
- Cordero, M.C. (2012). Histórias de vida: Una metodología de investigación cualitativa. **Revista Griot**, 5(1), 50-67.
- Costa, A.F. (1987). A pesquisa de terreno em sociologia. In: Silva, A. S., Pinto, J. M. (Ed.). **Metodologia das Ciências Sociais**. 2ª ed., Edições Afrontamento, Porto, 129-150.
- Costa, C.A., Gomes, D., Gaião, D., Rocha, S., Dias, J. (2024). **Contributos da Agricultura Familiar para a promoção de sistemas alimentares e dietas sustentáveis em Portugal**. ACTUAR/IPV/DGADR, Aveiro, 87 pp.
- Costa, P. (2014). Matriz PCI – **Inventário nacional do património cultural imaterial: manual de utilização**. Direção Geral do Património Cultural, Lisboa, 84 pp.

- Coutinho, C.P. (2021). **Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática**. 2ª ed. (Reimpressão), Almedina, Coimbra, 412 pp.
- Dawson, S., Manderson, L., Tallo, V.L. (1993). **A manual for the use of focus groups**. International Nutrition Foundation for Developing Countries, Boston, 96 pp.
- Decreto-Lei n.º 121/2015, de 30 de Junho, Diário da República n.º 125/2015, Série I de 2015-06-30. **Criação do Sistema Nacional de Qualificação e Certificação de Produções Artesanais Tradicionais (SNQCPAT)**.
- Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, Diário da República n.º 113/2009, Série I de 2009-06-15. **Estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial**.
- Delgado, C. (2013). Cidadãos, técnicos e políticos: do que falamos, quando falamos de participação pública? **Fórum Sociológico**, 23, 69–76.
- DGADR (2024). **Verificação da validade do estatuto. Perguntas frequentes. Qual a importância da agricultura familiar em Portugal?** Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Lisboa. Online.
- EIGE (2024). **Glossary and thesaurus**. European Institute for Gender Equality, Vilnius, disponível em <https://eige.europa.eu/publications-resources/thesaurus>
- ENIND (2018). **Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030**. Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, Diário da República n.º 97/2018, Série I de 2018-05-21
- Equipa K'CIDADE (2007). GPS. **Roteiro de Acompanhamento e Avaliação de Projectos de Intervenção Comunitária**. K'CIDADE – Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano, Fundação Aga Khan Portugal, Lisboa, 168 pp.
- Etherington, K. (2009). Life story research: A relevant methodology for counsellors and psychotherapists. **Counselling and Psychotherapy Research**, 9(4), 225-233.
- European Commission (2022). **Gender gaps in the cultural and creative sectors**. European Commission, Directorate-General for Education, Youth, Sport and Culture, Publications Office of the European Union, Brussels, 109 pp.
- FAO, IFAD. 2019. **United Nations Decade of Family Farming 2019-2028**. Global Action Plan. Rome. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.
- Ferrazza, D.S., Antonello, C.S. (2017). O método de história de vida: contribuições para a compreensão de processos de aprendizagem nas organizações. **Revista de Gestão Organizacional**, 15(1), 22-36.

- Ferreira, V., Almeida, H.N. (2016). **Kit de ferramentas para diagnósticos participativos**. CES – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, 100 pp.
- Fialho, J., Silva, C.A., Saragoça, J. (2020). **Diagnóstico social. Teoria, metodologia e casos práticos**. Edições Sílabo, Lisboa, 344 pp.
- Fleuri, R.M., Costa, M.V. (2005). **Travessia: questões e perspectivas emergentes na pesquisa em educação popular**. 2ª ed, Editora Unijuí, Ijuí, 134 pp.
- Fonseca, L., Trindade, R. & Pereira, R. (2023). Tipologia territorial de base agrícola – A estrutura das explorações agrícolas do RA 2019. **CULTIVAR Cadernos de análise e prospetiva - “Estruturas Agrárias”**, 28, 89-102.
- Freire, P. (1967). **Educação como prática para a liberdade**. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 150 pp.
- Freire, P. (1979). **Pedagogia do oprimido**. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 107 pp.
- Gervais, M., Rivard, L. (2013). “SMART” Photovoice agricultural consultation: increasing Rwandan women farmers’ active participation in development. **Development in Practice**, 23(4), 496-510.
- Gomes, D, Jesus, M., Rosa, R., Bandeira, C., & Costa, C. A. (2022). Women in family farming: Evidence from a qualitative study in two Portuguese inner regions. **Frontiers in Sociology, Section Gender, Sex and Sexualities**, 7, 1-13.
- Gomes, D. (2022). **Uma análise multifuncional da agricultura familiar com enfoque na desigualdade de género**. Relatório de Estágio de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 105 pp.
- Gomes, R.D., Nogueira, C., Toneli, M.J. (2016). Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Psicologia, Sociedade**, 28, 115-124.
- Gondim, S.M. (2003). Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia** (Ribeirão Preto), 12, 149-161.
- Guerra, I.C. (2002). **Fundamentos e processos de uma sociologia de acção: o planeamento em ciências sociais**. 2ª ed.(revista e aumentada), Principia, Cascais, 254 pp.
- Hernández-Hernández, F., Gil, J.M. (2018). Historias de vida y narrativas sobre la subalternidad: afrontar el desafío de lo inabordable de la relación con el otro. **Educación**, 54(1), 15–29.
- Herrera, G. (2016). Travail domestique, soins et familles transnationales en Amérique Latine : réflexions sur un champ en construction. **Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM**, 31, 14 pp.

- INE (2021). **Recenseamento Agrícola 2019**. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2022). **Censos 2021. Resultados definitivos**. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 131 pp.
- INE (2023). **Inquérito às Condições Origens e Trajetórias da População Residente em Portugal (ICOT)**. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 31 pp.
- Instituto dos Museus e da Conservação (2011). **Kit de recolha de património imaterial**. Instituto dos Museus e da Conservação, Lisboa. Online.
- Leal, J. (2009). O Património Imaterial e a Antropologia Portuguesa: uma perspectiva histórica. In: Costa, P.F. (Coord.). **Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades**. Instituto dos Museus e da Conservação, Lisboa, 289-295.
- Lisboa, M. (2016). As metodologias de investigação no estudo das desigualdades sociais: conhecimento científico, políticas públicas e cidadania. In: Lisboa, M. (Coord.). **Metodologias de Investigação Sociológica. Problemas e soluções a partir de estudos empíricos**. Edições Húmus, Vila Nova de Famalicão, 45-62.
- Locke, E.A., Latham, G.P. (2013). Goal setting theory, 1990. In: Locke, E.A., Latham, G.P. (Eds.), **New developments in goal setting and task performance**, Routledge/Taylor , Francis Group, New York, 3–15.
- Mauritti, R., Nunes, N., Alves, J.E., Diogo, F. (2019). Desigualdades e desenvolvimento em Portugal. Um olhar à escala regional e aos territórios de baixa densidade. **Sociologia On Line**, 19, 102–126.
- Mendes, I.E. (2023). Mulheres na agricultura - 1989 a 2019. Gabinete de Políticas e Planeamento do Ministério da Agricultura, **Cultivar**, 28, 103-112.
- Molyneux, M. (2002). Gender and the Silences of Social Capital: Lessons from Latin America. **Development and Change**, 33(2), 167-189.
- Monteiro, A. (1996). A avaliação nos projectos de intervenção social: reflexões a partir de uma prática. **III Congresso Português de Sociologia “Práticas e processos da mudança social”**, Lisboa, 11 pp.
- Monteiro, A. (1996). A avaliação nos projetos de intervenção social: reflexões a partir de uma prática. **Sociologia – problemas e práticas**, 22, 137-154.
- Monteiro, R. (2017). Estado, movimentos de mulheres e igualdade de género em Portugal: fases e metamorfoses. Comissão para a Igualdade e Cidadania, Lisboa, **Coleção Estudos de Género** 13, 213 pp.
- Moreira, M.J., Sulzbacher, A.W. (2020). A educação não formal e metodologias participativas para trabalho com mulheres do campo. Anais do III Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia, **Cadernos de**

Agroecologia, 15(3), 15 pp.

- Moutinho, K., Conti, L. (2016). Análise Narrativa, Construção de Sentidos e Identidade. ***Psicologia: Teoria e Pesquisa***, 32(2), 1-8.
- Narayan, D. (Ed.). (2002). ***Empowerment and poverty reduction: a sourcebook***. World Bank Publications, Washington, D.C, 396 pp.
- Nogueira, M.L., Barros, V.A., Araújo, A.D., Pimenta, D.A. (2017). O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. ***Pesquisas e Práticas Psicossociais***, 12 (2), 466-485.
- Nunes, N. (2013). ***Desigualdades sociais e práticas de ação coletiva na Europa***. Ed. Mundos Sociais, Lisboa, 175 pp.
- O'Lynn, M. (2012). Theory of Change: what's it all about? ***The Newsletter of INTRAC***, 51, 1-2.
- Palibroda, B., Krieg, B., Murdock, L., Havelock, J. (2009). ***A practical guide to photovoice: sharing pictures, telling stories and changing communities***. The Prairie Women's Health Centre of Excellence, Manitoba. 75 pp.
- Passegi, M.C. (2023). A ética na pesquisa com narrativas de vida em educação. In: Mainardes, J. (Coord. Ed.), ***Ética e Pesquisa em Educação: Subsídios***. Comissão de Ética da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Rio de Janeiro, 3, 199-211.
- Payne, G., Payne, J. (2004). ***Key concepts in social research***. SAGE Publications, London, 242 pp.
- Perista, H., Cardoso, A., Brázia A., Abrantes, M., Perista, P., Quintal, E. (2016). ***Os usos do tempo de homens e de mulheres em Portugal***. Policy Brief. CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social, Lisboa, 33 pp.
- Petronela, T. (2016). The importance of the intangible cultural heritage in the economy. ***Procedia Economics and Finance***, 39, 731-736.
- Rego, M.L. (coord.), Côrte-Real, P. (coord.), Brilhante, J., Resende, M.J., Almeida, M.V., Corcode, V. (2024). ***Multiversidade - Livro Branco sobre Discriminação Múltipla e Interseccional***. Faculdade de Direito | Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 206 pp.
- Rosa, R. (2021). A teoria da mudança na intervenção social. In: Fialho, J. (Org.). ***Manual para a intervenção social: da teoria à ação***. Ed. Sílabo, Lisboa, 57-73.
- Rosa, R., Jesus, M. (2023). ***Exposição “Das Mãos às Vozes das Mulheres Agricultoras”***. Projeto MAIs (brochura), disponível em <https://events.ipv.pt/mais/wp-content/uploads/DasMaosVozesMulheresAgricultoras.pdf>

- Sacchet, T. (2009). Political Parties and Gender in Latin America: an overview of conditions and responsiveness. In: Goetz, A.M. **Governing Women. Routledge, Taylor , Francis**, New York, 148-172.
- Sampieri, R.H., Collado, A.F., Lucio, M.P. (2014). **Metodología de la investigación**. 6ª ed., McGRAW-HILL / Interamericana Editores S.A., Mexico: 408-414.
- Schiefer U., Bal-Dobel, L., Batista, A., Dobel, R., Nogueira, J., Teixeira, P. (2006). **Manual de planeamento e avaliação de projectos**. Ed. Principia, Lisboa, 231 pp.
- Shortall, S. (1999). **Women and farming. Property and power**. Palgrave Macmillan, London, 175 pp.
- Silverman, H., Ruggles, D.F. (2007). **Cultural heritage and human rights**. In: Silverman, H., Ruggles, D.F. (eds). Cultural heritage and human rights. Springer New York, 3-29.
- Sousa, F. (2015). **Património cultural imaterial. MEMORIAMEDIA e-museu - métodos, técnicas e práticas**. Memória Imaterial CRL, Alenquer, 83 pp.
- Souza, D. (2013). **A fotografia participativa como ferramenta de reflexão identitária: estudo de caso com jovens em contextos de exclusão social no Brasil e em Portugal**. Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação (especialidade Comunicação e Ciências Sociais), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 362 pp.
- Souza, M.S., Ribeiro, S., Pereira, T.I. (2021). Educação popular e feminismos: tensões, rupturas e afirmações. **Revista Pedagógica**, 23, 1–28.
- Tavares, M.M.. (2008). **Feminismos em Portugal (1947-2007)**. Tese de Doutoramento em Estudos sobre as Mulheres - Especialidade em História das Mulheres e do Género, Universidade Aberta, Lisboa: 625 pp.
- Tierney, W.G., Lanford, M. (2019). **Life history methods**. SAGE Publications Ltd, London. Online.
- Torres, A., Brites, R. (2007). Atitudes e valores dos europeus: a perspetiva do género numa análise transversal. In: Vala, J., Torres, A. (orgs.). **Contextos e atitudes sociais na Europa**. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 325-378.
- Torres, A., Pinto, P.C., Costa, D., Coelho, B., Maciel, D., Reigadinha, T., Theodoro, E. (2018). **Igualdade de género ao longo da vida: Portugal no contexto europeu**. Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 391 pp.
- Trad, L.A. (2009). Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, 19, 777-796

- UNDG (2016). **Theory of change. UNDAF companion guidance**. United Nations Development Group, Washington, 14 pp.
- UNESCO (2003). **Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial**. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Paris, 16 pp.
- UNESCO (2006). Defining the intangible. **The Intangible heritage messenger**, 1, 2.
- UNESCO (2021). **Gender , creativity: progress on the precipice**. 2005 Convention Global Report series, United Nations Organization for Education, Science and Culture, Paris, 56 pp.
- Veiga, J.F. (2014). A Dimensão Social e Política da Agricultura Familiar. **Vez e Voz, Revista da Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local**, 4A(3), 4-13.
- Vrdoljak, A.F. (2022). UNESCO, world heritage and human rights. **International Journal of Cultural Property**, 29(4): 459-486.
- Wall, K. (1998). **Famílias no campo. Passado e presente em duas freguesias do baixo Minho**. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 373 pp.
- Wang, C., Burris, M.A. (1997). Photovoice: Concept, methodology, and use for participatory needs assessment. **Health education, behavior**, 24(3), 369-387
- Weiss, C.H., Connell, J.P. (1995). Nothing as Practical as Good Theory: Exploring Theory-Based Evaluation for Comprehensive Community Initiatives for Children and Families. In: Connell J., Kubish A., Schorr L., Weiss C. (eds). **New Approaches to Evaluating Community Initiatives**. The Aspen Institute, Washington DC, 65-92
- Whatmore, S. (2016). **Farming women: Gender, work and family enterprise**. Springer, London, 189 pp.

LISTA DE ENTIDADES COM INTERVENÇÃO NOS DOMÍNIOS DA IGUALDADE DE GÉNERO E DA AGRICULTURA

Entidades privadas e associativas

- A Coletiva - <https://www.acoletiva.org/>
- ACMJ - Associação Cultural Moinho da Juventude - <http://redeciencia.educ.fc.ul.pt/moinho/>
- AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal - <https://ajap.pt/>
- AMA - Associação Mulheres em Acção - <https://www.mulheresemaccao.org/>
- AMM - Associação Mulher Migrante - <https://mulhermigrante.wixsite.com/mulher-migrante>
- AMONET - Associação Portuguesa de Mulheres Cientistas - <https://amonetpt.wixsite.com/amonet>
- APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - <https://apav.pt/>
- APF - Associação para o Planeamento da Família - <https://apf.pt/>
- APMD - Associação Portuguesa de Mulheres e Desporto - <https://cidadaniaemportugal.pt/apmd/>
- Associação das Mulheres Agricultoras de Castelões - <https://www.facebook.com/AmaCasteloes>
- Associação Mulheres sem Fronteiras - <https://www.facebook.com/mulheressemfronteiras/>
- Associação Plano i - <https://www.associacaoplanoi.org/>
- CICDR - Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial - <https://www.cicdr.pt/>
- CIMH-CGTP-IN - Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens da CGTP-IN - <https://www.cgtp.pt/cgtp-in/organizacoes-especificas/comissao-de-igualdade-mulheres-homens>
- CMUGT - Comissão de Mulheres da UGT - <http://www.ugt.pt/cm/CMulheres.html>
- Dress for Success – Associação Dress For Success Lisboa - <https://dressforsuccess.org/>
- FCF - Fundação Cuidar o Futuro - <https://fundacaocuidarofuturo.pt/>
- Fé Bahá'í - Comunidade Fé Bahá'í - <https://www.bahai.pt/>
- FEM - Feministas Em Movimento - <https://fem.org.pt/>
- FEMAFRO - Associação de Mulheres Negras e Afro Descendentes em Portugal - <https://femafro.pt/>
- Feminismos sobre Rodas - <https://www.facebook.com/feminismos.sobre.rodas/>
- FNAJ - Federação Nacional das Associações Juvenis Locais - <https://www.fnaj.pt/>
- Fragas Aveloso. Associação para a Interação Ambiental, Científica, Comunitária e Cultural - <https://fragasaveloso.pt/>
- GLFP - Grande Loja Feminina de Portugal - <https://www.bahai.pt/>
- INMUNE - Instituto da Mulher Negra em Portugal - <https://www.facebook.com/INMUNE.PORTUGAL>
- MARP - Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas - <https://www.facebook.com/associacaomarp/>
- MDM - Movimento Democrático de Mulheres - <https://www.mdm.org.pt/>
- ONGD - Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento - <https://www.plataformaongd.pt/>
- Plataforma Já Marchavas - <https://jamarchavas.pt/>
- Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres - <https://plataformamulheres.org.pt/sobre-nos/organizacoes-membro/>
- REDE - Rede Jovens para a igualdade entre Mulheres e Homens - <https://redejovensigualdade.org.pt/>
- Rede 8 de Março - <https://www.facebook.com/Rede-8-de-Março-188445221306340/>
- UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta - <https://umarfeminismos.org/>

Entidades públicas:

- Ministério da Agricultura e da Alimentação - <https://agricultura.gov.pt/>
- DGADR - Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural - <https://www.dgadr.gov.pt/>
- CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género - <https://www.cig.gov.pt/>
- CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego - <https://cite.gov.pt/web/pt>
- EAPN - Rede Europeia Anti Pobreza Portugal - <https://www.eapn.pt/>
- GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral - <https://www.gpp.pt/>
- IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. - <https://www.ifap.pt/portal/>
- RRN - Rede Rural Nacional - <https://www.rederural.gov.pt/>

Entidades internacionais:

- EFAT - European Federation of Food, Agriculture and Tourism Trade Unions - <https://effat.org/>
- EIGE - European Institute of Gender Equality - <https://eige.europa.eu/>
- FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations - <https://www.fao.org/home/en>
- FarmEurope - <https://www.farm-europe.eu/>
- Graal - Movimento Internacional de Mulheres - <https://www.graal.org.pt/>
- ILO - International Labour Organization -
<https://www.ilo.org/lisbon/lang--pt/index.htm>; <https://www.ilo.org/global/lang-en/index.htm>
- LEM - Lobby Europeu das Mulheres - <http://www.womenlobby.org/?lang=en>
- OIT - International Labour Organization - <https://www.ilo.org/global/lang-en/index.htm>
- Plataforma de Camponeses da CPLP - <http://www.pccplp.org/>
- Soroptimist International - <https://www.soroptimistinternational.org/about-us/>
- UN WOMEN - <https://www.unwomen.org/en>
- WEDO - Women's Environment & Development Organization - <https://wedo.org/>

EQUIPA DO PROJETO MAIs

- **Instituto Politécnico de Viseu (IPV)**

Cristina Amaro da Costa (Coordenação do projeto)

Diana Gomes, Cristina Bandeira, Cátia Magalhães, Cláudia Chaves, Emília Coutinho, Edite Lemos

- **Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA) / Observatório Nacional de Violência e Género (ONVG) (NOVA FCSH)**

Manuel Lisboa, Rosário Rosa, Miguel Jesus, Madalena Pinhão

- **OIKOS**

Teresa Neves, João Fernandes, Marta Brescianini

- **Confederação Nacional da Agricultura (CNA)**

Sílvia Martins, Vítor Rodrigues, Madalena Rosa

- **Câmara Municipal do Sabugal (CM Sabugal)**

Hugo Jóia, Vanessa Alves, Daniel Simão, Sílvia Nabais

- **Câmara Municipal de São Pedro do Sul (CM S. Pedro do Sul)**

Ângela Abreu, Maria Conceição Barros, Teresa Sobrinho

- **Associação da Bioregião de São Pedro do Sul (ABRE)**

David Homem

- **RURALIS - Institute for Rural and Regional Development**

Maja Farstad, Pia Piroshka Otte, Madeleine Gustavsson

EQUIPA DE AVALIAÇÃO EXTERNA

- **Instituto de Sociologia da Universidade do Porto**

Cristina Parente, Natália Casqueira, Rita Madeira

Projeto MAIs, abril de 2024

